

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

### ACTA Nº 75

Aos vinte e dois dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e sete, neste cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na reunião da Sessão ordinária do mês de Abril, sob a presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais, António de Sousa Dinis Correia e José Alberto Martins de Carvalho, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, sendo este último em substituição do titular do cargo por não se encontrar presente e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Artur Lopes Lobo, Diogo Manuel Soares Machado, Gonçalo Nuno Caetano Alves, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Álvaro Patrício do Bem, João Ferreira da Peixinha, Libério da Silva Santos, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:00 horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madaíl, Élio Manuel Delgado da Maia, João Gabriel Ferreira Santos, Carlos Manuel da Silva Santos, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Nuno Teixeira Lopes Tavares e Raúl Ventura Martins.

Continuando no uso da palavra leu a ordem de trabalhos da Sessão ordinária do mês de Abril, cujos pontos a seguir se transcrevem:

*1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL;*

*2 - CÂMARA MUNICIPAL - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA RELATIVOS AO ANO DE 1996;*

*3 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 1996;*

*4 - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO A QUE SE REPORTA O N.º 2, DO ART.º 49.º, DO REGULAMENTO DO P.D.M.*

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia, as seguintes actas:

ACTA N.º 61 - submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta a votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e sete votos a favor e uma abstenção.

ACTA N.º 62 - submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta a votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e seis votos a favor e duas abstenções.

ACTA N.º 63 - submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta a votação a mesma veio a merecer aprovação por unanimidade.

De seguida entrou-se no período regimental " Período de antes da ordem do dia ".

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Vogal João da Peixinha:

*" Sr. Presidente, Srs. Deputados, trouxe a esta Assembleia determinados problemas, que durante um determinado período, eu penso,*

que devia aqui realmente trazer para ser informado e talvez para informar alguém, que não ande a ser informado. Hoje no jornal de Aveiro, falava-se nos passeios de S. Bernardo. Eu não sei se os passeios estão bem feitos, se estão mal feitos, o Sr. Dr. Élio não está cá, talvez fosse a pessoa que pudesse informar sobre isso. De qualquer maneira, não era sobre esses passeios que eu queria falar, mas sobre outros, que estão a ser construídos em determinadas freguesias e que talvez sirvam tudo, menos o fim a que eles se destinam. Na zona da freguesia de St<sup>a</sup> Joana, estão a ser construídos uns passeios, que eu gostava de saber quem é que passa lá. Se realmente a Câmara é que gere estas situações e estas obras, se realmente isto está a cargo da Junta de Freguesia. Há determinados passeios, que além de serem extraordinariamente estreitos, ainda no meio, foi lá plantada uma árvore. Eu gostava de saber, se os passeios eram para as árvores se eram realmente para as pessoas.

No Solposto, começaram agora também umas obras de construção de passeios. A rua já é estreita. Eu gostava de saber, quando determinados tipos de camiões que vão lá, atendendo a que há duas indústrias de panificação, estacionassem para descarregar, eu gostava de saber quem é que passa lá. Durante uma hora o trânsito vai estar interrompido ou durante uma hora o trânsito tem que ser desviado. Gostava que realmente o Sr. Presidente me dissesse alguma coisa sobre isto. Sobre o problema dos passeios de Taboeira, eu já tive oportunidade de falar com o Sr. Presidente da Junta que me deu uma certa justificação para aquilo, mas de qualquer maneira, também gostava de pôr esse assunto aqui nesta Assembleia. Fizeram-se passeios em Taboeira, para os carros estacionarem em cima, inclusive um camião que todos os dias, ou pelo menos vários dias da semana estaciona em cima dos passeios e ainda ocupa a via. Acho que a Câmara, que devia ter em atenção estes problemas e, realmente se isto é a cargo da Junta, pois devia chamar à atenção dos Srs. Presidentes das Juntas, para verem realmente o que é que estão a fazer. Eu acho que estes casos devem ser averiguados pela Câmara e verem realmente esta situação. Outro caso que eu queria trazer a esta Assembleia é, realmente, o vandalismo que passa no Alboi. O Bairro do Alboi continua a ser uma das zonas, atendendo à construção daquela ponte, não é da discoteca, a discoteca não tem culpa, tem culpa é quem construiu aquela ponte, para que as pessoas pudessem estacionar do lado do Alboi e irem para a discoteca. Há quinze dias os moradores de Alboi, inclusive a minha mulher apresentou queixa na Polícia contra desconhecidos, por actos de vandalismo praticados nas viaturas. Isto está a acontecer sempre. Sempre que há festas, sempre que há qualquer actividade lá na discoteca, acontecem estes actos de vandalismo. A Polícia não sabe o que é que há-de fazer, mas estou convencido, que

*realmente, os habitantes do Bairro vão começar a tomar medidas e a tomar atitudes que, realmente, não irão enriquecer nada a imagem da Câmara Municipal. Eu chamava à atenção para Sr. Presidente da Câmara para este facto. É antenas dos carros que são partidas, é as portas dos carros que são amolgadas a pontapé, onde ficam registadas lá os riscos das botas de pítons. Por isso, os senhores que andam lá de certeza que não é a tropa, nem é a Polícia. Outra coisa que não se admite, é como é que aquela discoteca tem autorização para estar aberta até às seis horas da manhã? Estou convencido que só à força é que realmente se consegue fazer lá alguma coisa. Não é dizer só, é a Polícia; porque a Polícia tem que ter instruções. Outro problema que eu queria aqui também trazer a esta Assembleia, é o problema de S. Jacinto, do cais da lancha. Meus senhores está-se a construir uma coisa em S. Jacinto, se aquilo é um abrigo para as pessoas, aquilo não abriga absolutamente ninguém. Ainda hoje de manhã, eu tive possibilidades de lá estar, e ver que realmente aquilo. As pessoas que têm que estar lá à espera da lancha, ou esperam na loja em frente e se estiver a chover depois têm que atravessar para o outro lado, ou então num dia de vento, as pessoas quando chegarem à lancha estão todas molhadas. Além de outro pormenor, se aquele cais será para um futuro encosto de um ferry-boat, eu gostava de dizer que aquilo é extremamente baixo. Se o ferry-boat levar um carro com uma roulotte, a roulotte não sai do ferry-boat, porque não passa, aquilo é extremamente baixo. E como há um parque de campismo em S. Jacinto, eu gostava que realmente que se visse essa situação; além de aquilo ter sido construído na estrada. Também não se compreende. Como é que uma coisa daquelas, está construída na estrada? Outro caso, era o monumento ao Marnoto. Aquela fonte que se fez, ali assim, como monumento ao marnoto, tenho a impressão que se alguma vez funcionou, foi relativamente pouco tempo. Nunca mais aquela fonte esteve iluminada, nunca mais aquela fonte funcionou. Gastam-se centenas de contos e realmente não sei para quê? Mais valia, às vezes, não se fazer nada. Se é para aquilo estar ali às escuras e não funcionar, acho que realmente não tem interesse nenhum. Outro problema era o do moinho, aquele moinho existente ali no cais do Paraíso. Em tempos, o Sr. Presidente disse que se ia recuperar o moinho e arranjar aquela zona envolvente. Acontece que até ao momento, o moinho está abandonado e a zona envolvente, apesar de agora ter lá levado um arranjozito, está uma vergonha, porque continuam lá as lamas, aqueles entulhos lá à volta. Outro, é o cais do Alboi e a sua zona envolvente. É pena Sr. Presidente, que realmente o cais esteja no estado em que está. Com aquelas novas construções que estão lá a fazer ao lado, mesmo aquele jardim que*

acompanha a ria, aquilo realmente está vergonhoso. Eu acho que a Câmara que devia olhar um bocadinho mais por aquilo".

Vogal João Barbosa:

" Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, como já repararam e é do vosso conhecimento, encontra-se nas bancadas desta Assembleia, um grupo de pessoas que é representativo dos moradores da zona envolvente do Canal de S. Roque. Era sua intenção pedir uma intervenção antes do período de antes da ordem do dia, no entanto, acharam por bem, que devia ser o Presidente da Junta da freguesia da Vera Cruz, a dar conhecimento nesta Assembleia, de alguns dos seus anseios e preocupações. E para conhecimento de Vossas Ex.as, eu vou ler um ofício que foi enviado ao Sr. Presidente da Câmara no passado dia nove: " Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, informamos V.ª Ex.ª que temos tido frequentes reclamações e abaixo assinados de residentes em zonas habitacionais da freguesia da Vera Cruz, devido à degradação constante do ambiente e do mau estar provocado por terceiros. Na zona do Rossio, a prostituição aumenta de dia para dia. As Senhoras e Meninas, depois das 22:00 horas, não podem sair de casa com receio de serem confundidas com mulheres que se encontram junto ao jardim à espera de se prostituírem. Na zona do Canal S. Roque, a situação também está desagradável, devido aos clientes dos bares ali existentes. Ao abandonarem o local, alguns frequentadores, destroem tudo o que encontram pelo caminho. Tocam campainhas, partem vidros, destroem espelhos de automóveis, riscam os carros, atiram bancos, contentores do lixo e o vidrão à ria. Nesta zona, os prejuízos têm sido tantos, que já se pensa em fazer piquetes populares. Entende o Sr. Presidente, que temos o dever e a obrigação de contribuir e tomar medidas de prevenção para que nada de grave possa vir a acontecer. Assim, solicito encarecidamente a V.ª Ex.ª que interceda junto do Sr. Governador Civil e do Comando da Polícia de Segurança Pública, no sentido de lhes dar conhecimento destas situações anormais e ao mesmo tempo exigir-lhes, que estas zonas sejam policiadas constantemente durante a noite, com intenção de intimidar, para tentarmos limpar estes locais. Na esperança de conseguirmos bons resultados, subscrevemo-nos". Sr. Presidente da Câmara, na reunião da Junta de Freguesia, onde estiveram presentes estes moradores e foi decidido enviar este ofício, discutiram-se outras situações de interesse para a Freguesia. E, passo a chamar à atenção e a questionar algumas. Na Forca-Vouga, o bairro que era considerado por esta Câmara, como a zona habitacional de cinco estrelas, está desclassificado. Por exemplo, a Rua Orlando de Oliveira, tem as habitações concluídas, muitas já

*habitadas, não tem luz e o pavimento em muito mau estado. Falava aqui na Rua nova do Canal, onde já foi arranjado todo o pavimento, mas por mais que se peça, deixaram e não conseguem ir lá acabar, meia dúzia de metros que fica ao lado dos tanques. Mas, chamo aqui mais uma vez a atenção do seguinte, que acho que é de extrema importância para nós. Todos os dias caem idosos na Ponte de Praça. Já alertei o Sr. Presidente da Câmara nesta Assembleia, já pedi ao Sr. Presidente da Câmara pessoalmente, já disse nesta Assembleia que uma senhora caiu e partiu os ossos da bacia. Agora, estamos num período em que se aproxima a época de Turistas, estamos convencidos que vamos ver os idosos a cair ali como tordos. O que é preciso fazer mais para mandar arranjar estes passeios? Esta situação é muito grave. É preciso ser-se insensível, para assistir impavidamente às escorregadelas dos idosos. Termino, pedindo à comunicação social, que dessem por favor a conhecer à população, que todos os danos causados às pessoas que caem na Ponte Praça, a Câmara é a única responsável; e tem a obrigação de indemnizar os seus danos".*

Entretanto deram entrada na sala os Vogais, Olinto Henrique da Cruz Ravara e João Tavares Duarte.

Vogal Armando Vieira:

*" Sr. Presidente, o Sr. João Barbosa, acaba de me retirar uma das preocupações que eu queria aqui trazer, porque apesar de ser rural, tenho sentido inúmeras vezes o mau estar reinante na zona envolvente ao nosso Rossio, por parte dos moradores e também dos comerciantes que ali têm os seus estabelecimentos e que se sentem lesados pela falta de policiamento daquele espaço, nomeadamente a partir do meio da tarde e durante a noite. E, nesta perspectiva, lembro também ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vera Cruz, que não falou na Avenida Lourenço Peixinho, porque também a Avenida Lourenço Peixinho na sua parte superior, a partir das dez da noite, é um antro de prostituição. Os senhores dêem-se ao trabalho de verificar isso. É lamentável que o Sr. Presidente da Junta da Vera Cruz não se tenha lembrado disso. Nesta perspectiva Sr. Presidente, embora a fiscalização destas situações pertença às forças de segurança, eu pergunto Sr. Presidente, o que é que a Câmara já fez no sentido de sensibilizar as forças de segurança para este problema grave da nossa cidade? E, também deixo aqui a minha crítica às mesma forças de segurança, porque são muito cuidadosas a tratar de determinadas coisas e são tão pouco escrupulosas a tratar outras, como esta tão importante para a nossa sociedade e para o bem estar, e para a segurança das nossas famílias, nomeadamente do sector feminino. Queria demonstrar aqui*

algum espanto ainda pela intervenção do Sr. Peixinha, pretendendo que a Câmara fiscalize os Presidentes de Junta. Será que nós fizemos algo de tão grave que devamos ser fiscalizados pela Câmara? Na questão concreta dos passeios, que se desenvolvem nas freguesias, infelizmente, muitas vezes são-no, por iniciativa das próprias Juntas e para bem das populações de cada freguesia; com certeza que estão bem feitas as coisas, num caso ou noutro podem os espaços não permitir a construção adequada dos passeios. E lanço aqui um repto ao Sr. Presidente: Cuide mais das freguesias, de todas elas, nomeadamente aquelas onde se estão a construir esses passeios, nomeadamente apoiando com materiais, como hoje julguei entender da sua explicação no jornal Diário Regional.

Quanto ao Plano de Actividades do ano presente, Sr. Presidente, eu gostaria de saber como é que está a delegação de competências e para quando a celebração dos protocolos. Se eu não me engano, a freguesia que represento aqui foi a segunda a apresentar os documentos, já lá vão alguns meses e até agora não temos nada de concreto. Queria também trazer uma coisa que deve ser uma preocupação e uma tristeza de todos nós, os de fora de cidade, que é vermos que se realiza e bem, um concurso de varandas floridas na Cidade e que não é extensível ao restante Concelho. Mas, porquê esta discriminação Sr. Presidente? Será que as freguesias rurais, não teriam também gosto de serem incluídas nesse concurso? Será que não haverá nas freguesias rurais varandas floridas, igualmente bonitas como algumas que há na Cidade?"

Entretanto saíram da sala os Vogais, Olinto Henrique da Cruz Ravara e Gonçalo Nuno Caetano Alves.

Vogal Jorge Nascimento:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao chegar a esta Assembleia ocorreram-me para este período de antes da ordem do dia, três problemas. Um deles é, se me permite fazê-lo, dar os parabéns às pessoas aqui presentes, do Canal de S. Roque e ao Sr. Presidente da Junta que tão bem o representa, por esta manifestação que aqui trouxeram a esta Assembleia, no sentido e com a interpretação que eu lhe dou, que são pessoas que se interessam pelo que acontece no seu meio. No meu entender, é assim que se verdadeiramente se constrói a democracia, é com a participação das pessoas através do seu representante, sensibilizando o seu representante, para trazer os assuntos a quem de direito, construtivamente, como muito bem o fez o Sr. Presidente. É evidente que o Sr. Presidente da Junta teve o bom senso de trazer o problema a esta Assembleia, que é aqui que ele tem pertinência

também, por ser assunto do Município, mas teve o bom senso de não verberar gratuitamente a atitude do Executivo, porque o Executivo, sendo interessado nisto, e deve perante quem de direito manifestar a suas posições. Isto é assunto, e é bem que isto fique claro, que pertence supremamente aqui na Cidade ao Sr. Governador Civil de Aveiro. É o Sr. Governador Civil que tem imediatamente que tratar disso e as Polícias, é evidente que o Município e esta Assembleia, todos nós, e a população tem uma quota. Eu reitero os meus parabéns à população do canal de S. Roque, às pessoas aqui presentes e ao Sr. Presidente da Junta, pela forma correcta como conduziram o problema ou como estão a conduzir o problema. Uma segunda questão, prende-se com a informação. É evidentemente um assunto de interesse, na minha interpretação, do Município. Li há tempos num jornal que pende um "qui pro quo", um desentendimento, acerca de um determinado jornal que eu não sei qual é, e de um determinado produto regional fabricado em Aveiro. Esse jornal trouxe à liça pública, a falta de qualidade de um determinado produto. Eu não sei se o jornal agiu inteiramente com o conhecimento de causa, pressuponho tê-lo feito, porque evidentemente, não provei o produto e não sei se o produto tem qualidade ou não, porque não sou habitual consumidor. Mas, o que interessa, não é saber se no concreto, aquele desentendimento tem ou não fundamento. Do ponto de vista de cidadão que gosto de ser informado e de cidadão que gosto que os produtos tenham a sua qualidade devida, eu entendo que os jornais, primeiro, devem de facto, dar à informação, tudo o que lhes pareça não ter qualidade. Costuma dizer-se e já alguém disse, Garcia Ortega, "o homem, é homem e as circunstâncias" e para qualquer cidadão de qualquer local, é ele ali, e as circunstâncias são o que se lá faz. É muito importante o que o cidadão produz. E quando alguém adultera um produto típico, regional, que lhe dá carisma, que lhe dá uma característica, eu entendo que, está a atentar contra o cidadão da localidade. E portanto, essas situações devem ser denunciadas.

Transportando o assunto para o Município, eu até entendia que as Câmaras e designadamente, a Câmara Municipal de Aveiro, devia ter no seu Pelouro da Cultura ou noutra, mas parece-me mais adequado o da Cultura, alguma secção que exactamente, se dedicasse à fiscalização das qualidades dos produtos, que são fabricados na área do seu Município, porque assim estão a defender o Município, as características dele e as suas origens. Terceiro assunto, e este bule até com a carteira das pessoas e com uma certa justiça de posição e de tratamento dos cidadãos em geral. Hoje, a Cidade de Aveiro, felizmente para nós e ao longo de todo o tempo cresceu, e cresceu até, em medida que excede no seu progresso aquilo que é comum no País. Os índices de

*crescimento de Aveiro, à mercê de vários factores, é um dado objectivo. A Cidade de Aveiro cresceu, expandiu-se e quando se expandem as cidades, expandem-se também com a população. É evidente que teve um papel importantíssimo nisso a Universidade, trouxe para aqui muita gente, muita gente depois se radica, e isso suscita naturalmente a necessidade de habitação e portanto, a necessidade de ampliar a zona territorial destinada a habitação, isto é, a necessidade de fazer Planos de Urbanização. E nisto, a meu ver, vai uma grande injustiça e nós não temos Lei para tratar disto com inteira justiça e equidade. O cidadão em geral, reparem, o Município manda fazer os seus Planos de Urbanização e evidentemente, localiza-os, lá vê critérios de oportunidade, é ali que fica bem, enquadra-os nos interesses económicos, sociais, e nos vários que são tidos em consideração para esse efeito e depois ali vai estender-se. Portanto, abre-se uma rua, uma artéria, uma praceta, com as medidas do REGEU, respeitando essas condições que existem legalmente, mas depois nós verificamos que, as propriedades são de várias pessoas, e depois verificamos o seguinte. Pela propriedade de um tem o azar de passar uma rua, e esse cidadão recebe nada mais do que zero. Mas, vemos que pelo prédio de outro cabe o prédio de quatro andares, mas no do seguinte, já cabe uma torre de dezassete ou dezoito andares. E então, o cidadão diz assim: Então mas eu serei desafortunado, por ventura? Isto, reclama critérios de equidade. É evidente que este critério de equidade não pode ser posto pelo Município. Mas aos Municípios, cabe exercer pressão sobre o legislador geral. E nós bancadas que temos representantes no Parlamento, cada um à sua medida, a medida desta bancada é naturalmente menor, infelizmente para nós e penso que para o País, é naturalmente menor do que de duas bancadas aqui presentes. Portanto, nós devemos gerar no legislador nacional, a necessidade de criar legislação sobre isso. Porquê, não se diz assim, esta área é destinada a urbanização. Portanto, isto vai gerar aqui um benefício económico, portanto, reparte-se proporcionadamente esse benefício por todos. Há-de haver critérios de equidade para que ninguém fique prejudicado. Portanto, é este apelo que eu faço às bancadas, a mim próprio, ao Município, a todos os envolvidos e à sociedade em geral e à própria informação".*

Vogal Rosa Pires:

*" Sr. Presidente, caros colegas, a questão que vinha aqui trazer é simultaneamente um lamento, um alerta e também um desabafo. Não sei se já pensaram, mas o Plano de Urbanização de Aveiro está a ser feito há ano e meio. E há ano e meio que nós não temos uma Sessão pública, onde sejamos confrontados com quais as questões que são*

prioritárias e quais as abordagens que estão a ser adoptadas. Há ano e meio que numa cidade como Aveiro se faz um Plano de Urbanização e não há uma única Sessão pública, em que os Aveirenses tenham possibilidade de se pronunciar, se acham que as questões prioritárias são estas ou outras e se as formas de as abordar estão correctas ou incorrectas. Eu acho isto inacreditável. Passa tudo o que é sensato, por muitas razões. Por um lado, pela comunidade que temos. É impossível, como é que pode haver alguém a presidir aos destinos deste Município que subvalorize tanto a comunidade que nós temos, que nem se dê ao trabalho de a ouvir e de lhe dar uma oportunidade de ter voz sobre o futuro da sua própria cidade. É inacreditável. É inacreditável até pelas lições do passado. Tivemos um Plano Director Municipal, com todos e tantos os defeitos, uns aperceberam-se mais cedo, outros aperceberam-se depois. Tivemos possibilidade de aprender mas parece que continuamos a não aprender com os erros do passado. Isto, de facto, devia ser motivo de um grande movimento de rejeição inequívoca, de uma atitude de gestão como esta que está a ser tomada. A Câmara, teve o apoio político das bancadas desta Assembleia. Recordo que em princípios de Janeiro, quando o Sr. Salavessa disse que saía da Comissão, nós PSD dissemos que voltaríamos a participar, desde que, até Abril, se fizesse uma Sessão pública de discussão sobre o Plano. Disse o Sr. Presidente: Muito antes disso. Estamos em finais de Maio, como é que se justifica que ainda não tenha havido a Sessão, se nessa altura o Sr. Presidente foi tão convicto à volta disto. Houve o apoio político necessário. Até assim, se recusa aos Aveirenses a oportunidade de se pronunciarem sobre o Plano, sobre a Cidade. Com uma agravante, é que esta Câmara está a tentar passar a imagem que tem uma atitude de planeamento. Na minha opinião, não a tem. E preocupa-me que se passe essa imagem sem que haja a substância por trás. O que pode haver, é um esforço de planeamento. Mas, é um esforço muito mal conduzido.

Podemos aprofundar este tema quando quiserem. Só posso dizer, que aquilo que eu acabei de referir é a ponta do véu de como este esforço de planeamento está a ser mal conduzido. E preocupa-me isto porquê? Por duas razões. Primeiro, porque planos mal preparados e eu julgo, pela informação que disponho, que há muitos planos a serem mal preparados, e uma das razões são esta que eu aqui abordei, vamos com certeza ter propostas que têm efeitos perversos para o futuro de Aveiro. Só por sorte um plano mal preparado resulta em boas propostas. Portanto, temos a primeira fonte de penalização para todos nós. Penalizam até pela omissão, por não se abordarem temas que são essenciais para o futuro de Aveiro, designadamente, pessoas da Vereação que são afectas ao Partido que está no poder, que levantaram questões

*pertinentes, e que nós não temos a certeza que estejam a ser bem ponderadas. Segundo aspecto, é a prazo. Obviamente que isto vai desacreditar o planeamento, porque em todo o mundo, hoje, para além da questão de fazer planos, põe-se o problema se os planos são bons, isto é, se os planos vão ao encontro das necessidades sociais e económicas, se os planos resolvem bem. É esta a questão. E estes planos não o vão fazer. Quando nós tivermos planos maus, desacreditamos o planeamento. E Aveiro bem que precisava de uma atitude de planeamento mais consistente. Deixem-me retirar da questão do planeamento, que obviamente, é uma questão que eu gosto, para um outro tema mais geral, que é a questão do modelo de gestão que está a subjacente. Uma das razões que me trouxe cá, e as pessoas sabem-no, há três anos, quase quatro, foi discordar profundamente do modelo de gestão, achar que o modelo de gestão dominante era prejudicial para Aveiro e punha em causa o seu próprio futuro, fazia diminuir Aveiro. Continua-se a não valorizar, neste modelo de gestão, o dar visibilidade às grandes questões que afectam Aveiro. Para congregar os esforços dos cidadãos, as vontades e as disponibilidades de resolver os grandes problemas de Aveiro. Esta é uma trave mestra do anterior modelo de gestão. Esta é infelizmente uma trave mestra, ainda, deste modelo de gestão. Tem um outro rosto, tem um rosto mais humano, mas não deixa de ter os efeitos perversos que tinha o anterior. Para mim é fundamental que se saiba romper de vez com este modelo. As próximas eleições têm que marcar, sejam quais forem as equipas autárquicas, de qualquer um dos Partidos aqui presentes, todos eles legitimamente têm o direito de querer aceder ao poder. Que saibam inovar, que saibam romper com este modelo, demarcar-se completamente. Não pode ser. E o princípio é muito simples e não tem nada de teoria, tem de senso comum. Nem sequer é bom senso. É assim, é aceitar que o futuro de Aveiro é construído por todos nós e não apenas por aqueles a quem elegemos. Temos que aceitar este princípio e saber retirar as ilações, as mais simples. É que somos nós que fazemos o futuro, somos nós que temos que saber quais são as questões e como é que podemos contribuir para as resolver. Enquanto isto não acontecer, Aveiro é mais pequenino, Aveiro fragiliza-se. Quem não souber retirar estas ilações, tem que se dizer com clareza, não está em condições de presidir aos destinos de Aveiro".*

Entretanto entraram na sala os Vogais, Lourenço Martins dos Santos e João Pedro Dias.

Vogal Filipe Brandão:

" Sr. Presidente, Srs. membros desta Assembleia, serei muito breve, até porquanto, algumas das questões que eu queria aqui hoje

trazer já foram de alguma forma abordadas. Permitia-me no entanto, interpolar o Sr. Presidente, uma vez que os destinatários primeiros das minhas intervenções, hoje se não encontram aqui. E uma vez que V.<sup>a</sup> Ex. preside aos destinos deste Município, espero que esteja em condições de o poder responder. Assim, designadamente, eu gostaria de ver uma resposta ao teor da carta dirigida a esta Assembleia pelo artista Quintas, em que desafiando uma catilinária contra a política de Cultura desta Câmara, se questiona legitimamente porque é que, tantos anos volvidos, o seu monumento, a sua obra, ainda se não encontra em condições de funcionamento. Terá sido por deficiente planeamento da Câmara Municipal? Terá sido por desinteresse da política cultural da Câmara? Gostaria de saber a resposta, porque de facto, este cidadão solicita a esta Assembleia uma resposta. Segunda pergunta, era para o Vereador do desporto. Em primeiro lugar, eu gostava de interrogar V. Ex., Sr. Presidente, porque é que o Vereador do Pelouro do Desporto, terá, pelo que ouvi à pouco, marcado para esta mesma hora uma reunião de trabalho? Ou seja, quando é suposto que um Vereador com as responsabilidades que este tem, não compareça perante a Assembleia Municipal onde é suposto esclarecer os representantes deste Concelho numa atitude que no mínimo será de desconsideração, não só pelos membros desta Assembleia, como, essencialmente, pela figura de V.<sup>a</sup> Ex.. Mas, de qualquer modo eu gostaria de o interrogar relativamente a um dos temas que penso que neste momento está a ser equacionado pelo Vereador, não sei se pela Câmara e que gostava de saber neste momento. Que é a questão da eventual participação do Município numa sociedade desportiva. É uma questão que tem sido feita gala pelo próprio, cujos contornos se afiguram de alguma complexidade, que traduzem de algum modo uma opção política deste Concelho, e que portanto terá que ser discutido. É uma matéria candente na actual conjuntura e que, infelizmente, se não encontra aqui presente para responder, mas espero que alguém esteja em condições para o fazer. Finalmente, gostaria à semelhança do que já tenho feito, de obter de V. Ex. um comentário, para o facto de já terem decorrido quarenta e um meses, sobre a data em que a Câmara Municipal deliberou adjudicar a dragagem da ria; com a consequência da queda dos muros".

Vogal António Salavessa:

"Na reunião de cinco de Maio, a Câmara Municipal manifestou a sua surpresa e a sua satisfação, pelo facto, de a SUMA ter feito a limpeza do percurso do enterro do ano logo a seguir à sua passagem. Quando de facto, tive conhecimento que a SUMA fez esse serviço, eu pensei que tinha sido alguém da Câmara que tivesse sugerido.

Ora, pela leitura que faço da comunicação social, toda a gente ficou surpreendida por uma coisa que é absolutamente natural e que já se viu noutras partes, já se viu noutros locais, já se viu noutros momentos. Portanto, essa manifestação, querendo sublinhar ou indiciar, que o serviço que é privatizado corresponde a uma melhoria. Eu queria deixar aqui uma ideia que, a Câmara, se fosse responsável pelos serviços tinha condições para fazer a mesmíssima coisa, e para repetir esse tipo de comportamentos.

Além disso, queria deixar a indicação que a Câmara a partir de agora, que está em aprovação uma Lei da criação das empresas municipais, deve pensar muito mais, de quais são as soluções ideais para resolver os problemas de intervenção e de resolução dos problemas das populações. Segunda nota, visto que apesar de questionado, o Presidente da Câmara não soube responder ou não quis responder, acerca de uma chamada de atenção que fiz, de que estavam à venda garagens do Centro de Saúde de Aveiro. Aquele edifício público, criado com verbas do Orçamento de Estado, tinha garagens à venda para particulares. Ideia que me parece absolutamente absurda, visto que a haver espaço para estacionamento, deve ser o estacionamento reservado ao pessoal, aos médicos, aos enfermeiros, ao pessoal administrativo e aos utentes do centro, para poderem utilizar. Como é que um edifício público, tem garagens à venda? Como a Câmara, não sendo a única entidade envolvida é a uma parte interessada neste processo, queria que o Sr. Presidente pudesse, caso saiba, explicar o que é que se passa, que em minha opinião é um verdadeiro escândalo. Já que, para que não se diga que é só dar sopa, e como várias vezes chamei à atenção de o Município nunca ter atribuído a medalha da Cidade, a Mário Sacramento e já terem passados muitos anos após a sua morte, eu queria saudar, sem nenhum desprimor para os outros medalhados e para os homenageados no último Feriado Municipal, queria saudar a deliberação da Câmara de corrigir este erro; trata-se de facto de um erro por omissão que já tinha muitos anos.

Queria, em quarto lugar, saudar nesta Assembleia, a manifestação dos estudantes do ensino secundário, que realizaram ontem, contra alterações à Lei de Bases do Ensino, no sentido que contrariar o afunilamento, que as alterações à Lei de bases traz para estes estudantes e da falta de perspectivas que têm de acesso ao Ensino Superior. A juventude ao fazer a sua aprendizagem de cidadania, ao ver que a democracia não se resume ao voto, ao utilizar outras formas de intervenção que são perfeitamente legítimas, penso que devemos saudar esse gesto. Por último, e já de acordo com intervenções anteriores e com a presença das pessoas do Canal de S. Roque, aquilo que me ocorre dizer

*em relação a esta questão é o seguinte: ela vem acrescentar mais, julgo que também a intervenção do Sr. João da Peixinha, que muitos dos problemas que aqui são citados, são de facto, questões de policiamento, são questões de segurança dos cidadãos, que não são propriamente de outro tipo. É evidente que, a questão do policiamento, não é da responsabilidade municipal, a responsabilidade é de outras entidades. Agora, eu penso que o Município, a Câmara, esta Assembleia inclusive, não se podem alhear deste processo e dizer que isso é com a Polícia ou que é com o Governo Civil. Até porque o funcionamento das estruturas policiais, não tem qualquer forma de auscultar o sentido das populações, a não ser que haja queixas ou participações. Este sentimento difuso de insatisfação ou de segurança, a Polícia não tem maneira de o agarrar. É por isso que pré-anúncio uma iniciativa. Pré-anúncio que, na próxima reunião ordinária da Assembleia Municipal, vou trazer a esta Assembleia, a proposta de criação de um Conselho Municipal de segurança dos cidadãos. Ou seja, uma estrutura de participação em que representantes das Instituições, representantes da Assembleia, representantes do Município e representantes das Forças de Segurança possam com regularidade, trocar impressões e chegar a conclusões acerca daquilo que se passa".*

**Vogal Diogo Machado:**

*" Sr. Presidente, necessariamente mais breve que o Sr. Salavessa. Três pontos muito rápidos, em primeiro para interpolar directamente a Mesa da Assembleia, se já tem alguma resposta ao meu pedido efectuado no período de antes da ordem do dia, da reunião extraordinária passada, em relação às moradas dos Deputados desta Assembleia Municipal que o Sr. Presidente me disse que me daria a resposta nesta reunião. Em segundo lugar, para além de carta, eu, Diogo Machado, Vogal nesta Assembleia Municipal, também recebi telefonemas em casa, portanto, depois da última reunião extraordinária desta Assembleia, também recebi telefonemas em casa do Administrador da Casal Sr. Paulo Barros Vale. E para que fique em acta, eu gostaria de referir claramente nesta Assembleia, que a continuar este procedimento, o meu voto, e antecipo já isto tudo antes da discussão se efectuar, o meu voto será um voto contra, por principio, e porque não quero nunca ser conotado com pressões ou de ceder a pressões de qualquer tipo. E considero esta uma pressão indesejada. Ponto dois, para me congratular e felicitar a Câmara com a organização das Festas da Cidade; ainda ninguém aqui falou disso. Para dar os parabéns mais uma vez à capacidade organizativa e às Festas da Cidade em si, pondo apenas, uma nota de desgosto ou de tristeza, digamos assim, a um facto ocorrido no*

*jantar do dia 12 de Maio, que pensava eu, era um jantar das forças representativas, vivas, da Cidade. E que se transformou, um pouco deselegantemente num local de distribuição de propaganda política de um candidato anunciado à Câmara Municipal desta Praça. Só para deixar também este tom de que eu, enquanto vogal da Assembleia Municipal, achei de certo modo deselegante essa distribuição desse material publicitário no jantar das Festas da Cidade. O terceiro ponto, também para falar na sociedade desportiva, que agora se tem ouvido, e o que eu sei, é exactamente o que ouvi no rádio, e ouvi no rádio há já duas semanas que, a Câmara Municipal de Aveiro, estaria a liderar, a lançar e a moderar, um projecto de congregação de três equipas de basquetebol de Aveiro, a saber o Esgueira, o Beira Mar e os Galitos, projecto esse, que a Câmara Municipal de Aveiro teria através, do seu Vereador do Desporto, o Eng.º Belmiro Couto, o prazer de moderar. Isto foi o que eu ouvi na comunicação social. Se assim é, e se a Câmara Municipal tomou a iniciativa de sentar à mesma mesa estes três grandes clubes representativos do desporto deste concelho, procurando promover um entendimento entre eles, no sentido de granjear para Aveiro, no futuro, representações cada vez mais condignas e ao nível de top (como agora se diz) nomeadamente no basquetebol, procurando desta maneira também que os clubes se entendam, e verifiquem de uma vez por todas o problema das receitas e das despesas. Nesse sentido e por essa moderação, mais uma vez, as minhas felicitações à Câmara Municipal".*

**Vogal João Tavares:**

*" Não era minha intenção intervir mas, perante as declarações do Sr. Peixinha, o Sr. Presidente da Câmara não teria oportunidade nem conheceria a resposta, eu vou dá-la. Na entrada de Taboeira, foi reparado o pavimento daquela artéria, uma vez que estava em péssimas condições. Na verdade aquilo não tinha condições para passeios, porque a largura do pavimento não dava para passar um autocarro por outro, ultrapassar. Então, depois dos técnicos da Câmara, que acompanharam a obra, terem discutido e comigo e com a própria população moradora naquela área, chegou-se a uma conclusão. Ou se pavimentava a rua toda de um lado ao outro e as pessoas não teriam qualquer segurança quando saíssem de casa para a rua, ou os passeios tinham que se ser feitos com um lancil rebaixado e pavimentados com um tapete a fim de possibilitar a ultrapassagem de camiões ou autocarros um pelo outro, e ao mesmo tempo servirem também de protecção às pessoas ali moradoras. Pois isso não foi feito, sem as pessoas serem consultadas, lá residentes. Eu tive ocasião de explicar isto ao Sr. Peixinha a razão porque isso acontece, se aquilo é feito com um espírito e os utilizadores o*

fazem com outro, lamentamos. Acontece que, uma vez que estamos neste campo, eu lamento imenso que a Câmara no seu todo, tenha autorizado construir umas obras novas, na entrada mesmo dessa estrada, do lado esquerdo, que nem sequer deixaram espaço para passeios. Eu impus-me, quando as pessoas começaram a fazer aquele trabalho e as pessoas disseram, não, o alinhamento foi feito pelos técnicos da Câmara. E não temos espaços para fazer passeios. Lamentamos esse facto. Já agora, eu não costumo trazer para aqui para a praça pública, as questões da minha freguesia. Eu quando intervenho é sempre por questões de trabalho e nunca por questões políticas. E costumo conversar com o Sr. Presidente da Câmara e discutimos as situações. Mas, já agora, há dias também apresentei esta questão ao Sr. Presidente, tenho um problema grave, todos os dias somos pressionados pelos moradores, que é a rua Costa Cascais, são as condições dos passeios que lá estão. Eram para ser executados não foram, o empreiteiro colocou tout-venant, as pedras estão soltas, as pessoas de idade não conseguem lá andar porque caem, andam na estrada, é um perigo constante. Pedi ao Sr. Presidente encarecidamente que mande tirar aquele tout-venant quanto antes e que ponha lá areia. Se quiser, a Junta de Freguesia disponibiliza a mão de obra para a colocação da pedra do chão. Mais uma vez, deixo aqui o repto ao Sr. Presidente e agradeço encarecidamente que o resolvesse o mais breve possível".

Vogal Manuel António:

" Só alguns comentários a alguns dos problemas que muitos deles já foram aqui trazidos. Gostava de primeiro, referir que, aquilo que eu considero os desabafos do Sr. Peixinha e também daquilo que é a preocupação de alguns moradores desta cidade, diz respeito ao desenho desta cidade, que nós já várias vezes aqui temos criticado. Esta cidade está construída de uma maneira que não permite um desenvolvimento moderno e sustentado, está construída e continua a ser construída mesmo nos bairros novos, de maneira a que não há equilíbrio nas diversas zonas. Continuamos a misturar ao mesmo tempo zonas de lazer e zonas habitacionais e depois surgem todos estes problemas. De uma vez por todas eu penso, que temos que encarar o planeamento de uma maneira séria, como o professor Rosa Pires já aqui disse. É esta a solução para o problema, não há outra solução. Não é só o policiamento, porque os Polícias, se tivéssemos zonas habitacionais por um lado e zonas de lazer por outra, é claro que, à noite, onde as zonas de lazer são muito mais activas, teríamos muitos mais Polícias disponíveis nestas zonas. Nas zonas habitacionais talvez não fosse possível, nem fosse preciso, tanto policiamento. É só uma questão de planeamento. E é isso que nós, de

*uma vez por todas temos que fazer. E não há dúvida que, quando não havia planeamento é porque não havia planeamento, agora que há planeamento, segundo parece, como o professor Rosa Pires diz, se calhar está mal conduzido, eu acredito que esteja a ser mal conduzido. Porque realmente não há dúvida, que o Plano de Urbanização, há tanto tempo que se fala nele, estamos acabar o mandato, e Plano de Urbanização nada. Esta era só a primeira questão e por isso, a culpa, há muita culpa da Polícia, há muita culpa do policiamento, reconheço que há. Reconheço que muitos dos nossos Polícias são muito zelosos em questões de trânsito, não são tão zelosos noutras questões, principalmente questões de segurança, junto de bairros habitacionais. Isto é um facto, no entanto nós é que demos as condições para que isto aconteça.*

*Porque não se compreendem que bairros novos, continuem a ser tratados e planeados da maneira que são. O Bairro do Liceu, não pode ser um Bairro que tenha uma zona habitacional e tenha lá os cafés da moda, nem as discotecas da moda. O Bairro da Forca-Vouga, não pode ter as ruas apertadas que tem, onde não passam autocarros. O Bairro da Forca-Vouga não pode ter zonas onde não haja ainda iluminação eléctrica nem ruas pavimentadas. E, por aí adiante, sem falar da Quinta do Carramona, sem falar na zona de Sá-Barrocas que ainda não está construída e já está a ter problemas; por exemplo de estacionamento no separador central e outras questões por aí adiante. Para já não falar no Bairro do Alboi, que mais uma vez o planeamento vem no sentido errado, precisamente de dotarmos uma zona habitacional ao lado de uma discoteca. E não tem nada haver também com o horário que fecha discoteca. Não tem nada a haver com isso, porque tanto se faz barulho às duas da manhã, como às três, como às quatro como às seis. Faz-se barulho porque é uma zona de lazer e numa zona de lazer é para fazer barulho porque senão, não é zona de lazer. Agora tem é que estar colocado em zonas onde se possa fazer barulho. E essas coisas estão nos livros, eu se calhar não conheço os livros, mas acho que os técnicos em que a Câmara se baseia, devem conhecer esses livros. Uma outra questão que gostaria de trazer aqui, porque me mete uma certa impressão, por vezes, quando nós justificamos alguns, dos arranjos que se têm que fazer na nossa Cidade, e é um arranjo que o Sr. Barbosa tem falado várias vezes e que, eu também sinto, nunca falei dele aqui, mas sinto também como uma preocupação, que é a Ponte Praça. Realmente aqueles passeios estão gastos e têm declive, e por isso, as pessoas podem-se magoar ao descer aqueles passeios. Agora, não posso nunca aceitar é como justificação para se arranjar os passeios, é que vem aí o Turismo. Os passeios têm que ser arrançados por nós, para que nós não caíamos lá, é para nós, não é para os outros. Os outros vêm por*

*acréscimo, os outros podem usufruir das coisas que sejam boas para nós. Esta é a minha perspectiva também em relação ao Turismo. Nós não somos um País do terceiro mundo, temos que ser cada vez mais do primeiro e fazermos as coisas para nós, para que a nossa qualidade de vida melhor. Por isso Sr. Barbosa, nunca use mais argumentos de dizer: É uma chatice que vêm aí os turistas e depois nós não conseguimos mostrar aos turistas as coisas boas que nós devíamos mostrar. Uma terceira questão que também gostaria de colocar é a questão, (Sr. Dr. Nascimento eu chamo a questão pelos nomes) dos ovos moles, nós temos que falar nos nomes. Realmente é uma questão que me preocupa porque, antigamente, estas coisas eram feitas todas de uma maneira artesanal. As coisas são feitas de uma maneira artesanal, é natural, que quando há uma certa projecção, que aparece uma indústria e que faça as coisas de uma determinada maneira que eu não quero dizer, se é bem ou se é mal. Pelo menos está a dar uma certa projecção. Agora, a projecção que for dada, deve ser dada da maneira correcta. E nós temos que ter uma comissão de pessoas entendidas no assunto, que possam averiguar se realmente é a maneira mais correcta de divulgar, e se a receita está a ser seguida, e isto em relação aos ovos moles e isto em relação a outras coisas. Isto é um problema de Cultura. Eu pasmo-me, da Sr.<sup>a</sup> Vereadora da Cultura, que tem feito uma série de programas de recolha nas Freguesias de assuntos importantíssimos, e se faz esse género de coisas, como é que ainda não se olhou para os ovos moles e não se viu que há ovos moles que são diferentes uns dos outros. Por isso, ou uns são os verdadeiros e outros os falsos, ou são todos verdadeiros, mas então que nós saibamos de uma vez por todas, e não digamos que desta pastelaria que são bons, da outra não são e da outra também não. Porque, ainda bem que há gente e há fábricas que querem projectar os nossos doces, e que querem levar para mais além o nome dos ovos moles. Que bom que isso aconteça. Agora, vamos é fazer as coisas de uma maneira correcta, e isto é um assunto que eu acho que devia ser prioritário e aí também em termos turísticos da própria Câmara. Por isso interesses turísticos e interesses de cultura. Por isso, vamos a Câmara, a assumir esse processo, uma vez que esse processo começou pela sociedade civil e ainda bem que começou, porque senão, não havia nada e daqui a uns tempos, ninguém se lembrava de qual é a receita original dos ovos moles. E quem diz os ovos moles, vamos para outras coisas, vamos para as enguias e vamos para outras coisas assim gastronómicas.*

*Em relação à questão da SUMA, que o Sr. Salavessa levantou e já não é a primeira vez que levantou. E, eu quero dizer o seguinte: é que desde que a SUMA assumiu a recolha dos lixos, eu digo-lhe, olhe que as coisas melhoraram bastante. Eu reconheço que as coisas*

*melhoraram muito. Se diz assim: Mas podiam melhorar muito mais. Se calhar podiam; mas olhe que as coisas estão muito melhores. Olhe que agora, faz-se qualquer festa aí da cidade, aparece logo um carro, por trás a limpar as coisas. Quando os contentores estão estragados, estão danificados ou coisa assim, por actos de vandalismo, por outras coisas quaisquer, são logo a seguir reparados. Tenho eu visto, que as coisas têm vindo a melhorar. É um sistema de privatização, que eu acho até que pode ser seguido, noutras actividades e noutros encargos que a Câmara tem".*

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal António Salavessa:

*" Não é um protesto em relação à última parte da intervenção. Penso que, durante a discussão do Plano de Actividades, vamos voltar a este assunto e vamos ter muito tempo para discutir em pormenor a questão da higiene e da limpeza, e da privatização. O meu protesto tem outra razão. Tem, ser assumidamente dito por este membro da Assembleia Municipal Dr. Manuel António, que muito prezo e estimo, que ia fazer uma intervenção para responder, de apontamentos daquilo que os outros disseram. Eu, parece-me incrível como é que haja quem se inscreva num período de antes da ordem do dia, sem ter nada para dizer, apenas, para se referir às intervenções dos outros".*

Vogal Manuel António:

*" Se disse isso então tem toda a razão em protestar. Agora o que é um facto é que alguns dos assuntos que eu aqui ia trazer, como a questão dos ovos moles, foram abordados primeiro. E como foram abordados, não tiro mérito a quem aborda os assuntos primeiro. Ainda bem que fez esse reparo. Muito obrigado Sr. Salavessa".*

Vogal Diogo Machado:

*" Só para fazer um pedido de esclarecimento em relação à intervenção anterior do Dr. Manuel António, em relação ao planeamento. Como devem reparar, eu sou o membro mais novo desta Assembleia e há determinado tipo de conceitos que ainda não aprendi, nem sequer assimilei, e ainda por cima há um determinado tipo de conceitos que são abordados e afluídos, nomeadamente por dois especialistas, penso eu, da bancada do PSD, de maneiras distintas cada vez que intervêm. Enquanto, o professor Rosa Pires fala numa perspectiva do planeamento coordenado e conjugado. Que eu penso que deve ser esse o caminho. O*

*Dr. Manuel António agora, nesta sua intervenção, suscitou uma espécie de uma coisa que não consigo bem clarificar, que é separar as zonas de lazer das zonas habitacionais. Isto é, nós moramos num bairro, queremos tomar um café e temos que andar dois quilómetros. Só pergunto também, é que, nesta óptica do planeamento, não se criará também zonas habitacionais de primeira, de segunda e de terceira".*

**Vogal Armando Vieira:**

*"Eu queria que o Sr. Presidente me esclarecesse, na intervenção do Dr. Jorge Nascimento, quando se referiu a pessoas que são afortunadas, desprotegidas, desafortunados no que respeita à construção de edifícios e à sua volumetria. Se tem alguns casos concretos para citar, se por exemplo, se refere àquela torre vergonhosa que está ali à saída do Eucalipto, que se calhar é um desses casos, ao contrário. E outras situações parecidas".*

**Vogal Jorge Nascimento:**

*" Sr. Presidente, eu devo dirigir-me ao Sr. Presidente e evidentemente, tendo como referência a intervenção desse Sr. Deputado. Eu preocupo-me em falar com clareza. Agora eu só lamento não me fazer entender. Porque eu afinal, falei em tese geral, disse que isso era um problema local e nacional. E disse que isso apontava para uma correcta política de solos. Eu não disse que era este caso ou se era aquele. Eu até considero isto, Sr. Presidente, de muito acinte e de muita lamentação. E lamento, até digo, ter de lamentar".*

**Vogal Victor Mangerão:**

*" Sr. Presidente, tentarei rentabilizar o melhor possível. E começo desde já por garantir que não era minha intenção referir alguns aspectos que vou referir; embora de forma sintética. E isto em discordância com aquilo que aqui foi dito. Sempre, no período de antes da ordem do dia, houve liberdade democrática assumida de se dar indirecta ou directamente réplica a intervenções anteriores. Não conheço aqui nenhum espartilho de dizer assim: ou vens para cá já com uma coisa estudada ou então não falas, não podes estar a aproveitar o que os outros disseram. Não me lembro disso. Aliás, estes pedidos de esclarecimentos e resposta aos esclarecimentos, provou precisamente que se estava a deixar sair pela janela o que se estava a querer fazer entrar pela porta. Isto não foi mais, senão uma coisa ainda pior do que improvisar respostas ou comentários ao que aqui foi dito. Porque, isto aqui, é uma mini Assembleia política, essencialmente neste período, e tem que ser aproveitado. Então não foi aqui já feito o protesto que toda a*

gente comunga com certeza, de que há falta de participação dos cidadãos. E vamos nós, coarctar-nos a nós próprios, que somos pelo menos os privilegiados Eleitos de estarmos numa Assembleia, com microfones à frente? Que diabo. Tenham senso Senhores! Segunda coisa, o problema que aqui se me põe, com abertura, não deixa de ser este: Afinal de contas como disse o Dr. Nascimento, Aveiro está a crescer, a crescer, os índices de crescimento são enormes, (não sei se à chinesa mas segundo ele são enormes) ou Aveiro está mais pequenino, como disse aqui o Professor Rosa Pires? Penso que estamos a falar de duas realidades que são só uma; mas vistas em perspectivas diferentes.

Nem Aveiro está a crescer tanto, que seja a assim uma desmesura, ao lado de outras cidades médias de província; que todas elas têm crescido. E não é preciso ir ali ao velho exemplo de Viseu que é o mais próximo. Mas penso que realmente nem Aveiro está a crescer tanto como isso, e se calhar o problema de Aveiro, não é o crescer mais ou crescer menos, é o crescer bem ou crescer mal. Porque se calhar os cidadãos de Aveiro, há trinta anos, quando Aveiro não crescia tanto, como agora parece que cresce, não tinham o mesmo tipo de problemas, que hoje se levantam. Nem as questões eram tão graves. Nem o futuro era tão imprevisível em termos dramáticos, como neste momento pode estar a ser. De erros que se cometem e que depois são irrecuperáveis, de perversões que se fazem, sobre erros cometidos no passado e que não se emendam, de aprendizagens que se tarda em adquirir definitivamente.

Eu penso que sobretudo, há uma falta de substância na ideia do crescimento, e daí, todas as contradições que eu aqui já anotei. Por um lado, quer-se que Aveiro cresça e Aveiro até cresceu em larga medida, porquê? Tem a Universidade. 7000 alunos, alguém quer mandar a Universidade embora? Alguém quer pôr fora os 7000 alunos? Não, mas ai meu Deus, que esse crescimento, que essa gente, que essa juventude, quer discotecas; ai meu Deus, que as discotecas têm que estar numa cidade que ainda é tão pequena, que não podem estar feitas em jardins zoológicos a dez quilómetros de distância, nem a juventude ia para lá. Mas ao mesmo tempo como é que resolvemos o problema? Receita: Planeamento. Mas, o planeamento do que está? Ou planeamento para o que vier aí? Há coisas, que são situações de facto, que se têm de assumir. Nós não assumimos coisas muito mais miseráveis como por exemplo, por causa de discussões de verbas, de falta de capacidade política, seja do que for, os muros da ria, como aqui foi lembrado à bocado, estão há quarenta e um meses para levantar. Vêm-me falar dos ovos moles, aqui, na Assembleia Municipal? Aveiro já está reduzida. O seu ex-libris já são os ovos moles meus senhores? Eu adoro ovos moles. Tenho posto de lado, porcarias de ovos moles, de imitações rascas, em

*coisas organizadas pela própria Câmara. Em Aveiro é prioritário falar dos ovos moles? Não brinquem comigo. É prioritário para o mercado das doçarias. Pode ser importante para a perspectiva gastronómica do Turismo, mas eu pergunto, esta Câmara tem política de Turismo? Não. Transferiu a responsabilidade do Turismo para uma coisa chamada Rota da Luz. Estamos aqui a discutir a Rota da Luz? Não. Quantas vezes aqui foi pedido, que se rediscutisse a problemática do Turismo em que Aveiro, Concelho, está integrado? Alguma vez se discutiu e se assumiu isso profundamente? Não. É a Rota da Luz, ovos moles, não é de Aveiro, para esta Assembleia Municipal, é para a Rota da Luz. Para mim é assim, e para o mercado da iniciativa privada, e para quem quiser discutir esses interesses nos jornais. Agora aqui não se discute ovos moles, quero discutir coisas mais importantes. Espantam-se da prostituição. Ai, querem um porto grande de Aveiro a desenvolver-se aqui ao lado. Ai, querem a rapaziada toda por aí, no fogo da juventude. Ai, querem os camiões de TIR. Ai, querem a Guarda Republicana cá com centenas de recrutas. Ai, querem isso tudo. E não querem prostituição? Que resolvam o problema. Ai, é com Polícias? Ai, é com comissões de segurança, Sr. Salavessa? Vamos então criar aqui uma estrutura para lá da protecção civil, para lá da misericórdia, para lá das criticas do Sr. Bispo, para lá dos jornais locais, para lá disso tudo, ainda vamos criar uma comissão de segurança, para compensarmos aquilo que falta, nos critérios, que são aí da Câmara, logo a primeira coisa, que são a iluminação dos espaços. Ponham o Rossio bem iluminado e depois digam-me, se as Meninas e as Senhoras têm tanto receio como hoje têm de lá andar. E se as sombras que por lá se escondem com os chulos ao pé, se ficam à vontade. Iluminem aquilo bem. Essa zona, que aqui foi citada à bocado já é de há muitos anos. Sempre conheci essa zona do fundo da Avenida com prostituição, do lado esquerdo, nunca do lado direito, ao pé da estação. Iluminem-na melhor. Não se esqueçam que das garantias fundamentais dos cidadãos não permite que se prenda uma fulana, só porque tem um ar não sei quê, e está parada à porta. Não baralhem as coisas, não se contradigam, sobre aquilo que querem ou não querem para Aveiro. Assuma-se aquilo que Aveiro precisa. E o que Aveiro precisa, fundamentalmente é isto: É uma filosofia de qualidade de vida, uma ideia da cidadania do Aveirense. Não me basta também o invocar o sal. Peço desculpa aos meus amigos socialistas. É outro símbolo. Podiam ser os ovos moles, foi o sal. O sal tem mais consistência filosófica, já é bíblico, o sal já vem da bíblia, "o sal da vida". Mas, o sal em Aveiro também é o símbolo, precisamente, daquilo que Aveiro perdeu e que já nunca mais vai recuperar e, se calhar bem. Aveiro foi a capital do sal? Há anos que o sal de Aveiro já andava a ser aldrabado, e roubado, e a ser*

*ultrapassado pelo sal de Setúbal e depois pelo sal da Tunísia, e por isso tudo. Desde quando é que Aveiro, já não vive do sal infelizmente? Quantos Aveirenses hoje, ainda podem viver do sal? Daqui a dez anos, quantos é que ainda ganharão um tostão à custa do sal de Aveiro? No entanto, o sal é um símbolo. É um símbolo do passado. É um símbolo poético, é um símbolo bonito. Não sei se é com esses símbolos que nós conseguimos endireitar o futuro. Agora, conseguimos endireitar o futuro sim, se tivermos esta coragem de compreendermos, que apesar do rosto humano acrescido, destes últimos anos da Câmara, houve uma coisa que foi impossível de suprir por mais boa vontade, por mais simpatia, por mais concórdia que houvesse entre o Partido, que tem o Executivo maioritário na Câmara e os Partidos que estão na oposição. Não se conseguiu suprir uma coisa, foi inclusive a falta de experiência, a falta de conhecimento, a falta de capacidade de apreensão do que está imediatamente à nossa frente. Estes últimos anos, foi uma catadupa de planos de pormenor. Os efeitos não são agora que se notam. Ver-se-ão daqui a algum tempo, mas a gestão desta catadupa de coisas, aí, nós todos falhámos e é evidente que a maior responsabilidade tem que estar sobre os ombros do Executivo, mas isso faz parte também do percurso histórico que todos estamos a atravessar. Agora, ainda é tempo e eu que não ando metido em eleitoralismos, nem vou andar de certeza absoluta, digo: Aqueles que forem candidatos e aqueles que ganharem, ao menos esses assumam desde já a consciência da fase de transição, de que necessariamente temos de sair, enquanto é tempo, sob pena de não haver ovos moles, não haver sal. Aveiro fica anónima e despersonalizadamente uma terra como outra qualquer, com as amalgamas, com as chatices e com as coisas todas do costume, que qualquer terra pode ter. Não é o tamanho que faz Almada, ou o Barreiro, ou o Seixal, ou Odivelas ser uma Cidade muito bonita, onde vale a pena ir comprar doces ou trazer comida mais salgada ou menos salgada".*

Entretanto entrou na sala a Vogal Virgínia Celeste da Silva Veiga.

Vogal Pedro Dias:

" Sr. Presidente, Srs. membros da Assembleia, muito rapidamente para também tentar rentabilizar ao máximo o tempo. Três assuntos distintos, sendo que, dois deles já aqui foram focados, mas subscrevendo a parte da intervenção do Dr. Victor Mangerão, porque entendo que nenhum tipo de mordação pode pairar sobre esta Assembleia. Não é o facto deles aqui já terem sido abordados que me impedem de os referir. O primeiro tem a ver, e foi levantado pelo meu colega de

bancada, Sr. Diogo Machado, com o facto já aqui discutido na última Assembleia, que por motivos profissionais não pude estar presente e portanto, a ele não me pude associar porque o assunto já aqui foi trazido; tem a ver com as pressões sobre esta Assembleia Municipal. E queria dizer que, considero legítimas as pressões sobre os órgãos políticos. É algo que não me choca, é algo que não repugna, quando elas são feitas dentro de determinados limites. É evidente que, quando esses limites são ultrapassados, eu creio que essas pressões deixam de ser legítimas, essas pressões passam claramente a tornar-se ilegítimas. E queria desde já dizer e posso fazê-lo em nome desta bancada, que nós seremos completamente imunes às pressões para a resolução da questão em causa. Sejam essas pressões cartas, sejam essas pressões convites para almoço, sejam essas pressões a "invasão" desta Assembleia por pessoas que pretensamente pretendem aqui vir ou aqui possam tentar vir condicionar qualquer tipo de tomada de decisão. Neste momento, eu creio, devo-lhes dizer com sinceridade, que essas pressões se aproximam da ilegitimidade. E se as pressões se aproximam da legitimidade, elas podem vir a ser determinantes na determinação do sentido do nosso próprio voto e seguramente, poderão acabar por funcionar de forma contrária para quem as tenta exercer. O segundo ponto que aqui gostava de trazer e é uma questão que dirijo directamente ao Sr. Presidente da Câmara, dado que, como também já foi referido, quem de direito, infelizmente, prima pela ausência. Não tem a ver, ao contrário do que disse o Sr. Dr. Filipe Brandão, com a sociedade do basquetebol ou sociedade desportiva do basquete. Permita-me Sr. Presidente, que o questione sobre esta mesma matéria, mas não sobre este assunto.

A questão é a seguinte e coloco-lhe a questão, porque desde que foi aprovado o último Plano de Actividades da Câmara, saiu legislação sobre sociedades desportivas, que permite às autarquias passarem a intervir como accionistas em sociedades desportivas de natureza profissional. Não é só o basquetebol como aqui foi dito, o basquetebol será eventualmente e a fazer fé no que se ouve, o processo que estará mais avançado, mas não tenhamos dúvidas que logo a seguir, virá a questão do basquetebol. E nós já tivemos um exemplo, que eu me abstenho de qualificar se é bom se é mau. Nós já vimos uma instituição, uma entidade pública, concretamente, o Governo Regional da Madeira, tomar conta de três clubes de futebol. Já vimos o Presidente do Governo Regional da Madeira nomear o Presidente de uma sociedade desportiva e chegaram ao limite de dizer, que o treinador de uma equipa de futebol vai ser A, B ou C. A questão que eu coloco, Sr. Presidente da Câmara é, se no espírito de V.<sup>ª</sup> Ex. paira a possibilidade de a Câmara Municipal, poder vir a intervir e a participar como accionista, como sócio de

capital, em sociedades desportivas profissionais, se isso é viável, se não é viável, se é pensável ou não, se prefere enveredar por aí, ou pelo contrário prefere a situação actual, em que a Câmara, no fundo, é o contribuinte liquido da generalidade do desporto profissional no nosso Concelho, mas sem assumir os ónus daí derivados, ou melhor, poupando-se à assunção das responsabilidades de gestão que daí derivam. Mas penso que esta questão e esta reflexão, permitam-me que o diga, ainda que a questão se dirija ao Sr. Presidente da Câmara, deve ser colocada a todas as bancadas. Isto é, eu gostaria de saber, eventualmente em tempo próximo, se de facto, as diferentes bancadas presentes nesta Assembleia, admitem não admitem que, a Autarquia, possa participar neste tipo de sociedades, porque meus senhores não façamos como a avestruz, não tentemos meter a cabeça na areia, porque o problema fatalmente vai-se colocar. E, se não se colocar agora, coloca-se daqui a um mês e se não for daqui a um mês, é daqui a dois, três, quatro, cinco meses, o problema está aí. E a questão que eu dirigia à Câmara Municipal, gostava também sobre ela de em tempo oportuno, poder escutar aquilo que as outras bancadas eventualmente tenham a dizer.

Terceiro ponto, muito breve, não foi mencionado aqui hoje, mas é um problema que já tem sido referenciado pela sociedade civil, é um problema que já tem dado origem a tomadas de posição, em termos da imprensa. A bancada do PP, irá depositar na Mesa uma moção, moção essa, se quisermos reivindicativa, no sentido de que terminada a Expo'98, a fragata que foi aqui reconstruída possa para aqui voltar, possa aqui ser rentabilizada, porque de facto Aveiro e os Aveirenses, deram um contributo importante, importantíssimo mesmo, à gesta dos Descobrimentos. E uma embarcação daquele nível que aqui foi recuperada, terá na nossa zona o lugar apropriado, no nosso ponto de vista, para servir as populações. Depositarei na Mesa uma moção nesse sentido, o Sr. Presidente dar-lhe-á o tratamento regimentalmente adequado".

Vogal Custódio Ramos:

" Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, se eu quisesse levar à risca a recomendação do Sr. Salavessa, não podia falar mais nada do que aquilo que tinha na minha mente. Não podia abordar nenhum dos assuntos que aqui foram já abordados pelos meus antecessores. Mas, a verdade é que há temas que foram ligeiramente abordados que carecem de reflexão. E não é hoje o dia para discutir a questão da Casal, e os Deputados do CDS/PP, já quiseram discutir a questão da Casal, já emitiram opiniões sobre esse tema. Não está hoje em discussão, a questão da Casal. O Sr. já anunciou que ia votar contra,

também já está a ser chantagem. Eu não conheço o projecto, talvez os que são da maioria, estejam nos corredores da Câmara Municipal e conheçam a matéria, e de facto já tenham a opinião formada. Eu sou um simples munícipe, coitado de mim, não tenho acesso a esses meandros, não ando a bater à porta do Sr. Presidente da Câmara, não sei o que se passa. Quando chegar o dia, em consciência, carrego no botão e voto.

Quanto às sociedades desportivas, também já agora veio o nosso amigo se me permite, e colega de Assembleia Dr. Pedro Dias, exercer a sua influência para lançar a Câmara na compra de acções de uma OPV, que vai haver agora qualquer dia, de algum clube desportivo cá da nossa zona. Eu espero que essa OPV Sr. Presidente, em momento próprio também todos nós saberemos aconselhar, hoje não está em discussão. Quanto à fragata D. Fernando, tenho a dizer que a gesta Portuguesa não é de Aveiro, e a fragata tem a ver com a gesta, e se é colocada junto Belém, temos que convir que Aveiro perde junto a Belém. Mas, oportunamente nós vamos discutir esse tema. Eu, Sr. Presidente, também não vamos discutir o sal. Mas, como o sal significa tempero, eu para temperar um bocadinho esta Assembleia, queria virar um pouco, alguma maledicência que se gerou hoje e dar os parabéns ao Sr. Professor Celso Santos, pelo seguinte: aqui, vem-se dizer sempre mal, sempre mal, sempre mal; alguma vez se tem que dizer bem. Há um ano, eu desafiei o Professor Celso Santos a consertar a pedra que está na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, a pedra dedicada à Liberdade. E ele disse: Assumo o compromisso, dezasseis de Maio do ano que vem, lá estará a pedra, poderão os adeptos do dezasseis de Maio ir depositar flores. Eu não estive cá no dia dezasseis de Maio, não se alguém foi depositar flores. Uma coisa eu sei, o Presidente da Câmara está de parabéns porque cumpriu a palavra, a pedra está lá no sítio. Está, com a deferência possível, porque aquilo também não dará grandes arranjos, mas penso que está com dignidade. Queria que o Sr. Presidente, me fizesse a fineza de explicar o que é que significa uns ferrinhos que lá puseram nos últimos dias, que eu essa não percebi. E, eu acerca da Liberdade, considerando até que o Padre João Gaspar já escreveu um livro " Aveiro Terra da Liberdade" , e nós que nesta região de Aveiro, temos com um certo denodo, agarrado a essa ideia, Aveiro terra da liberdade, já que o Professor Celso efectivamente cumpridor desta palavra, e teve o arrojo, de sem quaisquer complexos satisfazer aquele arranjo e o símbolo que aquilo significa. Porque o dezasseis de Maio de 1828, posto em contraponto com o doze de Maio, perdeu. Mas perdeu numa óptica religiosa, o Dr. Victor Mangerão é um dos responsáveis, e eu estou a favor do doze de Maio, mas também gostaria de ver a Liberdade, com outro significado que não aquela simples pedra. Sr.

*Presidente, tenha a coragem e pense nesta ideia, a Avenida Central porque não há-de chamar-se a, Avenida da Liberdade?"*

**Vogal Diogo Machado:**

*" Apenas para dizer, Sr. Presidente, através de si, ao Sr. Deputado Custódio Ramos, de que ele esteve realmente desatento quando eu falei na questão da Casal. Não quis discutir questão da Casal nenhuma, pedi apenas as informações que a Mesa da Assembleia disse que me as traria hoje. Só isso, e anunciei, tal e qual, o Sr. poderá comprovar na acta, de que a continuar este tipo de pressões, que eu já considero ilegítimas como bem já referiu o meu colega de bancada, Dr. Pedro Dias, o meu sentido de voto, será contra".*

**Vogal Custódio Ramos:**

*" Permita-se, Sr. Presidente, um contra protesto. É que estas discussões antes de tempo, é obvio que eu sei que o Sr. não quis discutir o tema hoje, mas já na última vez em que o Sr. aqui introduziu, foi a distribuição ou não das nossas direcções, foi essa questão de fundo. E a verdade é que, o que alguma comunicação social relevou, não foi a questão das direcções dos Autarcas, foi a questão da Casal. E, eu quero mais uma vez referir que não está em causa a discussão deste lobby daquele ou daquele outro, acho que têm direito a fazer lobbys, mas eu concordo com o Dr. Pedro Dias, quando diz: Deixem-nos em paz até ao dia da votação. Simplesmente, não quero é também que se pense que eu autarca deste município, tenho medo que saibam onde eu moro, a que horas eu me deito e onde vivo. Não vivo em clandestinidade. Daí que, discordo quando alguns membros desta Assembleia, sejam eles quem forem, venham dizer que proíbem a Mesa de dar a direcção. E o Sr. Diogo Machado, hoje começou o seu discurso com essa questão de novo. Portanto, o Sr. mantém que proíbe a Mesa, só que não tem o direito de proibir a Mesa. Quer a Câmara, quer a Assembleia Municipal através da Mesa, as nossas direcções estão nos Tribunais, estão em todo o lado. Quem não quer que se saiba, não pode ocupar estes cargos".*

**Vogal Diogo Machado:**

*" Eu realmente pedi, na última sessão extraordinária, que o meu endereço não fosse distribuído. E tinha razões para isso, porque na semana seguinte, e em relação à comunicação social eu não tenho absolutamente nada a ver como os representantes da comunicação social nesta Assembleia desempenham o seu trabalho, levam avante aquilo que têm a fazer, é com eles, não é comigo. Eles têm que analisar, nós temos que trabalhar aqui. Realmente na semana a seguir a eu ter pedido a que*

*o meu endereço não fosse publicado ou publicitado ou atribuído ou distribuído, eu fui alvo de uma série de telefonemas, exactamente da administração da metalurgia Casal. E, relembro que este assunto foi aqui levantado pela primeira vez nesta Assembleia, por um membro da bancada do Partido Socialista, a saber o Dr. Raúl Martins, a propósito da distribuição de um órgão de comunicação social concretamente o jornal da Pateira. Muito me espanta que agora o Sr. Custódio Ramos, se insurja desta maneira que eu não considero correcta, por eu pedir à Mesa da Assembleia, eu não obriguei ninguém, eu pedi à Mesa da Assembleia que não distribuisse o meu endereço. Relembro que até o Presidente da Assembleia da República tem um número de telefone secreto, ninguém sabe".*

Presidente da Mesa:

*" Eu devo dizer, Sr. Diogo, que não pedi à Mesa da Assembleia para não distribuir os endereços. Recriminou a Mesa da Assembleia por uma hipotética entrega dos endereços a qualquer outra entidade para se dirigirem aos deputados. Foi isso que disse e não foi nenhum pedido".*

Vogal Dias da Silva:

*" Eu começaria por dois pequenos reparos desta situação, pelo seguinte: Primeiro, poderá parecer que me inscrevi para além do período que tinha sido dado para as inscrições para quem quisesse fazer a sua intervenção no "período antes da ordem do dia". Inscrevi-me nesse período, mas parece que por qualquer lapso, não fui atendido e daí ter sido considerado o último a fazer essa intervenção. E a segunda era a questão da deselegância do Sr. Diogo Machado, porque com este tempo provavelmente o Sr. Presidente da Assembleia, não me vai negar a palavra da intervenção que tenho para fazer, pelo tempo exagerado que ele utilizou. Eu começaria por fazer a minha intervenção, aproveitando para manifestar uma vez mais o meu desencanto quanto à pouca sensibilidade a quem de direito, mostra ou tem mostrado ultimamente com os problemas que dizem respeito à minha freguesia e peço desculpa aos restantes membros da Assembleia, se vou hoje particularizar um pouco da minha intervenção, à freguesia que represento. Os problemas que quero aqui trazer, e essencialmente um, prende-se com a questão de Saúde Pública. Concretamente o problema do saneamento no lugar da Quinta do Loureiro. Eu gostaria de recordar que tenho aqui documentos na minha posse, que não são meus, são da autoria dos Serviços Municipalizados de Aveiro, que se reportam aos anos 1994 1995 1996 e 1997. E, em qualquer um deles, o famigerado saneamento da Quinta do*

Loureiro vem prometido desde essa data. E começaria por dizer que no ano de 1994, lhe tinha sido atribuído um código execução classificado em um, ou seja, projecto em elaboração. No ano de 1995, a rede de saneamento na Quinta do Loureiro, vem prevista também no plano plurianual dos Serviços Municipalizados com a classificação no código de quatro, que quer dizer que a obra se encontra adjudicada mas não se encontra com execução física. Em 1996, curiosamente, a rede de prolongamento de saneamento na Quinta do Loureiro, vem novamente classificada com o código um, ou seja, voltou à fase de projecto. E, curiosamente em 1997, houve uma evolução que passou o código um para o código dois, ou seja, apenas com o projecto aprovado. Eu quero dizer ao Sr. Presidente, que para além disto e como se isso também não bastasse, e até na sequência de uma entrevista que eu tinha dado a um órgão de comunicação social local, em oito de Setembro de 1996, recebi um ofício na Junta de Freguesia com o número 2369 dos Serviços Municipalizados, datado de nove de Outubro de 1996, procurando mostrar-me, que as razões que eu apontava na referida entrevista, eram infundadas porque Cacia estava dotada de infra-estruturas em termos de saneamento quase a 100% cobertas. Juntamente a esse ofício dos Serviços Municipalizados, recebi uma carta topográfica, dando conta dos traçados da rede de saneamento. Fiquei surpreso porque, não me satisfiz o ofício então recebido, e respondo através do nosso ofício de Junta de Freguesia 153/96 solicitando que me enviassem as mesmas cópias em plantas topográficas, referentes às redes de saneamento nos lugares da Quinta do Loureiro, Sarrazola, Vilarinho e Póvoa do Paço. Curiosamente, documentos também tenho aqui que posso mostrar se entenderem, recebi um ofício de resposta exactamente com a mesma planta topográfica que tinha recebido no ofício anterior. Portanto, para concluir, quero dizer que não estou minimamente satisfeito com aquilo que me foi prometido, inclusive, em conversas de gabinetes por algumas pessoas ligadas aos Serviços Municipalizados, nomeadamente, o Sr. Presidente do Concelho de Administração. Como também, os senhores podem brincar com o Presidente de Junta de Freguesia de Cacia, mas não se esqueçam que não brincam com o povo da Quinta do Loureiro. As eleições estão à porta e cuidado com essa situação. Não é uma ameaça. O segundo problema, vejo muita gente aqui preocupada com problemas da prostituição, etc. e da segurança das pessoas. Quero lembrar também, curiosamente e talvez coincidência a mais, Cacia neste momento começa a viver problemas de droga, tráfico e consumo de droga em larga escala. O tráfico de droga começa a ser feito de dia, em qualquer lugar da freguesia e sem o conveniente acompanhamento em termos de protecção das pessoas e nomeadamente da juventude, pela segurança. E

*muito mais, gostaria de dizer que já por duas vezes, salvo erro três, já foi denunciado nesta Assembleia, pelo meu colega de Eixo, aqui presente e por mim próprio, que esta coincidência de termos tráfico e consumo de droga em Cacia se deve ou coincide essencialmente, a partir de que foi instalada, na zona dos Ervideiros, uma comunidade cigana, que inclusive permitiu-se construir, autoconstruir em alvenaria, determinadas residências, sem qualquer embargo por parte das entidades camarárias.*

*Para terminar, permite-me também discordar um pouco sobre o Sr. Diogo Machado, relativamente aos louvores que formalizou quanto às festas da cidade, porque nestas coisas, acho que devemos ter algum cuidado. E é de muito mau gosto anunciar-se através de programas que são distribuídos à comunidade, de que há um desfile de bandas de música a iniciar-se no Largo da Estação, quando elas saem da Praça da República. Acho que é de muito mau gosto e que não leva a lado nenhum".*

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Olinto Henrique da Cruz Ravara.

Presidente da Mesa:

*"Tenho que responder ao Sr. Diogo quanto à entrega dos endereços. Da averiguação que eu fiz, conclui-se que os serviços de apoio da Assembleia Municipal, não entregaram endereços a ninguém. E eu não posso deixar de acreditar nas pessoas que me fizeram essa comunicação. Quanto à proveniência que também o Sr. Diogo Machado na Assembleia anterior fez questão de que procurasse-mos averiguar qual tinha sido a proveniência desses endereços, como na altura lhe disse e agora lhe volto a dizer; não sei. No entanto o que importa aqui salientar é que estou plenamente convencido de acordo com as informações que colhi, que a Mesa da Assembleia Municipal não tem qualquer responsabilidade, no envio dessa correspondência com os endereços que foram utilizados".*

Presidente da Câmara:

*"Eu vou tentar, no resumo que aqui tomei dos assuntos que foram muitos, tentar dar a resposta possível às questões levantadas. E, começando exactamente pela primeira intervenção, que para mim me surpreendeu de certo modo, na medida em que pôs em causa todo um trabalho de descentralização, um trabalho de dignificação por parte das Juntas de Freguesia, com as medidas tomadas nestes últimos dois anos. A Câmara disponibilizou, criou condições, legais, para que as Juntas de Freguesia, por si, pudessem fazer obras, no primeiro ano, através de*

*contratos-programa, em que cada Junta definiu aquilo que desejaria ter na sua freguesia, em termos de pavimentações ou de arruamentos ou de outras situações em que cada um apostou, e que cumpriu, e que até avançou e que tiveram um trabalho meritório, na medida em que prestaram não só um serviço à sua freguesia, como ao concelho em geral. Quero aqui dizer, e acho que o refiro no Relatório de Actividades, que a participação levada a efeito desta maneira, por parte das Juntas de Freguesia, deu um contributo imenso até para que o Plano de Actividades se exercesse com maior plenitude. Portanto, isto houve um entendimento, e há, e eu tenho que agradecer às Juntas todas, o trabalho que desenvolveram, o esforço que fizeram, e portanto, a parte virtuosa e a parte negativa, aqui parece-me que é suprida por aquilo que foi feito. É claro que as ruas não são muito largas, possivelmente podia haver um passeio apenas de um lado, mas julgo que o acompanhamento tem sido feito, o discernimento da parte dos Presidentes da Junta que foi válido e que não merece recriminação. Um erro aqui ou acolá, terá naturalmente que ser melhorado, que ser recuperado. Quem é que não erra? Onde estava o hábito das Juntas de Freguesia poderem tomar estas atitudes? Onde estava o hábito de eles poderem construir, de eles poderem fazer, de eles poderem dizer até onde é que devem fazer? Possivelmente, houve lapso. Só não erra quem não faz. Só não erra quem não executa. Eu erro todos os dias se calhar. Já aqui hoje fui acusado e tenho que dar a mão à palmatória e com humildade. Eu queria dizer isto porque, a aposta mantém-se. Este ano estamos com delegação de competências, um figura legal, estabelecida em lei, integrada no Plano de Actividades que foi aqui aprovado por todos nós, por todos os membros da Assembleia, vamos lhe dar dentro de todas as nossas forças, não de vontade, porque essa é total, mas dentro das nossa forças financeiras, vamos lhe dar o acompanhamento todo para que as juntas consigam levar a efeito as suas delegações. Assumiram um compromisso, corresponderam a uma iniciativa, a uma ideia desta Câmara, eu respeito-a acima de tudo, mesmo com algumas falhas.*

*Relativamente às questões graves que aqui se levantaram e que me deu a impressão, que os nossos munícipes da zona histórica vieram assistir, foi para ouvir naturalmente alguns dos deputados que quiseram pôr este problema à espera de uma resposta. Claro que eu não tenho resposta. A Câmara não tem poder dar respostas ou concretizar alguma ideia sobre segurança pública. A Câmara não tem essa possibilidade de evitar que haja prostituição, de evitar que haja quem se porte mal, de quem parta um banco, de quem deite uma cadeira abaixo na rua, não tem essas hipóteses. A segurança está definida, temos as entidades próprias. Permitir-me-iam, permitiriam à Câmara, a PSP ou a*

*Guarda Republicana, que eu criasse sem a ter, em termos de Lei uma Polícia que viesse intervir nas resoluções dos problemas? E como o tribunal diria depois nas questões que se levantam, quando fosse a Câmara a tomar medidas que não são da sua competência? Eu penso que, o que aqui se referiu sobre a segurança, sobre o vandalismo desta Cidade, se calhar já é algum, mas não é um vandalismo, não consto que haja de facto um vandalismo generalizado que nos deixe uma preocupação. Vamos evitar, mas não se deve, perante a plateia que aqui esteve, dizer, estamos numa Cidade de vandalismo. Eu penso que eles não reconhecem esse vandalismo. Têm alguns incómodos que resultam daquilo que aqui foi dito. Vamos ver se de facto conseguimos uma harmonia. Agora a Câmara Municipal pode assumir é, transmitir a preocupação dos senhores Deputados às entidades que têm a segurança pública ao seu cuidado. E que está à vista o que se passa no País inteiro. Não quero acusar nada, não quero fazer crítica, não me cabe a mim, cabe-me é coordenar, ajudar e estar em conformidade também e colaborar com as entidades que têm essas competências. Não queria de modo algum e penso que estão comigo, que fique com uma imagem que Aveiro é uma cidade de vandalismo, uma cidade perigosa, uma cidade de incómodos generalizados, uma cidade, afinal destruidora, sem um ambiente sem qualidade de vida. Eu quero dizer com muita franqueza, há muitas falhas, mas ainda neste último fim de semana, e eu devo dizer isto para informar os senhores Deputados, é meu dever. Esteve aqui um congresso de auditores de Defesa Nacional, no outro anterior esteve outro congresso de Médicos e quando tenho participado, não é que eles elogiem o Presidente da Câmara ou a Câmara, mas há sempre a expressão de que Aveiro é bonita, está limpa, está agradável. Vão me dizer, então e os muros? Não há formosura sem senão, mas vamos já informar o que se passa com os muros. Aliás eu penso que todos os senhores Deputados sabem mais ou tanto como eu, do que é que se passa com os muros, porque todos os dias se fala neles, a comunicação social até faz esse favor de nos trazer elucidados. De modo que, eu não gostaria e defendo este principio, não é pela negativa que melhoramos o problema da segurança, melhoramos os passeios, melhoramos a vida e o ambiente na Cidade de Aveiro. É pela positiva. Estas criticas também são válidas para despertar e eu aceito porque é assim, e as coisas têm que ser, naturalmente registadas, as opiniões são válidas, é a Democracia.*

*Relativamente aos arranjos ribeirinhos, é o cais de S. Jacinto, é o moinho, é o monumento ao marnoto, enfim, é até a Rua do Dr. Orlando de Oliveira. A Rua do Dr. Orlando de Oliveira não pode levar o tapete, porque a estrada está em obras, aqueles edifícios estão em obras, todos os dias rebentam mais um pouco do alcatrão que tem. Há ali*

*três construções por acabar, uma pequenina praça que está, em que de facto, não vale a pena gastarmos o dinheiro tampando os buracos para que os carros circulem, mas não tenho qualquer hipótese, neste momento. Ela até está fechada, parte dessa rua, não cruzam dois automóveis perante as construções portanto vamos ter um bocadinho de paciência. Não se pode hoje dizer que a Forca-Vouga está sem alcatrão, esteja sem luz, esteja sem verdes, não se pode dizer que não tenha havido cuidado, neste últimos anos a arranjar a Forca-Vouga. Os defeitos da urbanização agora são inevitáveis, está tudo construído, mas tem havido a preocupação da parte desta Câmara de melhorar, construindo os passeios, criando espaços verdes, arranjando, portanto, condições para que, mesmo aquilo que tem alguma deficiência fique amenizado. E a questão dos arranjos ribeirinhos, eu penso que todos têm conhecimento da nossa preocupação, da preocupação do Plano Director Municipal, do Plano Estratégico que está na fase final para ser apresentado, está a recolher neste momento o parecer do Gabinete de Cidade, para depois ser trazido a esta Assembleia para recolher também o parecer da Assembleia. Pois, tem toda uma filosofia de voltarmos a nossa atenção para os arranjos ribeirinhos. Com certeza que essas coisas são complicadas, elas têm que ter depois a intervenção de todas as outras entidades, normalmente ou temos Estradas Nacionais ou temos Juntas Autónomas, enfim, todo um conjunto de entidades que têm que colaborar neste trabalho. Vamos tentando dar o exemplo e vemos a Rua da Pêga, estamos a pegar-lhe. Estamos consertando alguma coisa, estamos melhorando, estamos pondo em prática já alguma ideia. Será a melhor? Se calhar outras virão, como estou convencido que o que é necessário é dar o passo, é costume dizer, entrar na propriedade que neste caso nem é totalmente nosso, na medida em que há outras entidades que também nelas mandam. Este é o esforço que se faz. Se de facto o ferry-boat vier, eu penso que aquele abrigo não foi feito para um ferry-boat, foi feito pela necessidade urgente de facto, para corresponder aos actuais utentes das lanchas. Se esse ferry-boat vier, outras soluções tem que ser encontradas, se calhar nem é naquele sitio que aquele ferry-boat vai parar, ou atracar. O monumento ao marnoto e as queixas do artista, que merece a nossa consideração pela sua disponibilidade, pelo trabalho que desenvolveu para fazer aquele monumento e pelos custos que envolveram. Foi só prazer de trabalhar para fazer aquele monumento. Porque o Quintas não levou importância, não levou dinheiro à Câmara Municipal para fazer aquele monumento. Simplesmente, o que ocorre ou por deficiência de fabrico de construção, ou por deficiente conjugação quanto aos interesses de iluminação e de queda de água, que são estas as vertentes, tem sido complicado encontrar um sistema numa zona de*

nortada, de vento, de água a cair. Como é que ela vai cair de forma a ver-se? Tem sido uma complicação e ainda por cima rachou toda aquela zona do lago, onde havia a água para criar, portanto, o circuito interno da água. E são estas as razões. O Quintas tem razão, gostaria de ver aquilo a funcionar, mas já se lhe pediu a ele que ajude também, para encontrar soluções para algumas deficiências, que de facto, aquilo tem mantido e que tem sido difícil resolver. Portanto, neste momento, está em curso uma nova protecção, uma cobertura, de forma a base ficar portanto, solucionada em termos de vedação, em termos de fuga da água, de forma a que depois possamos pôr o sistema eléctrico outra vez a funcionar e então, dar-lhe o funcionamento que foi projectado, que foi previsto pelo Quintas. Eu tenho muita pena que isso aconteça, mas eu não sei resolver de outra maneira e os técnicos que estão aí, podem ser consultados e eles dirão as dificuldades que aquilo tem tido. Peço a minha desculpa ao artista Quintas, mas a solução tem sido complicada.

O concurso de varandas, eu tomo a intervenção do Sr. Presidente da Junta como uma proposta. Penso que nada custará no próximo ano levá-lo ao Concelho. Eu acho que sim, alarga-se, é um pouco mais complexo, dará mais trabalho, mas quando pretendemos um Concelho florido, pode naturalmente envolver-se o Concelho todo. Só queria lembrar que há oito ou dez anos que esta iniciativa tomou lugar, que inicialmente teve como objectivo apenas a Cidade e, pela vontade aqui exposta foi-se alargando e hoje atinge o perímetro urbano, uma parte de S. Bernardo, uma parte de St<sup>a</sup> Joana, uma parte de Aradas, ou seja, de facto, aquilo que a gente considera e que está definido por perímetro urbano. No que se refere ao Planeamento, de facto, depois de se tomarem as decisões de mandar fazer, sete ou oito planos de pormenor, um plano de urbanização, um plano estratégico, um plano de urbanização de S. Jacinto, começou-se logo a sentir passado um tempo, da complexidade de pôr em prática esses planos. Porquê? É a falta de experiência nossa, dos técnicos, de todos e até dos gabinetes a quem foram adjudicados os planos. Ao fazer um plano de pormenor do Centro, um plano de pormenor da 109, um plano de pormenor da Forca Vouga, um plano de pormenor das Glicínias, um plano de pormenor que como já aqui se falou hoje, da Quinta do Simão Sul, verificou-se rapidamente que colidia com o Plano de Urbanização. Ou aguardávamos, íamos esperando, o que fez também atrasar o Plano Director Municipal, em reuniões permanentes entre todos, para conjugar todos os trabalhos e estudos, de forma a que possam ter alguma posição para vir a essas sessões, a participação, a exposição desses planos para poder ser discutido. A Comissão de Acompanhamento, para falar com muita franqueza, eu nem sei porque é que ela não está a funcionar ainda. Eu

comprometi-me a pô-la, mas eu vou perguntar ao meu gabinete porque é que ainda não está comunicado isso à Assembleia. Eu julgo que a única coisa que falta é o agendamento por parte do Sr. Presidente da Assembleia. Dizem-me aqui, que está para uma próxima Assembleia. Eu julgo, e também para evitar o que aconteceu com o Plano Director Municipal, mesmo sofrendo esta critica dura que o Sr. Professor fez, da demora, eu julgo que será conveniente fazermos as coisas bem. A seu tempo, teremos todos oportunidade de nos pronunciar, dentro deste dilema que aqui coloco, da complexidade desses planos que estão a ser feitos em conjunto. E tem sido difícil, porque a nossa experiência em termos de planos, em termos de planeamento da Câmara Municipal, como acontece com outras Câmaras, era pequena. E, poderia contar aqui casos recentes, de planos que a gente julga que não têm que ir à CCR e têm que ir à CCR e isso constitui alguma demora. É uma explicação muito sucinta, mas é concreta, é simplesmente essa dificuldade e ainda bem que o Sr. Professor reconhece que por meu lado, não é só o rosto, é a democracia, é mostrar, é apresentar, é falar. Simplesmente, nem sempre tudo corre como a gente quer. Eu farto-me de dizer que, por vezes, se eu fosse desenhador, se fosse planificador, se eu fosse engenheiro eu fazia de tudo, desde que as forças me permitissem

Sobre a sociedade desportiva, a Câmara não se pronunciou sobre esta matéria. Com certeza que foi aqui feita uma referência ao Sr. Vereador, com certeza como responsável pelo Pelouro do Desporto, depois da publicação da Lei, com certeza que se preocupou em conversar com os Clubes. De facto, ele falou uma vez nessa matéria, se podia fazer algum contacto em termos de clubes de basquetebol, e eu disse: bom, é preciso ver como é que a Câmara entra num sistema desses, mas estabelecer o contacto, dialogar com os clubes e trazer alguma informação, é valido. E penso que foi essa a reunião que ele fez hoje, poderá acrescentar mais para explicitar, de facto, o que é que se passou. Não há. E se a comunicação social, as palavras do Sr. Vereador falou em nome da Câmara, a Câmara ainda não se pronunciou sobre criação de qualquer sociedade desportiva. Isto não significa que não esteja atento ou que não entenda conveniente, pelo contrário, eu julgo que é conveniente que essa sociedade desportiva possa fazer-se em termos de basquete, julgo que é conveniente, na defesa dos clubes, terminar com a subserviência diária dos apoios que os clubes sofrem e terem portanto, uma estabilidade, pelo menos nos termos de basquete, é esta a ideia que tenho. Não há qualquer discussão, estar a falar é só uma opinião pessoal, não sei qual é a opinião dos senhores Vereadores e é sempre um assunto que terá que vir a esta Assembleia. O diálogo surgirá e criará, portanto, alguma decisão. Quanto aos canais, está neste momento para

*ser aberto um concurso, como todos sabem teve que ser tomada uma posição diferente da que se julgava, sempre acusámos a JAPA, sempre dissemos que era da JAPA, de facto estamos habituados a que naquela área a JAPA domine, mas a verdade é que tudo teve que ser tratado com a Direcção Geral de Portos. E ficou assente nos protocolos estabelecidos de que a obra seria da Câmara Municipal com participações da Direcção Geral e da Câmara, e o compromisso da Câmara recorrer aos fundos comunitários, solicitando apoio comunitário para fazer a obra. Essa candidatura está na Comissão Coordenadora da Região Centro no montante, a candidatura apresentada, no montante de quatrocentos e quarenta mil contos, naturalmente que será rateada, para que de facto, de processe a recuperação. Esperamos que na próxima semana seja garantida esta verba, ou aquela que se prevê tecnicamente possível e suficiente para que o aviso seja publicado. Portanto, neste momento, está de facto, na mão da Câmara a recuperação dos canais e com candidatura. Eu não me mostrei surpreendido pela qualidade do serviço da SUMA, não foi isso que eu quis dizer, eu fiquei surpreendido foi por terem aparecido colados ao cortejo dos estudantes. Palavra. Não estava à espera, que o último carro fosse o carro da limpeza. Relativamente às garagens do Centro de Saúde, eu vou tentar explicar, isto é um assunto que pode demorar, eu trago plantas para verem, se quiserem depois mais à parte. O Centro de Saúde, tem quatro blocos, ao começar-se a obra, adjudicada ao empreiteiro que está a terminar, verificou-se que parte do terreno, porque havia uma linha de água, surgiram dificuldades técnicas para poder construir o Centro de Saúde. Simplesmente, os técnicos lembraram-se de uma solução, solução essa que atingiu na altura os custos de quarenta e oito mil duzentos e cinquenta contos. Isto foi transmitido à Administração Regional de Saúde que a forma para resolver o problema, utilizando aquele solo, era criar um sistema técnico diferente para construção. Estacaria, para criar uma base de suporte para poder assentar em condições de segurança. Então, se nós vamos fazer um trabalho desses, que nos vai para quarenta e oito mil duzentos e cinquenta contos, o melhor é fazermos uma cave a sério e aproveitamos isto para estacionamento, para garagens, enfim, até para outros fins. Só que custava quarenta e oito mil duzentos e cinquenta contos e o dinheiro naquela casa não é muito. Então, na época, conversou-se com o empreiteiro e acertou-se, isto é muito dinheiro para nós, mas a verdade é que a obra não pode parar. A Administração Regional de Saúde concordou que se fizesse esta cave para estes fins, inclusivamente no protocolo até ficou lá uma nota a dizer que a Câmara daria dois estacionamento aos serviços de saúde, o que foi para nós surpresa, porque eles precisam é de muito estacionamento. E então para que a*

*Handwritten signature in blue ink, possibly reading "José" or similar.*

*Câmara não ficasse com aquela despesa toda, porque de facto era um trabalho que não estava previsto e esta verba não era prevista, combinou-se verbalmente e ainda hoje é só verbal com o empreiteiro, então vamos construir a cave, você fica com metade e a Câmara fica com a outra parte. Com o pensamento de quê? A nossa parte fica completamente livre e depois vamos ver se a Administração Regional de Saúde quer estacionamento aqui. E é isto que se passou. Neste momento, surge aquele anúncio da parte do empreiteiro, porque a Câmara não tem dinheiro para comprar as garagens, colocou-se o assunto à Administração Regional de Saúde, no sentido de a Administração Regional de Saúde poder ficar com parte daquele espaço da cave, e a Câmara ficar com a outra parte, evitando-se assim, a preocupação posta de haver estranhos com garagem e estacionamento no Centro de Saúde. A proposta que está na Mesa é, a parte da Câmara que está por dividir, poder vir a ser adquirida pelo Centro de Saúde, e depois a Câmara ficar com a parte das garagens que estão construídas. É isto o que se passou. Quanto à questão de haver garagens no Centro de Saúde, eu acho que até há Centros de Saúde em cima de estabelecimentos comerciais, nalgumas cidades. e a notícia surgiu logo, "e também vai aí ter lojas comerciais". Eu disse que: há no país Centros de Saúde, não com aquela dimensão, em casas, rodeadas de outras, cercadas e lojas comerciais em baixo. É portanto, aquilo que aconteceu. Esperamos que de facto, a Administração Regional de Saúde fique sensibilizada, porque vai de certeza absoluta daqui a meia dúzia de anos precisar daquelas zonas para armazenamentos, para guarda de documentos, para tudo isso e a Câmara aproveitou, de uma situação que ficaria sem espaço para se poder utilizar, aproveitou ficar com espaço para ser utilizado. Portanto, neste momento as garagens não estão à venda e a Câmara está com negociações com o Centro de Saúde. O Conselho Municipal dos Cidadãos, é uma proposta que fica, regista-se, não vemos nisso qualquer problema. Os passeios da rua General Costa Cascais, está a ser estudado. Há um trabalho já feito em termos técnicos para que se possa avançar, pelo menos até aos tanques dos areais e não deixar vir o Inverno sem aquilo estar melhorado, sem estar em condições. Tudo a seu tempo, vamos ver o que é que se pode fazer. Os ovos moles, é uma conversa que de facto, tem que ser para uma reunião própria. Penso que a discussão levará a clarificar o aspecto tornado público através da comunicação social. Julgo que, não é o momento para se entrar na apreciação dos ovos moles e a sua qualidade. Lamentar-se isso, se de facto se desvirtuar a sua qualidade. Isso é que temos que tomar em conta. Penso que, do monumento à Liberdade e a Avenida Central, Avenida da liberdade, fica o registo também para se ir estudar. A construção dos*

*Ervideiros, ela deve-se portanto, a uma construção abusiva. Sr. Presidente da Junta de Cacia, as construções dos Ervideiros que referiu, foram construções feitas por pessoas de etnia cigana e deu-se logo conta no início, embargaram-se, mandaram-se deitar abaixo, até pela questão de igualdade, se alguém constrói tem as mesmas obrigações e os mesmos deveres relativamente à construção feita. Entretanto, enquanto nós notificávamos e pretendíamos deitar as casas abaixo, encontrando naturalmente outras soluções, aquelas não, porque foi um loteamento feito por um senhor que vendeu o terreno e partilharam aquilo, e dividiram, e tudo aquilo aparece no meio do pinhal muito rapidamente feito. Mas, a parte mais interessante é que, quando a Câmara quer deitar abaixo, aparece todo um movimento de pessoas da cidade, de colaboradoras daqueles que têm menos meios, enfim, era a própria cidade que dava os tijolos, que dava o cimento e que dava todo o material para a construção de aquelas instalações. Aqui houve uma contrariedade, tornada pública na altura por parte de quem tem alguma dedicação, alguma vontade de colaborar com aqueles que surgem e passam e têm necessidades que nós sabemos como são. Neste momento e depois de intervenções que também foram tornadas públicas, o problema está, creio que solucionado, e a Câmara até deu instruções já para fazerem uma análise e naturalmente, deitar abaixo aquilo que não está a ser utilizado. Nos restantes casos, teremos que ter a cautela necessária, porque não basta deitar abaixo e deixar as pessoas no meio da rua. É isto que se passa com aquela zona. Do saneamento o Eng.º Victor vai dizer alguma coisa, eu peço desculpa ter demorado tanto".*

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Gonçalo Nuno Caetano Alves.

Vogal Victor Silva:

*" Nesta questão do saneamento de Cacia, em que de alguma forma posso concordar com o Sr. Presidente da Junta. Mas, não me assusta a ameaça que faz lá do problema das próximas eleições. Não estou muito preocupado com isso, estou preocupado sim, é com a resolução do problema e a solução encontrada num âmbito diferente, teve que se fazer um novo projecto e penso que vai avançar até mais rapidamente que outros, porque foi enquadrado no aterro sanitário, que está em fase de adjudicação. Portanto, o problema da Quinta do Loureiro não foi no tempo que eu gostaria de tivesse sido, assim como não foram muitas outras freguesias que eu gostaria que tivessem sido, mas vai ser resolvido ainda neste mandato, Sr. Presidente da Junta".*

Vogal João da Peixinha:

*" Eu fui aqui várias vezes focado e também o Sr. Presidente disse aqui qualquer coisa. Eu perguntava ao Sr. Presidente, o seguinte: se amolgar carros, partir vidros dos automóveis, partir as antenas, roubar as antenas, andarem a correr por cima dos carros, contentores na Ria, isto não digo serem todas as semanas, mas todos os meses vão três, quatro vezes à água e os senhores podem perguntar à SUMA, quantas vezes é que já tiraram os contentores da Ria, gritaria às tantas horas da manhã, isto o que é? Talvez seja juventude a mais!. Outra coisa que eu queria aqui também dizer e que ficasse realmente bem esclarecido, era sobre o problema das Juntas de Freguesia. Eu não disse que se estava a tirar poderes ou que se deixava de tirar poderes ao Sr. Presidente da Junta, o que eu disse foi que, num jornal, no Jornal Diário de Aveiro, que veio hoje um problema lá da população de S. Bernardo, mas que eu desconhecia, não sabia se realmente, se estavam bem postos os passeios se não estavam bem postos os passeios. E alertava para as construções dos passeios em determinadas freguesias, foi só isso. Para a Câmara, realmente ver se realmente aquele tipo de passeio é o mais adequado para o local. E eu duvido Sr. Presidente, e se o Sr. Presidente tiver o cuidado de mandar lá alguém ou de ir lá ver, verifica que realmente, aquilo não é viável. Isto é a realidade, por isso não é tirar poderes ao Sr. Presidente da Junta. Eu acho muito bem, o Sr. Presidente da Junta que faça todas as obras. Agora, que as façam em consciência. Outro problema que eu também gostava de pôr aqui, é realmente o monumento do Marnoto. Eu quando foquei aqui o problema do monumento do Marnoto, não sabia que o meu colega de bancada o ia pôr, mas de qualquer maneira, eu gostava de saber quem era o empreiteiro que realmente está a fazer a referida obra. Sr. Presidente, também está-se a arranjar, realmente, a Rua da Pêga e aquilo está a ficar bonito, mas Sr. Presidente, ao lado, a Rua da Gulbenkian, está às escuras, o Bairro da Gulbenkian está às escuras e Sr. Presidente, aquele Cais do Alboi é uma miséria, a zona envolvente é uma miséria. O Sr. Presidente por acaso não me respondeu ao problema do moinho, se realmente há algum estudo para lá, se não há, uma vez que há já tempos teria dito alguma coisa sobre isso".*

**Vogal João Tavares:**

*" Sr. Presidente, em relação aos passeios da Costa Cascais, eu pedia-lhe encarecidamente que mandasse tirar a pedra que está em cima dos passeios, que fique em areia, mas tire-lhe a pedra, isso é imprescindível. Em relação às habitações dos ciganos, penso que o Sr. Presidente não está bem informado em relação ao que respondeu aqui. As habitações dos ciganos, foram feitas muito rapidamente a fugir além,*

como tinha que ser, e foram feitas com muito dinheiro. E o Senhor até penso que sabe a proveniência desse dinheiro. O empreiteiro que lá andou chegou a estar preso, foi afiançado parece que em dois mil e quinhentos contos por negócios, não só por a empreitada, mas com outros, com as pessoas inerentes. Portanto Sr. Presidente, houve conivência, não foi do senhor, mas foi com o Executivo anterior na execução daquelas obras e elas não foram demolidas, porque não a houve vontade da Câmara de o fazer. Portanto, é a população envolvente que está a sofrer as consequências daquela gente e o Senhor sabe que a Guarda Republicana fez lá várias diligências, apanhou armas, foram baleados e muita droga que lá foi apanhada. Portanto, a proveniência daquelas obras vem disso Sr. Presidente".

Vogal António Salavessa:

" Sr. Presidente, intervenção ao abrigo do número 5 do artigo 33º do Regimento. Não é nenhum direito especial, é um direito estabelecido no Regimento que não prescindo, como é obvio. O Sr. Dr. Pedro Dias, o Dr. Victor Mangerão e o Sr. Custódio Ramos, não quiseram perceber aquilo que eu disse no meu protesto. O Sr. Dr. Manuel António, percebeu. É que não se trata de uma critica, ao facto de se referir intervenções de outros, eu próprio o faço, portanto, tratou-se de outra coisa diferente, que foi esclarecida, depois com a intervenção do Dr. Manuel António. O universo de George Orwell, não é o universo que pretendo apontar na proposta de Conselho de Segurança dos Cidadãos. Aliás, é a antítese desse universo. Portanto, o universo de George Orwell na obra aqui citada, é a de um poder ditatorial, contrário à participação de qualquer cidadão. O que se pretende trazer com a proposta, é exactamente o contrário. A seu tempo, saberemos o conteúdo e os Senhores Deputados saberão, se estão ou não de acordo com esta ideia. Também em relação ao Dr. Mangerão, eu não sei por que é que a substituição, segundo o Dr. Mangerão, está sempre do lado esquerdo da Avenida, mas eu quero dizer-lhe que há frequentemente dos dois lados da Avenida. Sobre a Casal, as pressões, etc., eu acho que tanto direito tem de escrever aos Senhores Deputados, ou tanto direito tem de falar aos Senhores Deputados Municipais, o trabalhador da Casal, o Sr. Quintas, o Sr. de Cacia que mandou uma carta, etc., como o administrador da Casal. Isso sou eu que o digo, em plena consciência daquilo que estou a dizer. Qualquer um, tem o direito de contactar, a tentar informar, a tentar esclarecer. Os problemas com este processo, são outros completamente diferentes, a seu tempo lá iremos. Não tem nada a ver com a vontade das pessoas. Tomara eu, tomáramos nós na CDU, que muita mais gente se interessasse e escrevesse e falasse e criticasse, não

temos dúvidas acerca disto. Participação nas sociedades desportivas, é só um apontamento, a seu tempo, com certeza lá iremos. Atenção no que é que nos estamos a meter. Atenção, que este presente do Governo PS, pode ser, um presente envenenado para as Autarquias. E ainda por cima pode, tendencialmente, é para beneficiar um número restrito, em detrimento de um apoio mais valorizado ao conjunto das associações desportivas e culturais. Portanto, eu acho que aqui é uma questão de opção e esse tipo de opções nós a seu tempo lá iremos. Por último, eu fico muito satisfeito porque, a denúncia levou a uma situação, é que aquilo que era um anúncio já de publicidade no jornal, afinal a venda não existe. E que, os entes públicos, Câmara Municipal e Administração Regional da Saúde, vão dispor daquele espaço para outro tipo de ligação".

Vogal Dias da Silva:

" Sr. Presidente, muito rapidamente, até porque o meu colega João Tavares já focou alguns aspectos que me também interessava ressaltar, no entanto, gostava só de deixar uma achega, eu não sou racista, não tenho nada contra a comunidade cigana. Simplesmente, acho que deveria levantar aqui um problema, tanto mais que o facto dessa mesma comunidade, relativamente à utilização sem qualquer direito adquirido, abusivamente, destroçou um pinhal na vizinhança das construções e fez dele, inclusive, o acesso pavimentado a tout-venant, usando e prejudicando o proprietário desse terreno. E eu, gostaria de saber qual é a posição da Câmara Municipal de Aveiro, relativamente à atitude que deverá ter para com este proprietário que se dirigiu à Junta de Freguesia, reclamando desse mesmo direito".

Vogal Armando Vieira:

" Sr. Presidente, era para precisar aqui uma explicação do Sr. Presidente da Câmara quanto à delegação de competências. O Sr. Presidente nada disse sobre a delegação de competências, em que pé está a celebração do protocolo da delegação de competências para 1997 e quando referiu aqui, que é uma ideia da Câmara, permita-me Sr. Presidente da Câmara, permita-se que eu diga que não é uma ideia da Câmara, é uma reivindicação das Juntas de Freguesia de há muitos anos e que V. Exa. fez o favor de vir ao encontro passado esses anos todos. Quando fala de incómodos do que se passa no Rossio, eu tenho que lhe dizer que não se trata de incómodos Sr. Presidente. São preocupações sérias, muito sérias, que trazem alarmadas todas as pessoas a começar nos comerciantes, que vêm em causa o funcionamento e a estabilidade da sua vida profissional.

O Sr. Peixinha, o nosso querido amigo Sr. Peixinha, que deve ter sido nomeado fiscal das Juntas de Freguesia pelo PS, tenho a impressão que é isso, deu um atestado de menoridade mental aos Presidentes de Junta. E eu, pela parte que me toca, refuto desde já essa afirmação. Ele se calhar não seria essa a intenção, mas foi o que resultou daí. Nós não precisamos com certeza, de ouvir o Sr. Presidente da Câmara, quando muito precisaremos de conversar com os técnicos da Câmara. Mas, convenhamos que quanto à execução dos trabalhos, o Sr. Presidente da Câmara, quando muito, saberá tanto como nós. Não saberá mais, nem menos, saberá tanto como nós, quando muito teremos que ouvir os técnicos da Câmara sobre a forma de fazer passeios ou deixar de fazer, porque eu tenho que dizer aqui uma coisa e foi aqui referido o licenciamento das obras, pelo Sr. João Tavares. Nós andamos à frente em termos de imaginação quanto ao futuro, e daquilo que nós entendemos que deve ser o futuro e ordenamento do espaço e das nossas vias de comunicação, à frente da própria Câmara. Tenho aqui pedido muitas vezes e já foi prometido pela Câmara, que os alinhamentos quando fossem feitos nas freguesias, seríamos contactados, criando os incómodos que criaria com certeza à sua vida profissional, seriam contactados os Presidentes de Junta e isso não aconteceu. E depois acontecem coisas como aquelas que o Sr. João Tavares citou, de nós vermos alinhamentos serem feitos muito para dentro das estradas, quando nós já temos muitas vezes acordado com os proprietários, alinhamentos que permitem construção de passeios e estacionamento fora da faixa de rodagem, o que é o ideal para a segurança do tráfego e para a segurança das pessoas".

Vogal Rosa Pires:

"Muito breve. Só para referir que registei a forma sóbria como o Sr. Presidente acolheu o comentário que fiz. Ele sabe que tenho por ele apreço e consideração pessoal. Mas, Sr. Presidente por vezes é desconcertante, porque de facto, quando esta questão foi discutida em Janeiro da Comissão de Acompanhamento, o PSD disse que: era condição necessária para participar, que os trabalhos começassem de imediato e durante Fevereiro e Março se preparasse uma reunião pública em Abril. E, o Sr. Presidente prepara-se para levar em Junho esta proposta com uma grande descontração que nem sabe em que ponto é que ela estava. Isto é de facto, no mínimo desconcertante".

Vogal João Barbosa:

*"Eu era só para, depois de ouvir a resposta do Sr. Presidente da Câmara de uma maneira geral aos moradores que aqui estiveram, eu parece-me que, o Sr. Presidente da Câmara, considerou pouco as preocupações dos moradores daquela zona da Freguesia da Vera Cruz. E eu, depois do que ouvi, penso, ainda bem que se foram embora, porque ficariam desiludidos com as respostas do Sr. Presidente da Câmara. Porque eles não vieram aqui para ver como funciona a Assembleia, eles vieram, acima de tudo para dar o apoio a um ofício do Presidente de Junta de Freguesia, vieram para ouvir as respostas do Sr. Presidente da Câmara e, porque não as soluções. Eu acho que o Sr. Presidente da Câmara, neste contexto pode não resolver, porque não tem poderes para isso, mas o que se pede é que dê conhecimento das anormalidades ao Sr. Governador Civil e ao Comando da Polícia de Segurança Pública. Porque é um facto, que não há policiamento nocturno e nisto temos todos que fazer alguma coisa. Eu não penso que o Sr. Presidente da Câmara ache que a Cidade está bem policiada à noite".*

Seguidamente e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

## 2ª. Parte

Pelas 22:30 horas, retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais, António de Sousa Dinis Correia e Ernesto Carlos Rodrigues Barros, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, sendo este último em substituição do titular do cargo por não se encontrar presente e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, João Pedro Simões Dias, Artur Lopes Lobo, Diogo Manuel Soares Machado, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Artur da Rosa Pires, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Lourenço Martins dos Santos, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade de Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Álvaro Patrício do Bem, João Ferreira da Peixinha, Libério da Silva Santos, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madaíl, Élio Manuel Delgado da Maia, João Gabriel Ferreira Santos, José Alberto Martins de Carvalho, Carlos Manuel da Silva Santos, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Nuno Teixeira Lopes Tavares e Raúl Ventura Martins.

Retomados os trabalhos O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia fez a apresentação da seguinte moção apresentada pelo Vogal João Pedro Simões Dias.

### MOCÃO

" A Assembleia Municipal de Aveiro reunida ordinariamente a vinte e dois de Maio de 1997 delibera aprovar a presente moção onde expressa e reclama o seu sentir de que:

- terminada a Expo'98 a Fragata D. Fernando II e Glória regresse a título definitivo a Aveiro e às suas águas simbolizando toda a vasta participação de Aveiro e de Aveirenses na gloriosa empresa dos Descobrimentos Portugueses podendo, nas nossas águas e no nosso distrito, ser exemplo vivo de uma memória, que urge preservar, cultivar e manter como último exemplo da célebre "carreira das Índias".

Mais deliberou a Assembleia Municipal dar conhecimento do conteúdo desta moção às seguintes individualidades:

- Sua Excelência o Sr. Presidente da República
- Sua Excelência o Sr. Primeiro Ministro
- Sua Excelência o Sr. Ministro da Defesa Nacional
- Sua Excelência o Senhor Chefe de Estado Maior da Armada
- Senhor Comissário Geral da Expo'98

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, submeteu à votação a admissão da Moção, tendo a mesma sido admitida por unanimidade.

Em seguida foi aberta a discussão da Moção, com as seguintes intervenções:

Vogal Cruz Tavares:

*" Ora, o que eu queria expressar em relação a esta moção, é que de facto, seria interessante que a Fragata ou outro símbolo dos Descobrimentos ficasse em Aveiro, só que não vejo, neste caso*

particular, que haja grande título para esta reivindicação que parece apenas bairrista e simpática, mas talvez tenha outras componentes que nós não atingimos. É que a Ria teve que ser dragada para a Fragata sair, em primeiro lugar. Portanto, fundos não temos. Em segundo lugar a Fragata tem dono que é o Ministério da Marinha, que neste momento já definiu a futura utilização e a futura localização da Fragata. Portanto, é muito difícil que esta moção, fuja à classificação de uma pequena antecipação talvez, para propaganda ou para marcar uma posição, que no fundamento é indefensável. Se houvesse já alguma diligência em relação ao dono da Fragata, ela realmente foi composta e reparada em Aveiro mas foi paga, alguém pagou. O dono pagou aos artífices de Aveiro. E suponho, que o facto de termos dos poucos artífices capazes de fazer aquela obra, não é título suficiente para reivindicarmos uma coisa dessas. Daí que, eu não posso apoiar esta moção, pela pouca fundamentação e uma argumentação que não poderá ser muito consistente para a defender".

Vogal Virgínia Veiga:

" Discordo do Eng.º Cruz Tavares. Discordo porque, se os argumentos que utilizou são de base verdadeira, não são quanto a mim razões para que se não reivindique para Aveiro aquilo que pode vir para cá. Que se viesse era bom que viesse. Se é muito difícil, como diz o Eng.º Cruz Tavares, não me parece indefensável, como ele também disse, e sendo difícil, sempre que as coisas são difíceis, se nós nos demitirmos delas, elas passam a ser impossíveis. Obviamente, que a vinda desta Fragata para cá seria importante, não apenas porque foi feita por artífices daqui, mas porque de facto Aveiro merece, e tem espaço para uma embarcação daquela natureza. E portanto, discordo do Eng.º Cruz Tavares. Concordo, obviamente, em subscrever esta moção. Gostaria apenas de chamar à atenção para um pequeno pormenor relativamente a esta Fragata. Encontra-se em discussão, tanto quanto sei, o facto de ela funcionar apenas como Museu parado, encalhado, ou poder vir a navegar. Dizia-me o meu marido, que é munícipe desta terra, também, e filho de marinheiros e marinheiro de alma nas horas vagas, que, colocá-la apenas ancorada, é a mesma coisa que ter um Ferrari e guardá-lo eternamente na garagem".

Vogal Custódio Ramos:

" Ser a favor, ou contra? Eis a questão. Mas, há um meio termo, que é por exemplo, acrescentar-se ou tirar-se alguma palavra na moção que o Dr. Pedro Dias apresentou na mesa. De facto, a moção reforça o papel de Aveiro na gesta dos Descobrimentos, nomeadamente

*com a expressão na "carreira das Índias", talvez uma referência a João Afonso de Aveiro, mas é bem provável que, outras terras deste País, certamente que deram maior contributo ainda, não obstante, a nossa vocação local em termos de barcos e de construção etc.. Sagres, Belém, os Cais de Lisboa, certamente que serão um símbolo bem maior e, sem pôr em causa o mérito da nossa Cidade e do nosso Município, eu penso que talvez, o subscritor esteja a jogar forte de mais quando diz, que a reclama a título definitivo. Eu penso que, uma permanência do barco em Aveiro, durante um período que se poderia repetir um tempo depois, um ano depois, cinco anos depois, até para evitar que o barco esteja encalhado e a ganhar algas e a apodrecer no mesmo local, talvez fosse essa, na minha modesta opinião uma das melhores soluções. Em síntese, penso que, é demasiado forte estar-se a reclamar a um projecto que eu penso ter lido, que foi pago, em parte pela UNESCO. E quando um projecto destes, tão caro como foi, certamente que obedeceu a compromissos sérios, não só na arte da reconstrução, como também nos objectivos a prosseguir, incluindo a permanência e a fixação do barco como museu fixo. E, se nós reclamássemos que esse museu, em vez de ser fixo em Alcântara ou em Sagres, fosse móvel e se fixasse também periodicamente em Aveiro, penso que estaríamos mais um bocadinho dentro da razão, teríamos a nossa quota parte, sem cairmos naquele aveirismo e naquele bairrismo exagerado, e prosseguir-se-ia os fins, que no fundo, a gesta nacional não é concelhia, nem regional, como eu disse na primeira intervenção que fiz antes de jantar. Portanto, para resumir e em síntese, penso que seria de manter a proposta, sim senhor, mas não a título definitivo. É, reclamar a permanência periódica do barco em Aveiro, o que significa que ele não ficaria encostado às rochas, não ficaria com os mexilhões a morder-lhe os cascos, e a apodrecer, etc., e obrigaríamos a quem de direito a fazê-lo movimentar e a trazê-lo de quando em vez, para junto da nossa Cidade, para que ele possa ser visitado pelos estudantes, para quem a referência dos Descobrimentos terá que ser de facto, um quadro de referências importante no futuro".*

**Vogal João Pedro Dias:**

*"Sr. Presidente, eu agradeço ao Sr. Eng.º Cruz Tavares de ter classificado esta moção, como uma reivindicação bairrista e simpática. Agradeço o simpático, o bairrista é evidente que sim. Quanto ao resto da sua intervenção, porque discordo fundamentalmente dos seus fundamentos e para não alongar o debate, permitam-me que passe por cima de algumas coisas que ele disse, que essas sim, do meu ponto de vista, as considero indefensáveis. É evidente que o que está em causa, do nosso ponto de vista, é que o Estado, que é um só, está neste momento a*

fazer um investimento de cerca de quatrocentos milhões de contos a título de uma Expo '98. E a título da Expo '98 estão a ser contemplados imensas localidades deste País, e o que é certo, é que Aveiro pouco ou nada ainda viu hoje, desse investimento que é nacional que é público e que está a ser pago com os impostos de todos os Portugueses. Aquilo que nos pareceu, se me perguntarem se de facto, não era um exagero aquele barco, aquela obra de arte, ao que dizem, da construção naval, estar aí encostado, encalhado e a apodrecer, eu direi que sim. Agora, o que parece evidente e ainda ontem foi publicamente defendido e foi publicamente afirmado, pelo Almirante responsável pela embarcação, é que ainda não está definido e vai ter que ser definido, qual a base, qual o porto sede, onde a embarcação vai ter que estar e quando se diz em permanência, talvez mais tempo, em maior permanência. E isso é que eu penso que em Aveiro, não fica nada mal reivindicar esse estatuto. Porque de facto, ninguém tem dúvidas, hoje é provado, está comprovado, que Aveiro teve a sua participação nos Descobrimentos, e eu pergunto, onde é que ela está perpetuada, onde é que ela está imortalizada. De facto, no recôndito da estátua de João Afonso de Aveiro e em muito pouco mais monumentos. Creio que de facto, numa altura em que aquela embarcação teve que ser reconstruída cá, porque as técnicas navais a mandaram para cá. Seria uma boa oportunidade dos órgãos autárquicos reclamarem, que com maior permanência, aquela embarcação para aqui viesse e simbolizasse, que desta terra, em tempos passados também houve uma contribuição importante, para esse movimento que é nacional. E permitam-me que termine com isto, corrigir o que eu penso que é uma assimetria verdadeiramente escandalosa, que é o facto e a pretexto da Expo '98, andarem a ser feitos monumentos um pouco por todo o lado, andarem a ser recuperados os monumentos de Sagres, que o Sr. Custódio Ramos muito bem referenciou e, aqui à nossa terra, permitam-me que vos diga, que ainda muito pouco ou quase nada chegou. Esta será uma oportunidade de demonstrar pelo menos que estamos atentos, e creio que, apesar de assim não pensar, ainda que fosse o caso, pedir o impossível nunca seria erro. Mas não é pedir o impossível, é pedir aquilo que é possível, é justo, e do meu ponto de vista, é direito".

Entretanto, entrou na Sala o Vogal José Maria Dias da Silva.

Vogal Álvaro Patrício do Bem:

" Parece-me que, os subscritores da proposta, ainda agora ouvi falar o Dr. Pedro Dias, penso que talvez não tenham dito tudo sobre este tema. E se tiverem alguma informação mais, em relação não somente à questão de saber se, os responsáveis militares aquilo que

disseram a nível de jornais ou não, ou se houve algum contacto mais, em relação a este problema. Parece-me que é pretensionismo a mais, nós termos D. Fernando e Glória, em exclusivo, está fora de causa sequer pensar nisso. Aceitaria, no meu ponto de vista que, a embarcação estivesse em termos de base Aveiro. Mas, uma a base logística ao fim e ao cabo, porque com certeza não estaria mais que um mês em Aveiro. E se se garantisse somente a vinda cá, independentemente da questão de base, a questão de base significa alguma outra coisa mais, se há estrutura ou não, a tutela militar teria possibilidades ou não de ter aqui logisticamente alguém, em termos responsáveis da embarcação. E isso significa ter que haver contactos com a entidade responsável, ou seja, a proprietária da embarcação".

Vogal Armando Vieira:

" Sr. Presidente, eu concordo em absoluto quando o Dr. João Pedro Dias diz que: Aveiro pouco viu dos investimentos vultosos que estão a ser feitos no País, ou que têm sido feitos. E que é verdade que a nossa participação na gesta dos Descobrimentos, também não tem sido convenientemente tratada em Aveiro. Mas, eu pergunto-lhes: vinte anos de poder autárquico do CDS/PP não serão também responsáveis por esta situação? A nossa capacidade reivindicativa de coisas para Aveiro, que valorizem Aveiro, e que façam justiça aos Aveirenses, que também andaram por essas paragens, não será responsabilidade da falta de actuação dos Executivos sucessivos do CDS/PP? A nossa falta, o nosso abandono, a nossa falta de voz no contexto nacional, não são um reflexo desse mesmo poder? Quanto à Fragata propriamente dita, pois todos nós, obviamente, gostaríamos de a ver em Aveiro. Mas, a exemplo de algumas pessoas que me antecederam, penso que definitivamente duvido, temporariamente estamos de acordo".

Vogal João Pedro Dias:

" Só um esclarecimento, Sr. Presidente, se me dá licença, uma vez que houve uma interpelação directa, para dizer que considero que vinte anos de poder autárquico, não são nem mais nem menos responsáveis por falta de movimento ligados aos Descobrimentos, do que dez ou onze ou doze anos de poder nacional, que despojaram Aveiro, não só do que diz respeito aos Descobrimentos, mas do que diz respeito a muitos serviços públicos. Isso de facto, preocupa muito mais os Aveirenses de que a questão dos Descobrimentos; eu reconheço. Saúde onde está? Educação onde está? Agricultura onde está? Quem tirou daqui? Quem esteve no poder? Quem esteve no poder todos sabemos".

Vogal Diogo Machado:

"Sr. Presidente, gostaria de começar esta minha intervenção, por dizer que às vezes, quem diz o que quer, ouve o que não quer. E realmente tivemos um exemplo, de quem disse o que queria e ouviu o que não queria, mas que é verdade. O que a mim me surpreende, neste momento é tão somente o seguinte: o que está em análise é uma moção, que reclama a título definitivo a presença da Fragata D. Fernando II e Glória, que aqui foi recuperada e que estará na Expo '98 durante um período de tempo, um ano, suponho. O que acontece, é que como muito bem disse o meu colega de bancada, o Dr. João Pedro Dias, as técnicas navais para aqui a mandaram. É verdade, foi aqui que foi possível reconstruí-la. Eu deixo um pequeno pormenor à análise dos meus colegas de Assembleia, que é o seguinte: se foi aqui que foi possível reconstruí-la, não será lógico pensar que é aqui que é mais facilmente possível mantê-la? Penso que é uma lógica bastante acessível para todos os que aqui estão. Em relação ao que aqui foi dito, nenhum de nós na bancada do PP quer o exclusivo de nada, e parece-me que o problema está a ser esse. Nenhum de nós quer o exclusivo de nada. Os senhores associem-se à moção e deixamos de ser nós os subscritores para sermos todos os subscritores. Os argumentos aqui aduzidos em nada justificam que não se reclame a título definitivo a presença da Fragata aqui, para que possamos até ceder, nas nossas pretensões e transformar Aveiro como porto sede. E a Fragata, sim senhor, que navegue por essas águas, por esse Portugal para mostrar como era naquela altura".

Vogal António Salavessa:

"De facto, o que estamos aqui a votar é uma moção, nos termos exactos em que a moção está redigida. E portanto, isto tem a ver de facto, com os termos da moção, pela intervenção que quero fazer. Quando se fala em regresso, penso que regresso é um conceito que tem a ver com algo que era daqui e que volta; não me parece que seja o caso. Ora, não só a haver regresso definitivo seria à Índia, onde foi construída. Originalmente. Agora temos aqui uma proposta de regresso a Aveiro, quando tanto quanto sei, o caso, é um caso de ele ter sido reconstruído em Aveiro, não é um caso de exclusividade de técnicas navais, mas sim, um caso de orçamento, concurso e orçamento. E quem ganhou foi quem apresentou mais barato, ao que parece com prejuízo. Não tiro o mérito a quem o fez, mas vamos pôr o rigor nas coisas e a verdade nas coisas. O que nós precisamos é do IC 1 construído, e precisamos de muitas outras coisas. A Fragata pode vir, não faz mal nenhum".

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Victor Manuel Cepeda Mangerão.

Vogal Victor Mangerão:

*" Muito rápido Sr. Presidente, não há em principio nada a opor a uma moção, que é uma moção pacífica, que não traz nenhum mal à terra. No fundo todos nós acreditamos que ela está na prática inviabilizada, por todas as razões. Mas, se a Fragata um dia vier para cá, tudo bem. Agora, não inventem é argumentos que não têm razão de ser em termos de bom senso, de verdade histórica e até de ordem técnica, para justificar que a Fragata volte para cá. A fragata então ia para Goa. Não vinha para cá, é óbvio. Não vamos cá mistificar as coisas, no fundo é assim, eu reconheço a legitimidade ao PP de querer fazer um pequeno floreado, de efeitos locais, avançando com uma coisa simpática, tudo bem. Ninguém sabia da Fragata, eu por acaso tenho fotografias da Fragata, desde que era só a quilha da inicial que esteve para ali. Mas, pouca gente soube da Fragata até ao dia em que aquilo deu o aspecto festivo e trouxe Entidades e o helicóptero do Sr. Ministro da Defesa, etc.. Portanto, por mim, penso que a bancada do PSD já demonstrou isso mesmo, aprove-se a moção, porque é preciso haver razões muito fortes para dizer que não a essa moção. Diga-se que sim à moção e espere-se que o futuro diga alguma coisa. Isto não demonstra nada. É um desejo? Como tantos desejos! Agora estamos ainda a labutar num assunto destes como se fosse prioritário, importante, o que é que isto significa politicamente para justificar tanta discussão?"*

Vogal Custódio Ramos:

*" É evidente que aquilo que o Dr. Victor Mangerão vem dizer, é uma moeda com duas faces, no fundo a interpretação que se pode dar é que não vale a pena, afinal se não vale a pena para que é que contam as Assembleias Municipais e as suas deliberações e as suas moções? E é uma desvalorização no papel das Assembleias. Se eu digo assim: o CDS/PP propôs, isto não aquece nem arrefece, não vem mal ao mundo, a Câmara não cai, o Governo também não, isto não afecta nada, tanto vale votar a favor como contra. Só que há aqui um processo pedagógico, educativo, que eu espero que a comunicação social comece apanágio, transmite para quem não está aqui que são as populações, e portanto nós ao falar da Fragata de D. Fernando e Glória, que a muitas das pessoas até lhe passou à margem o nome, ao falar de João Afonso de Aveiro, ao falar de Sagres e ao falar disto tudo, estávamos a falar dos Descobrimentos que é uma coisa que anda muito esquecida por esse mundo fora. Portanto, primeiro ponto, acho que a moção teve cabimento.*

*Eu discordo e mantenho a minha discordância quanto à questão de "a título definitivo", e porquê? Porque se ela vem para Aveiro a título definitivo, então o CDS está a dizer que o que quer é aqui à entrada da ria, quer ali junto à actual lota, quer ali um navio que vai substituir todos os museus que andam a prometer nestes dezoito anos de Poder Autárquico. Temos um Museu ali. Ora, se nós defendemos que afinal a Fragata até não devia estar parada, ela devia mexer para não apodrecer, então está lógico, que devemos reivindicar que a sua sede seja em Aveiro, essa é outra questão, e não vir para cá a título definitivo, instalar-se aqui como prisioneira porque então estamos a cair no mesmo erro dos outros. Portanto, para resumir, a decisão é importante, não vai o Sr. Victor Mangerão desvaloriza-la, como está a dar a entender, só que eu discordo do a "a título definitivo". Depois há uma outra questão que é: será que o barco é para estar em movimento? Para isso tem que ter tripulação. E o Estado Português, quanto é que tem que pagar à tripulação? É com o Governo, é com o Ministério da Marinha. E então estão os Socialistas a apoiar uma moção contra o Ministro respectivo. Vocês sabem muito, mas eu não estou a dormir nesta terra, nem neste lugar, eu estou sempre aqui sentado a ouvir o que vocês dizem. Muito obrigado, o meu voto é contra se não lhe tirarem a sede "a título definitivo".*

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Gonçalo Nuno Caetano Alves.

Vogal Victor Mangerão:

*"Primeiro lugar, não vejo nada do aspecto pedagógico aqui nesta questão. Eu não vejo o aspecto pedagógico, porque é evidente que dentro da perspectiva que o Sr. Custódio Ramos colocou, parece que todos os assuntos tinham cabimento só pela legitimidade de serem apresentados aqui. O que se discute é precisamente o maior ou menor cabimento que certas questões merecem. Só um ponto de reflexão. Primeiro lugar, a Fragata directamente não tem nada a ver com os Descobrimientos. É obvio que uma Fragata construída no fim do século passado em Goa, que serviu essencialmente para fins comerciais, só porque não há mais nada, mais antigo em madeira, é que os senhores de Lisboa se lembraram de mandar recuperar, à custa do erário público. Segunda coisa, a Fragata não foi preparada e o investimento que seria necessário para a transformar em barco que se mexesse de um lado para o outro, que navegasse verdadeiramente, era outro tanto praticamente, sem falar de questões de tripulação. Portanto, o Senhor estar aqui já a dizer se deve ser um destino único ou não deve ser um destino único e só*

*aceita se não for e tal, isso é um pormenor de tal maneira distante e dependente de outros pressupostos, que não tem cabimento estar a ser falado nesta Assembleia Municipal de Aveiro. Isto não tira dignidade à Assembleia, eu não vou é discutir coisas da Marinha nem a discutir coisas da Expo '98 aqui, a não ser na medida em que digam respeito a Aveiro. Qual é a ligação de Aveiro à Fragata? Um estaleiro! Instalado ali adiante, por acaso ainda dentro do Concelho de Aveiro, deu dignidade a Aveiro de ser um local de fabrico do casco. E eu pergunto: Sabe o Senhor se o valor do casco é tão grande, ou será superior ou inferior ao valor da mastreação e do velame que vai ser imposto lá em baixo no arsenal do Alfeite? Só isso pode alterar logo a substância da coisa. Portanto, eu para mim, o enquadramento certo disto é assim, tem toda a razão de ser que uma coisa destas que teve o seu momento de glória e de efeito mediático, Aveiro diga que sim. Agora estar a transformar isto numa guerra de pormenores a dizer assim, eu aceito é se não for definitivo. E, só lhe quero dizer mais uma coisa, os barcos não apodrecem por estar parados. Além disso há formas de transformar grandes navios de madeira em barcos museus como o Vitória de Nelson que está em Inglaterra e o barco que está em Estocolmo, que agora não me lembro o nome que é do século XVIII e que foi recuperado depois de duzentos anos debaixo da água do mar e não é por causa disso que se estragam. Portanto, não seria esse o problema. O problema é outro".*

Entretanto saíram da sala os Vogais Libério da Silva Santos, Fernando Tavares Marques e João Tavares Duarte.

Vogal Rosa Pires:

*" Eu gostava de dizer que julgo compreender as razões que levaram o Eng.º Cruz Tavares a pronunciar-se da forma como fez. Eu julgo que foi aqui dito porquê de querermos a Fragata, mas não foi dito para quê, isto é, a finalidade. E portanto, há uma certa desproporção entre aquilo que nos leva a reivindicar e o nível de exigência que daí advém. E esta desproporção leva obviamente, a ter uma atitude negativa. Em parte, concordo plenamente com o que disse o Sr. Custódio Ramos, isto é, esta proposta que não nos diz o para quê, isto é, que finalidade é que eu vou dar. Também não tem nenhuma análise, a meu ver, rigorosa, do que é que representa pôr em prática esta ideia. Quais são os custos acrescidos porventura de estarem cá, designadamente de manutenção a vários títulos, e inclusive o programa de animação que devia ter, isto é, para que é que nós queremos a Fragata? E então, mais uma vez concordando com o Sr. Custódio Ramos, eu acho que a nossa proposta perde credibilidade, porque nós só queremos a Fragata, porque*

queremos um bocadinho do quinhão que se anda a gastar aqui e além. Ora, isto é um argumento muito pobre. Se nós tivéssemos pensado num programa, em que a Fragata leva a história de Aveiro, leva a história do nosso contributo em diversas situações, e não a prende aqui, se possível, leva-a a outras zonas do País, para mostrar às outras pessoas a história que Aveiro teve, e o contributo que Aveiro desempenhou. Se houvesse algo deste para quê, bem estruturado, a proposta ganhava credibilidade e razoabilidade; de outra forma não a tem. Portanto, parecia-me por exemplo muito interessante, que alguém discutisse, (eu confesso que não tenho esses dados, não tenho essa informação, já vi que há pessoas mais bem informadas do que eu) que se pensasse qual vai ser o programa de utilização da Fragata, e garantir que esse programa de utilização da Fragata incorporava, aquilo que de Aveiro deve estar associado a ela. Se isto se fizesse, dá-me a sensação que seria bem mais razoável a proposta. Tal como está, é uma reivindicaçõzinha ( e eu tenho esta perspectiva de facto, aliás, viu-se na discussão que aqui se travou, de que toda a gente quer ter um bocadinho do bolo e anda toda a gente a ver quem é que agarra o seu bocadinho) isto é de facto, descredibilizante e portanto, não me parece que seja suficiente. Temos que a fundamentar de outra maneira, e mostrar claramente para que é que nós a queremos e não é a fecha-la em casa, é dá-la aos Portugueses e levar a história de Aveiro a outros sítios do País".

De seguida o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação a Moção apresentada, a qual foi aprovada com catorze a favor ( doze PP e dois PS) oito abstenções ( um PP, cinco PSD, um PS e um CDU ) e sete votos contra ( três PSD e quatro PS ).

Usaram da palavra a fim de fazerem as declarações de voto, os seguintes vogais:

Vogal Filipe Brandão:

"Por julgar a moção agora apresentada inócua, inconsequente, abstive-me em conformidade".

Vogal Custódio Ramos:

" Por considerar o texto da moção demasiado redutor e face à cegueira dos proponentes, que se recusaram a qualquer alteração a esse teor, votei contra. Além do mais, não tenho uma visão cega do exercício do Poder Local, como transcende do texto hoje aprovado".

Vogal Cruz Tavares:

*" O meu voto contra residiu em várias razões. Primeiro a redacção da moção parece-me infeliz. Em português não se, "sente de que", talvez algumas pessoas do Porto, "pensem de que" e "sintam de que", em Aveiro não se "sente de que". Segundo lugar, a Fragata D. Fernando, não tem minimamente nada a ver com os Descobrimentos, tem a ver com transporte de mercadorias, gado e alguns passageiros durante os dois últimos séculos. Terceiro, a iniciativa da moção, como já foi salientado, manifesta-se com um carácter de um provincialismo absolutamente inconsequente. Por isso, votei contra".*

Vogal Diogo Machado:

*" Sr. Presidente, por todas as razões contrárias às que aqui foram aduzidas, votámos a favor desta moção".*

Vogal Virgínia Veiga:

*" Votei a favor, porque entendo que a fraca fundamentação e má redacção da proposta, são suficientes para excluir que Aveiro possa pretender ser a sede, uma vez que este assunto se encontra actualmente em discussão".*

Vogal João Barbosa:

*" Eu votei a favor, porque acho que não havia razões para votar contra".*

Não havendo mais declarações de voto, deu-se início à ordem de trabalhos.

### **PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

*NOTA: - A Comunicação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi já distribuída por todos os membros desta Assembleia, pelo que a mesma faz apenas parte integrante do original desta acta.*

Seguidamente usou da palavra o Sr. presidente da Câmara, para fazer a apresentação da comunicação escrita supra, e para destacar alguns aspectos mais importantes da actividade municipal no decurso do trimestre, tendo-se colocado de seguida à disposição dos Srs. Deputados Municipais para eventuais esclarecimentos.

Entretanto deram entrada na sala, os Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e João Tavares Duarte.

Aberto o período de esclarecimentos, usou da palavra:

Vogal Filipe Brandão:

*"Sr. Presidente, algumas referências muito breves, sobre este documento. Eu pedia algum especial cuidado atenta a natureza formal deste documento, que se consubstancia afinal, numa declaração e numa comunicação do Presidente, aos membros da Assembleia Municipal. Porque assim sendo, e tendo isso subjacente, torna-se de muito difícil inteligibilidade aquilo que vem por exemplo explanado a folhas vinte e três, que é o Sr. Presidente referir, que está a "obedecer ordens superiores", relativamente por exemplo ao plano da lota. Ou seja, o Sr. Presidente vem perante a Assembleia dizer que está a estudar e numa tentativa de ultrapassar o impasse, conforme ordens superiores, blá blá blá ... Ou seja, é óbvio que o Presidente da Câmara, que eu saiba, não tem superior hierárquico. E, já nem vou referir a página dois, mas era necessário, uma vez que estamos a falar do ponto da Educação na primeira linha, se tenha algum cuidado como se escreve demos, porque de facto, como está, não prestigia propriamente a assinatura que vem apostado nessa página. O Sr. Presidente disse que um mês volvido sobre a apresentação deste documento, ele estaria de alguma forma desactualizado. Eu permitir-me-ia corrigir, ele não está desactualizado, está é atrasado. O Sr. Presidente em Abril diz que, o Plano Estratégico estava em fase de conclusão para ser entregue aos membros da Assembleia Municipal, durante o mês de Maio. O mês passou e o Plano não chegou. É algo que eu gostava de inquirir V. Exa., porque eu ainda me lembro, a distância não vai tão longa assim, de V. Exa. ter no Centro de Congressos garantido, que em Dezembro de 1996, os Senhores membros desta Assembleia estariam a receber o Plano Estratégico e, portanto, algum atraso estará a decorrer até agora. Finalmente, gostava que me esclarecessem porque é que os Planos de Urbanização e os Planos de Pormenor, não constituem Planeamento Urbanístico, ou seja, no Departamento de Planeamento e Gestão do Património, uma vez que V. Exa. entendeu dividir o documento desta forma, só se começa com a epígrafe Planeamento Urbanístico depois de se exporem os Planos. Se os Planos de Pormenor não constituem Planeamento Urbanístico, dificilmente será inteligível aquilo que constituirá. Finalmente, e a terminar, eu gostaria apenas que me fosse esclarecido qual a situação do*

jipe. Neste relatório, eu considero isto um pormenor caricato, é de V. Exa. ter um jipe à sua ordem, e estar à espera o serviço de Protecção Civil, que V. Exa. o entregasse".

Vogal João da Peixinha:

" O problema que eu queria pôr ao Sr. Presidente, era sobre o parque de campismo de S. Jacinto. Estamos nos fins de Maio e por aquilo que me apercebo o parque de campismo de S. Jacinto continua com as obras muito atrasadas. Gostava de saber, se realmente as pessoas que têm lá os seus materiais, já foram avisados de quando é que abrem o parque de campismo, e se realmente está previsto a sua abertura ou não para o início da época balnear. Também era bom que mandasse ver as janelas daquela residência oficial da Câmara, as janelas do sótão, que aquilo estão as latas todas à mostra e como tiraram os prédios de lá da frente, aquilo está com muito mau aspecto".

Vogal Cruz Tavares:

" Sr. Presidente, eu queria antes de mais saudar o Presidente da Câmara, porque, para além do desaire do "demos" com traçinho, o Sr. Presidente ao contrário da bancada que o apoia, "pensa que", "sente que", "mas informa de que". Eu tomei nota disso e as minhas felicitações pela distinção e pelo rigor da linguagem. Em relação ao conteúdo da comunicação do Sr. Presidente, tinha dois ou três pedidos de esclarecimento, que são o seguinte: em primeiro lugar, no capítulo relativo à Saúde, o Sr. Presidente fala que em relação à escola de enfermagem foi decidido definitivamente a elaboração do projecto para a construção da escola de enfermagem. Eu queria, que o Sr. Presidente fizesse o favor de nos esclarecer, se existe terreno para a escola de enfermagem, em primeiro lugar. Em segundo lugar, se ( como eu calculo que seja o caso) não existe terreno, se o Sr. Presidente aceita um projecto tipo para uma escola de enfermagem. Eu devo dizer que esta Câmara, ao contrário de algumas outras que têm uma visão diferente do problema, não aceitam projectos tipo que são no fundo, projectos de regime, mesmo em obras de relativa importância, sejam hospitais, sejam escolas de enfermagem, sejam inclusivamente edifícios para a educação. É necessário que os projectos sejam elaborados em função do sítio, em função da cidade onde estão instalados. E se, a ideia prevalecente no Governo, neste ou no do ano anterior, é de arranjar projectos tipo, eu julgo que a Câmara está em condições de rejeitar essa solução. Cada sítio tem o seu projecto e faz parte integrante das condicionantes de qualquer projecto que ele seja adaptado ao sítio onde vai ser implantado. Eu julgo que não é o caso e por isso levanto o problema e agradeço que

o Sr. Presidente nos esclarecesse. Mais à frente e na listagem que faz dos Planos de Pormenor, o Sr. Presidente refere um Plano de Pormenor da Alameda, suponho que é da freguesia de Esgueira. Eu pergunto, e diz que há uma equipa que prossegue o estudo e que já vai na segunda fase do Plano. Eu pergunto, porque tenho esta dúvida que me inquieta bastante com toda a franqueza, é se realmente a Câmara pretende urbanizar o planalto da Alameda de Esgueira. Isso tem vindo a ser discutido e ventilado na comunicação social, eu suponho que a Câmara irá ouvir a opinião das pessoas daquela freguesia e que tenha em conta que as pessoas de Esgueira, têm um lugar muito especial em relação à Alameda, e que, portanto, dificilmente aceitariam uma solução que passasse por uma ocupação, mesmo que ligeira, uma ocupação urbana daquela área. Se o pavilhão não chega, se o pavilhão vai ser transferido, então que se remeta aquele sítio para a situação que tinha antes da existência do pavilhão. Mais à frente, o Sr. Presidente fala também de um Plano de Pormenor que é o da 109 e ao mesmo tempo, nessa listagem, termina com o Plano das Glicínias. Eu tenho uma certa dúvida, que na quantidade de planos de diversos níveis que estão actualmente em curso, o Sr. Presidente da Câmara, tenha tido o cuidado de encarregar alguém na Câmara, pelo menos, para ler todos estes planos. Eu com toda a franqueza, ao passar os olhos pelo Plano Estratégico, pelo Plano de Urbanização, pelos diferentes Planos de Pormenor, pelo Plano da 109 mais o Plano das Glicínias, tenho dúvidas se há alguém na Câmara, que já tenha lido na integra estes planos. Porque uma coisa é fazerem-se muitos planos, outra coisa é coordenarem-se. E, por exemplo, este Plano de Pormenor de requalificação da Estrada Nacional 109 e o Plano de Pormenor das Glicínias, parece-me que à primeira vista estão em colisão um com o outro, pelo menos estes; já não falo no PDM mais o Plano Estratégico mais o Plano de Urbanização. Esta inquietação, eu transmito-a com toda a lealdade ao Sr. Presidente, porque julgo que a componente de coordenação, ou não foi activada ou não está a funcionar. Finalmente, na página treze, é mais uma vez referido o estafado ( estafado porque já anda há seis ou sete anos no vocabulário da cidade) Eixo Estruturante. Mais uma vez aparece aqui qualquer coisa que falha na coordenação. Em alguns planos, fala-se em vários eixos estruturantes; noutros planos fala-se em eixos estruturantes e em circulares. Eu suponho que, em alguns casos está-se já numa fase totalmente diferente, noutra planeta diferente, daquele que deu origem a este eixo estruturante mal fadado. Já se fala em eixos estruturantes, já se fala em circulares. Isso foi sempre a nossa posição, não se pode falar em eixo estruturante numa cidade que precisa e tem, cinco ou seis eixos estruturantes. Não se pode falar apenas em eixos estruturantes quando é

preciso também falar de circulares. Finalmente, estes termos e esta noção da rede, já está instalada em alguns dos Planos que estão em elaboração, simplesmente, estão nuns e não estão nos outros. E o Sr. Presidente retoma a velha linguagem do seu antecessor, que foi usada em pelo menos duas campanhas eleitorais, por favor não use na quarta".

Entretanto saiu da sala o Vogal Manuel Branco Pontes.

Vogal António Salavessa:

" Sr. Presidente, já falou sobre o Teatro Aveirense, já disse alguma coisa, mas não esclareceu uma questão, que eu aqui quero colocar, que era o conteúdo do protocolo com a Secretaria de Estado da Cultura. Já aqui foi dito nesta Assembleia, Sr. Presidente, que os protocolos que são assinados com outras Entidades, acompanhassem o texto da Comunicação Escrita. Portanto, não basta para esta Assembleia Municipal poder desenvolver a sua acção, saber que houve um protocolo. É bom que, os protocolos acompanhem o texto da Comunicação Escrita, para que haja um conhecimento mais efectivo, que é que a Câmara está a assinar com outras entidades. Até porque, nesta comunicação o Sr. Presidente refere na primeira listagem esse protocolo com a Secretaria de Estado da Cultura, para depois não haver nem uma linha sobre o seu conteúdo na área da acção cultural. Nesse capítulo não há mais nada a esse respeito. O Sr. João da Peixinha já falou da questão do parque de campismo de S. Jacinto. Eu queria sublinhar que aquilo que se passa é uma manifestação da total falta de respeito, com compromissos assumidos, a Câmara deve ser uma entidade de palavra, eu não falo dos "qui pro quo" com outras entidades, e dos problemas desse tipo. Falo, que foi prometido aos utentes que até final de Fevereiro as obras estavam prontas e que podiam entrar para dentro, e que desde então, já passou Março, Abril, Maio e os utentes que ainda lá estão, que a questão também é essa, estão a pagar cem escudos por dia pelo seu equipamento estar no parque de estacionamento, portanto, sem o poderem utilizar, sem o poderem rentabilizar. Aquilo que pergunto é: a parte de S. Jacinto que se dinamiza alguma coisa com o parque de campismo a funcionar em pleno, se não está a perder, restaurantes, pequeno comércio, etc., pelo facto de o parque estar fechado nesta altura do ano. É referido na comunicação questões de não higiene e limpeza. Sr. Presidente, eu acho que é extremamente útil e positivo, que as pessoas aprendam a separar os resíduos urbanos, mas é preciso em simultâneo que haja condições para que essa separação se dê. E, no que diz respeito a pilhões e principalmente a pilhões tão publicitados na rádio, não há conhecimento de onde é que esses pilhões estão. O que era sugerido era que fosse feita

por bairros, por zonas da cidade, uma informação escrita a distribuir a cada domicílio e nas escolas, com a localização concreta destes equipamentos urbanos, no sentido de que as pessoas saibam onde estão para poder proceder à separação de resíduos. Uma questão menor, mas que começa a ter consequências e que tem consequências de facto, Sr. Presidente, é determinados saltos, nas vias urbanas. O salto quase a chegar ao Olho de Água, quem vai de Aveiro para o Feira Nova, e que penso, está já atingir o nível da segurança. A seguir à passagem do comboio, por cima do comboio, ao descer, antes de voltar a subir para Olho de Água, é um salto incrível. Há outro salto que não é tão visível, mas que já faz a sua moça nos amortecedores, é quem vem da Glória para a Vera Cruz, na Ponte Pau. Salto então, para a participação no Plano Estratégico, por contraste com o Plano de Urbanização para pegar naquilo que foi dito aqui, e que é urgente que haja formas de estímulo. Outra questão, diz respeito às instalações municipais. O Sr. Presidente, frequentemente traz aqui os êxitos da Câmara, penso que deveria também, ter alguma palavra perante os insucessos. E mais uma vez a questão das instalações municipais parece que está com problemas. Várias vezes foi apontada a questão do quartel do parque, como sendo solução e pelo que vejo, as coisas não apontam para aí, a não ser que o Sr. Presidente tenha outras informações. Penso que é tempo da Câmara começar a pensar, numa solução de raiz, devidamente localizada, com um Paços de Concelho que resolvam o problema, senão é o adiamento permanente, de uma questão que tem que ser encarada para ser resolvida. Por último, a três de Março a Câmara, (já agora estamos a um ano da Expo '98 ) aprovou por unanimidade, uma proposta, que foi logo traduzida como uma certeza na comunicação social, de que o sal e a actividade salineira, vão estar representados na Expo '98, através da criação, envolvendo novas tecnologias, criação de cenários virtuais, etc., etc.. Portanto, eu queria saber, seis de Março, passou Março, passou Abril, passou Maio. Hoje a um ano da Expo '98, que passos concretos foram dados, para levar a cabo e para concretizar uma decisão camarária, que apelidei de proposta virtual e decisão virtual, mas que eventualmente estará a ser concretizada. Gostava que o Sr. Presidente dissesse no concreto, que passos foram dados e onde é que vai estar a representação de Aveiro na Expo '98".

Vogal João Barbosa:

" Sr. Presidente da Câmara, fala-se aqui na beneficiação do mercado Manuel Firmino, e se me permite, eu fazia aqui um apelo a pedido dos comerciantes. Os comerciantes, acham que o horário de abastecimento até às 23:00 horas não é coincidente com a sua vida

diária no mercado Manuel Firmino. E pedem que esse horário seja passado para o horário anterior, ou seja, os comerciantes neste momento têm uma permanência diária no mercado Manuel Firmino, mais ou menos, dezoito horas diárias, isto considerando que têm de se abastecer depois da saída. E o que eles pedem é que o horário de abastecimento passe a ser como antigamente a partir das cinco da manhã. Uma outra situação que eu gostava de chamar aqui à atenção e não só, vi aqui uma chamada de atenção à Protecção Civil, e congratulamo-nos pela aquisição de um Land-Rover. Espero que este Land-Rover não só seja aproveitado na protecção como na prevenção. E falando na prevenção, eu perguntava o seguinte: à um ano chamamos aqui à atenção, de nas zonas habitacionais da Vera Cruz, existir agentes de tinta, que nos seus armazéns existem quantidades de artigos explosivos, que aquilo são autênticos barris de pólvora. Eu perguntava, se se fez alguma coisa para a defesa destas zonas habitacionais? E chamava à atenção também, que existe em frente ao mercado Manuel Firmino no jardim, uma gaiola com quatro garrafas de gás para abastecimento público. Esta gaiola, que é mesmo uma gaiola, tem um pequeno extintor de protecção fechado com um cadeado. Eu gostava que se houvesse possibilidades e se isto é da responsabilidade da Protecção Civil, que dessem uma solução ou que fizessem alguma coisa para a defesa dos utentes destas zonas".

Vogal João Tavares:

" Sr. Presidente da Câmara, apreciei o seu comunicado, onde me despertou à atenção algumas situações. No plano da Educação, eu queria alertar o Sr. Presidente para o facto de não ver aqui escrito a construção da pré-primária em Esgueira, na substituição do edifício que lá se encontra, que é antiquíssimo, em madeira, que está em precárias condições, já não suporta qualquer tipo de reparação e está a ser casa de ratos e portanto, já sabem que os ratos trazem inconvenientes bastante grandes à saúde das crianças. Isto estava no Plano de Actividades, a Junta propôs colaborar na colaboração do dito edifício, caso a Câmara o entendesse, conforme fez no Bairro do Cabo Luís e Bela Vista. Também pergunto o seguinte: para quando a abertura da Biblioteca da Freguesia de Esgueira? Já está há bastante tempo para ser inaugurada e até hoje não temos qualquer informação, desse dia. E também se, há algum projecto (pelo menos eu não o vi aqui mas pode estar) do Centro Cultural de Esgueira? O edifício que foi comprado pela Câmara, mas que se encontra ainda nas mesmas condições como foi comprado. Gostava-mos de saber se há algum projecto a funcionar para a recuperação do mesmo. Em relação à Saúde, o Sr. Presidente acabou de dar a informação, portanto, fico grato pela mesma. Também estou satisfeito

por ver aqui, considerado, o estudo para um polidesportivo em Mataduços, bem haja, já não é sem tempo. O Sr. Salavessa antecipou-se em relação àquele desnivelamento à saída da circular de Esgueira no sentido Sul/Norte, de facto aquilo parece quase uma montanha russa, já denunciámos isso e era necessário que aquilo fosse visto com muita urgência, porque o salto é bastante grande, é uma autêntica montanha russa. Era só esta a minha apreciação e a minha pergunta".

Vogal Jorge Nascimento:

" Sr. Presidente desta Assembleia, Srs. Deputados Municipais, eu não posso deixar passar em claro uma atitude da resposta à pouco, à atitude do Executivo, pela voz do Sr. Presidente da Câmara, em relação às questões que lhe foram postas no período antes da ordem de trabalhos e que já anteciparam de certa maneira esta comunicação. Eu entendo que as respostas que o Sr. Presidente deu, anteciparam de certo modo, este período de antes da ordem de trabalhos. Não posso deixar passar em claro, uma atitude que eu considero muito positiva deste Executivo, que é, não sei se repararam, o carinho com que o Sr. Presidente trata o município e designadamente esta cidade. O Sr. Presidente à pouco, quando aqui se falou de vandalismo, de coisas atroz, que pareciam que faziam desta cidade terceiro mundista, parecia um município terceiro mundista. O Sr. Presidente acorreu logo, a defender a sua menina, que é de facto, a Cidade e toda a zona territorial do município. Acorreu logo com isso, dizer que não é tanto assim, e de facto não é. E para mim isso foi, de certo modo, bastante gratificante. Esta comunicação é escassa, porque devia ter aqui como referência, uma coisa que eu convido as pessoas em geral e os munícipes, a visitarem, que é a exposição sobre o Poder Local que existe no Centro Cultural. Isto não é propaganda política. O município cresceu e a meu ver de forma bastante ordenada, ao contrário do que muitas vezes se diz: "não há planeamento não há organização". Se não há organização, então será milagre. Quer dizer, se a área do município cresceu daquele modo, da forma harmoniosa, como se nos ostenta, então se não há pensar, há de facto milagre. E o Planeamento, traz-me a este documento, porque aquilo que aqui é relatado que eu considero de mais relevante, é de facto, a obra de Planeamento que aqui existe. Eu entendo perfeitamente que é uma necessidade do Planeamento, porquê? Recordemos que o PDM, anulou ou deu sem efeito todos os Planos de Pormenor até então existentes. Portanto, há uma necessidade de planear. Mas, se todos estes planos forem cumpridos, se vierem a ser elaborados como estão a ser, e se acredita que sejam, este Executivo deixa para ele próprio, espero, para a sucessão do poder que eu espero que seja igualmente nossa, ou

para quem vier, uma obra que para ser desenvolvida não precisará de ser muito pensada. Se estes planos vierem a ser aprovados, está aqui realmente a linha de alguém que precisará de executar, está aqui uma dinâmica potencial que não é de menosprezar. Quando às vezes se fala que a obra de planeamento não é boa, permito-me em absoluto discordar. Eu não acredito que alguém planeie sem pensar. Portanto, há toda uma filosofia de quem está no poder que encaminha para os técnicos, vai à discussão pública, obrigatoriamente à discussão pública, vem a esta Assembleia, as organizações instaladas na sociedade civil manifestam-se. Claro que, pode evidentemente ser isto enriquecido, mas penso eu, que vai o contributo do cidadão por várias formas, para todos os planos. Agora se me disser assim, isto tem de ir para uma escola ou para um professor de planeamento, isso será uma visão técnica. Mas, eu não creio que essa seja a visão melhor, a visão melhor, penso que é a política, portanto, evidentemente imbuída da técnica. E, portanto, não creio que esteja alheio, que muitas vezes se diz, até se tem escrito a esse respeito, eu penso que muito imerecidas. Portanto, agora atendo-me ao trabalho que aqui está. É um relato daquilo que o Executivo vem a fazer, que me parece que está em sintonia com o que consta, portanto para mim, este documento é um trecho, de um relatório de actividades. E o que está a ser feito, vem mais ou menos de acordo com o que aqui foi planeado, penso que o Executivo, neste período de tempo a que se reporta o documento, está a cumprir. Para já, isto não é documento que tenha que ser votado, merece verdadeiramente o nosso aplauso e portanto, estamos de acordo com ele, quer dizer, com o que nele está plasmado e portanto, merece a nossa inteira concordância".

Vogal Armando Vieira:

"Bem Sr. Presidente, para quebrar um bocado a monotonia, quereria lembrar aqui ao Sr. Presidente da Câmara e pedir-lhe o favor de nos dar o ponto de situação sobre algumas obras de interesse local da minha freguesia; porque permitam-me que também tenha o direito de falar disso. E então, fico espantado de ver passagens desniveladas em construção, em ruas de quinta categoria, e continuamos com a passagem desniveladas de Quintãs sem ser executada. Eu sei que já foi adjudicada a obra, mas gostaria de saber porque é que a obra não começa, e que os senhores me dessem as informações, porque sou questionado constantemente pela população. Quanto à urbanização do Picôto, que é uma coisa do interesse da Câmara e de todos nós, constatei que as obras pararam, começaram timidamente e pararam logo a seguir. Entretanto, fui dar com o empreiteiro a fazer numa freguesia vizinha uma rua, enfim, não sei, gostaria de saber o que é que se passa. O Plano de Pormenor da

zona envolvente, não o vejo citado aqui nesta Comunicação do Sr. Presidente, o Plano de Pormenor da zona envolvente da C+S e do novo edifício polivalente. Eu tenho procurado saber junto do gabinete respectivo, o que se passa, e Sr. Presidente se me permitisse, já agora, quanto ao Plano de Pormenor que é uma peça importante e eu penso que a determinada altura o Senhor demonstrou interesse nisso, entretanto a técnica que está a dirigir este projecto, diz-me que o Sr. Presidente lhe tem dado outras prioridades e que isto tem continuado a ficar para trás. Ora, tenho que lamentar. Na Educação, a Comunicação não faz nenhuma referência ao Jardim Escola de Oliveirinha, uma necessidade e um pedido da Junta de Freguesia de tantos anos, e estou em crer, espero que me engane, que mais uma vez vamos passar um ano sem construir este Jardim Escola. No Desporto Escolar, Sr. Presidente, não faz nenhuma referência aos famosos ginásios desportivos das escolas C+S; no Plano de Actividades cita-se que poderíamos ter dois para o Concelho, desejávamos saber se temos dois, se não temos nenhum e se temos algum para que freguesias vão. Ainda uma outra coisa que é uma peça importante e o Sr. Presidente já o reconheceu aqui hoje, a colaboração da Juntas de Freguesia, que eu não me canso de dizer que são os funcionários que a Câmara tem mais baratos, não recebem salário, nem subsídio de férias, nem nada disso e estão ao serviço constantemente da Câmara e dos serviços do Município e, queria saber, o que é que se passa com o desenvolvimento do protocolo da delegação de competências. Porque nós apresentámos as propostas já há meses e isto não avança. Eu sei que a freguesia de Oliveirinha foi a segunda freguesia a apresentar os documentos, julgo saber que a freguesia que primeiro apresentou a documentação, já foi celebrado o protocolo, penso que já está a utilizá-lo, e eu não obtenho nada. Desejava de saber o que é que se passa quanto a isto. Eixo Estruturante, parece que o projecto está na sua fase final ou já estará numa versão final, e na parte que respeita à Freguesia de Oliveirinha, gostaria bastante Sr. Presidente, de poder conversar com quem de direito, de ver o projecto, porque não gostamos de ser surpreendidos. E, parece que estamos a sê-lo. E ainda, falando de uma via que nos interessa a todos nós, a antiga Estrada Nacional 235, que liga o Pingo Doce à via rápida Aveiro/Mamodeiro. Essa estrada, como todos nós sabemos, está em péssima situação, com excepção de um pequeno troço na Freguesia de S. Bernardo, de resto é uma vergonha para a cidade de Aveiro, para a importância do planeamento e desenvolvimento e das obras que têm sido feitas em Aveiro. É uma vergonha Sr. Presidente, que aquela estrada se encontre no estado que está. Devo dizer-lhe que somos criticados constantemente e o Município é criticado pelo estado daquela estrada. Eu estou a referir-me à estrada

*desde o Pingo Doce até ao seu limite, nas freguesias que toca que são três ou pelo menos duas. Era importante fazer uma intervenção rápida nesta estrada, porque não é uma estrada digna de um acesso que ainda hoje é um acesso importante para a cidade de Aveiro. Por último, eu já sabia que o Sr. Presidente tratava com muito carinho a Cidade, mas não sabia que era tanto e agora é que eu verifico porque é que o Concelho rural não se tem desenvolvido, o carinho fica todo na Cidade".*

Entretanto saíram da sala, os Vogais Álvaro Patrício do Bem, Artur da Rosa Pires e Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal Dias da Silva:

*" Eu gostaria de começar esta minha intervenção por uma atitude de reconhecimento e louvor, às iniciativas do Executivo da Câmara, nomeadamente nestes últimos dois anos, essencialmente no que se refere quer a assinaturas dos protocolos, contratos-programa, quer com a delegação de competências, que foram prestadas às Juntas de Freguesia. Essas iniciativas possibilitaram realmente o desenvolvimento, pelo menos, (e falo concretamente da minha freguesia) em termos de rede viária, a quem também se deve e justiça seja feita, o apoio dos técnicos que a Câmara neste momento dispõe para o efeito. Mas, e voltando um bocadinho atrás, conforme já tinha referido o meu colega Armando Vieira, sinto alguma tristeza por algumas situações que não têm vindo a ser pelo menos, como talvez devesse ser tido em conta, a questão das passagens desniveladas. E, refiro-me concretamente à passagem desnivelada em Cacia, exactamente pela situação que, tenho um ofício datado do final do ano de 1996 da própria CP, e dá-se conta da previsão do início das obras para Janeiro de 1997 e neste momento estamos praticamente no início de Junho. Gostaria de algum esclarecimento sobre esse assunto. Reforço também as palavras do Armando Vieira quando cita a questão do desenvolvimento, aliás tinha sido uma intervenção do Dr. Jorge Nascimento, que realmente a menina do Sr. Presidente é a cidade de Aveiro. Eu creio que Aveiro tem crescido muito, é uma Cidade que de certeza nos orgulha a todos, a mim pelo menos orgulha-me substancialmente, mas esse crescimento deve-se provavelmente com sacrifício das freguesias limítrofes, nomeadamente aquelas que são rurais. Provavelmente, à custa dessas mesmas freguesias Aveiro possa ter crescido tanto. Por último, gostaria de deixar aqui manifesto publicamente, um voto de protesto, para algumas situações de compromissos assumidos pela própria Câmara Municipal de Aveiro, relativamente a algumas obras, que ultrapassaram o âmbito quer da assinatura dos contratos-programa, quer da delegação de competências.*

*E, refiro-me concretamente às obras que foram executadas na sede do clube Estrela Azul, onde desde Setembro do ano passado, há empreiteiros com materiais fornecidos para execução das obras, que estão à espera desse pagamento. E, não posso admitir e tenho que publicamente afirmar isso hoje aqui, não posso admitir que qualquer funcionário desta Câmara, se atreva a atravessar-se, numa determinação feita em reunião de Câmara em apoio à execução dessas mesmas obras. Venha quem vier, não pode haver qualquer funcionário que venha contradizer aquilo que, eventualmente possa ter sido decidido numa reunião de Câmara. Inclusive, posso firmar, que o cheque está passado falta só a assinatura do Sr. Presidente, só não foi feita porque alguém entrou o processo".*

Vogal Victor Mangerão:

*"Primeiro uma questão prévia ao Sr. Presidente, no seguimento da sua intervenção, porque diz respeito à política geral do Executivo, e é o seguinte: eu sem pôr em causa, como é óbvio, a participação dos Presidentes das Juntas de Freguesia na Assembleia Municipal, nem por isso, deixo de questionar em termos de princípios, essa participação. Eu não concordo que a legislação obrigue os Presidentes da Junta a serem precisamente, metade do quórum das Assembleia Municipais. Não é em Aveiro, é em todo o país. Eu se fosse o legislador e mandasse, e sei de quem, com muita autoridade, pensa da mesma maneira sobre isto, mudaria esta estrutura institucional. Acho que os Presidentes da Junta têm um determinado tipo de mandato, um determinado tipo de vocação política, um determinado papel importantíssimo a exercer, e que nem sempre se coaduna muito com as características dessa Assembleia Municipal, outro órgão deveria existir, outra forma de representação. Isto é uma introdução ao que eu quero aqui apresentar, que é o seguinte: eu pergunto, eu questiono o Sr. Presidente da Câmara, porque nunca vi essa coisa suficientemente aclarada. Se por acaso, os Presidentes das Juntas, todos eles do concelho, realmente dispõem de mecanismos de diálogo, de aproximação à Câmara, de estudo dos problemas, de apresentação de questões, de clarificação das suas ansiedades, da manifestação dos anseios das populações respectivas, etc. suficientes; para que não seja necessário transformarem a Assembleia Municipal num rosário de queixas, de pedidos de esclarecimento, de apresentação de problemas. Há aqui qualquer coisa que me escapa. Ou bem que as coisas funcionam nos intervalos das Assembleias, ou bem que não funcionam, e aqui é o único momento em que os Presidentes da Junta, tem a possibilidade de se confrontar com o Executivo, e dizer assim: Porque é que não há isto, porque é que isto aconteceu, etc.. Bem, há aqui qualquer coisa que eu*

gostava que o Sr. Presidente da Câmara me esclarecesse, porque eventualmente eu até poderei rever a minha posição, que é uma posição meramente teórica e dizer assim: não, afinal de contas há toda a razão em que os Presidentes da Junta vão à Assembleia. E isso não tem nada a ver com ninguém em concreto, com nenhum assunto em especial. É uma dúvida que eu tenho, cá para a minha formação intelectual sobre estes problemas das autarquias.

Ponto segundo, embora desfasado no tempo, acho que a oportunidade da discussão sobre a intervenção do Sr. Presidente, me permite, que então avance duas pequenas referências que são positivas. Porque eu acho que o lado positivo das coisas e o lado positivo da gestão do Executivo, também deve ser realçado, até para que nós tenhamos uma visão optimista das coisas, que é importante para mantermos a esperança de que elas possam ser melhores. Que não é uma visão optimista, forçosamente, da mesma maneira como o Sr. Dr. Nascimento costuma enunciar. Ainda à bocado ele disse coisas tão poéticas, tão bonitas, da menina do Sr. Presidente da Câmara e tal, que realmente um "gajo" começa-se a comover e afinal de contas aquilo era só uma intervenção, era só a introdução porque a intervenção propriamente foi dizer: Portanto aquilo que o Sr. Presidente da Câmara diz está muito bem dito e pronto. Eu não vou por esse optimismo, vou pelo optimismo realista, que é o seguinte: primeira coisa, dou os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, ele não pôs isso na sua intervenção porque a intervenção foi escrita muito antes e também não punha se pudesse tê-lo escrito, porque achava que isso não era importante. Eu acho que é muito importante também se falar dessa componente puramente política, da gestão camarária, não só coisas técnicas, não são só números, não são só obras. Dou-lhe os parabéns porque gostei, sinceramente, da sua intervenção num programa de imenso efeito mediático, realizado em Viseu no outro dia. Foi uma intervenção sóbria, muito serena, muito segura, que se circunscreveu a dois ou três pequenos pontos, que não são pontos de profundidade sobre a questão da regionalização, mas o que disse foi claro, ecoou nos ouvidos das pessoas, perceberam muito bem. Eu como aveirense, senti-me muito bem representado por si naquele momento. Primeira coisa, prefiro-o de longe a si, do que a ter alguém à frente da Câmara palavroso, e já não digo regionalista, como é o Presidente da Câmara de Matosinhos. Segundo ponto, dar os parabéns a Aveiro, ao Executivo indirectamente, mas aqui eu penso que é o momento de o fazer, também não está também aí nesse ponto. Que é o de finalmente ter sido dado o despacho, para que em Aveiro nasça a Escola Superior de Enfermagem. No meio de tantas coisas que tem sido tiradas a Aveiro, de tantas coisas que nós andamos sempre a suspirar, a

aquisição de uma nova instituição de Ensino Superior Oficial, à tanto reivindicada, é extremamente importante neste momento e eu acho que é de festejar e é uma nota de optimismo para o futuro".

Presidente da Câmara:

"Queria procurar dar resposta a todas as questões e começo pelo princípio, pela primeira intervenção, creio que foi o Dr. Filipe Brandão que fez as críticas a alguns lapsos, a alguns erros ortográficos, enfim, que por vezes nos escapam no meio do trabalho que nos envolve. Mas queria esclarecer aquela situação que levantou, da página, penso que vinte e três, que dizia aguardarmos relativamente à Ria "ordens superiores" A lota, os terrenos da lota, são terrenos que se integram num plano de pormenor que está a ser feito pela Junta Autónoma do Porto de Aveiro, tratou da área que vem, desde o porto molhe sul, incluindo a lota. É isto a que se quer referir, é de facto, o resultado do trabalho do plano de pormenor. Com o qual a Câmara está a trabalhar em conjunto, portanto, significa neste caso administração externa, administração central, que é a Direcção Geral de Portos e a JAPA. Como sabe, podem ser feitos planos especiais pela Junta Autónoma de Porto de Aveiro, simplesmente ao sabermos que estava a ser feito este plano de pormenor, tentámos que os nossos técnicos, tivessem conjuntamente na elaboração desse plano de pormenor. Portanto, para evitar que saísse um plano de pormenor que não tivesse intervenção e que não tivesse também os nossos interesses. É essa a intenção daquelas palavras, talvez não muito claras. Em termos do Plano Estratégico, como sempre, e não é culpa da Câmara também, é culpa dos gabinetes que estão a executá-lo, eu gostava de esclarecer à Assembleia que o Plano Estratégico fez a última reunião, aqui nesta sala com o gabinete da Cidade, no dia treze de Maio de 1997, com os seguintes pontos para a discussão: Informação sobre pareceres entregues, porque houve um pedido a cada membro do gabinete da cidade para dar o seu parecer sobre o plano que lhe foi entregue, já que o plano está pronto; a recolha de novos pareceres no momento, aqueles que os trouxessem consigo; a criação de um grupo de trabalho para a redacção final do parecer do gabinete da cidade e ainda a metodologia para o futuro. Não estamos parados com o Plano Estratégico, só que como disse à pouco, não somos nós, não sou eu directamente, que o fazemos, temos que aguardar que as coisas tenham também o acompanhamento da estrutura constituída. O Plano Estratégico tem o Gabinete de Cidade, depois foi criado para o acompanhar uma outra estrutura, um gabinete de apoio, de que constam três pessoas para a parte administrativa, para desenvolvimento da metodologia, para desenvolvimento do necessário e dar-lhe o seguimento

correcto. Quero também dizer sem critica, porque não gosto de fazer este tipo de critica, porque não sei as razões, mas dos dezassete elementos convidados para estar no dia treze de Maio de 1997, apenas estiveram presentes nove. E de todos os pareceres desses dezassete elementos, conseguimos colher àquela data, sete. Para que se não diga que a Câmara, não abre, não dispõe. Vamos falar depois de outros planos mais tarde, não vamos fazer nada como no passado, que tanto que se critica que os planos não venham aqui primeiro. Então, está a funcionar, está a desenrolar-se o trabalho como deve decorrer e, ficou marcado para o dia vinte e três de Maio a apresentação dos pareceres em falta. Foram dados dez dias, portanto relativamente ao dia treze. No dia vinte e três, reunirá às dez horas da manhã o grupo de redacção que foi constituído pelo Sr. Professor Rosa Pires, que amavelmente se disponibilizou com um representante da JAPA. Do grupo que estava, escolheram três ou quatro pessoas, que voluntariamente se ofereceram para fazer a redacção do parecer, parecer esse, que depois irá acompanhar quando enviado à Câmara Municipal o projecto. Depois disso, tem quinze dias, seis de Julho, para avançarmos então com a segunda fase, dos elementos que estou a dizer. Seis de Julho estará pronto todo esse parecer e será agendado para a Assembleia Municipal. Isto, em termos de Plano Estratégico. Relativamente à Escola de Enfermagem, o terreno destinado, que já aqui foi falado, é aquele terreno junto ao Instituto de Juventude. Na questão de projecto, levantou uma questão muito interessante, porque naturalmente, que não vamos aceitar um projecto tipo. Para isso faz parte da feitura do projecto, técnicos da Câmara Municipal também. Há uma conjugação, um trabalho conjunto por parte da Administração da Saúde e a Câmara Municipal. Portanto, esse técnico da Câmara Municipal, terá exactamente essa função, de contrariar a ideia de um projecto que possa chegar ali e ficar esteticamente, fora do contexto. Quanto ao Plano de Pormenor da Alameda, é uma designação que já vem muito de trás. A Alameda vai aparecer no Plano de Pormenor da Forca-Vouga, ou seja, o Norte daquela Urbanização e essa Alameda coincide com a artéria que está semi-alcatroada e que termina depois lá em cima, quase na 109, onde já passam automóveis, onde às vezes despejam lixo. Só que, dada a coordenação existente entre todos os Planos que estão a ser feitos, não iremos ter a Alameda, conforme estava definido, conforme está destinado, porque é considerado pela TECNEP, pelo Plano de Urbanização, dentro dos tais eixos estruturantes, é mais um, que nos é indicado à Câmara Municipal que aquela via deve ter uma rotunda diferente e, em vez de ser uma Alameda que seria só para peões e carros caminhando lateralmente, passará a ser uma via que vai encontrar a 109

de nível, onde será construída uma rotunda para dar também acesso de nível, àquela zona da freguesia de St<sup>a</sup> Joana. De maneira que, houve uma alteração. E isto, porquê? Porque há uma conjugação, eu julgo boa e que está a correr bem, para responder à sua preocupação que é legítima, relativamente aos estudos de trânsito, aos tais eixos estruturantes e aos tais eixos radiais, que são previstos no Plano de Urbanização, que há-de vir aqui para ser apreciado, visto, mesmo antes de ser votado, antes de ser definido. Tem os eixos radiais conforme, eu recordei que teve a mesma intervenção quando da discussão do Plano Director Municipal, e é curioso que o gabinete e todos os gabinetes que trabalham em conjunto, correspondem de facto, a essa maneira de ver, que são as centralidades que se pretendem criar, acompanhadas de rotundas, na zona suburbana, portanto, Norte/Sul, circundando a cidade. O Eixo Estruturante que nós falamos frequentemente, porque nós não o tratamos tão mal como trata o Sr. Eng.º, mas é irreversível o Eixo Estruturante. É irreversível por causa do IC-1, é a ligação à Moita, é a ligação à 230-1, é um planeamento que pode ser tópico que nos pode ligar a Águeda e que me parece que deve ser, em termos de estudo devemos marcar essa posição, da ligação a Águeda, pelo interesse que Águeda tem e que nós temos também, de centralidade, e de chamar a atenção do Caramulo, de Talhadas, daquela zona toda, para vir até à Cidade. E, tanto que é possível que é aceite pelo Governo. Está a ser feito um contrato-programa entre Câmara Municipal e a Secretaria de Estado das Obras Públicas, que vai merecer o apoio da parte da Secretaria de Estado das Obras Públicas. À cautela candidatámos também o Eixo Estruturante pelo menos até à Moita, numa primeira fase. A outra poderá demorar um pouco, na medida em que o plafond que nos foi concedido e conseguido, aquelas propostas que eu referi à pouco atingem um milhão e setecentos mil e nós não podemos passar um milhão duzentos e cinquenta mil. Portanto, tem que haver um rateio nas importâncias técnicas apresentadas. A coordenação está activada em termos de Planos, não sei se o Sr. Eng.º estava a referir em pormenor alguma coisa que não saiba, mas tenho o conhecimento concreto de uma coordenação entre planos, entre a 109, entre o planalto, entre a urbanização da Forca-Vouga, e de todas essas áreas. Por isso não conseguimos lhe trazer um, porque estamos à espera que haja a conjugação mais plena possível. Quanto ao Teatro Aveirense, não trouxemos o protocolo porque ele está apenas assinado entre Câmara e o Ministério da Cultura. Porque nós não podemos activar a compra, sem que esta Assembleia o aprove. Esse protocolo vem na altura. Estamos numa fase de negociações, para garantir apoio é que nós fazemos protocolos, já fizemos dois. Muda o Governo, vamos à procura de outro, não vamos perder a oportunidade de ter pelo menos 50%, para fazer a

compra. Só por isso é que o protocolo não tem vindo aqui, mas ele, na parte que nos interessa, é 50% de apoio por parte do Ministério da Cultura e os outros 50% ficam ao cuidado da Câmara. E o Ministério da Cultura, dá hoje X, amanhã dá Y e depois dá Z, para pagar, em conformidade também com aquilo que a Câmara pode dar, que não vai pegar ali nos cento e cinquenta mil contos e dá-los de uma vez. Portanto, é por isso, não diz mais nada, não há segredo, pode ser mostrado, pode ser apresentado, simplesmente o não ter vindo foi mais porque há uma negociação em curso, não resultou ainda em nada a não ser os compromissos de ambas as partes e quando ficar definida pela Câmara o custo e as condições correctamente, então nessa altura vem aqui. O parque de campismo, o Eng.º Belmiro dirá alguma coisa. Quanto aos pilhões, dizem-me aqui que quanto aos papelões, vidrões e pilhões, há listagens de distribuição e localização nas Juntas de Freguesia. O desnível no Olho d'Água, há alguma demora na recuperação daquele piso, é porque os nossos técnicos entendem que deveria ser a Junta Autónoma de Estradas. A ponte, foi feita pela Junta Autónoma de Estradas, a via foi feita por nós. Mas, é urgente recuperá-lo e registamos isso. A negociação actual do quartel do parque, das instalações do parque, há a garantia da negociação com a Câmara Municipal. A única demora está, na avaliação mandada fazer à Direcção Geral do Património do Estado, mas embora a decisão tomada pelo Ministério da Defesa e pela Câmara, em fazermos a negociação, o Ministério das Finanças também aqui tem a sua palavra. Claro que, estamos a exercer algum trabalho junto da Secretaria de Estado, este fim de semana tive a oportunidade de conviver com o Sr. Secretário de Estado da Defesa, aqui em Aveiro, foi mostrar-lhe as instalações, porque ele nem as conhecia, e tive oportunidade de lhe referir que foi um edifício construído pela Câmara, que foi tomado naturalmente e gratuitamente para instalação do quartel, e que terá de ter em conta essa posição. Aguardamos que nos apresentem a avaliação. A Câmara Municipal já tem uma avaliação mandada fazer por si, vamos negociar, quando estiver negociado será dito, também não posso comprar sem a vossa autorização, será tudo trazido aqui e discutido. Quanto à Exp'98, essa afirmação que estaria lá o sal, não foi minha, penso que terá sido da Sr.ª Vereadora, não sei o acordo que ela terá. Porque, por vezes não é a Câmara que pede, é a própria Expo'98 que solicita a presença e que solicita determinados elementos para ter na Expo'98 e deve ter sido no âmbito disto que eu estou a dizer, mas dir-lhe-ei quando ela regressar o que se passa. Agora, o que há é uma luta e um compromisso, temos na mão uma minuta de protocolo em termos da mesa permanente Luso-Espanhola, onde estaremos então todos, expondo portanto Aveiro. E nesse protocolo,

prevê-se um trabalho junto do eixo IP 5, nas várias cidades, criando condições, criando motivos para que sejamos visitados no âmbito da Expo '98, porque para termos o protocolo precisamos de fazer a publicidade à Expo '98 pelo eixo do IP 5. O horário do mercado Manuel Firmino, o Sr. Eng.º Belmiro está dentro disso, penso que primeiro foi aceite, agora à reclamações, vamos estudá-lo, vamos ver, vamos concertar, não temos interesse em estar a lutar contra os utilizadores, vamos ver qual é a definição. A pré-primária em Esgueira, aquilo que está neste caderno é uma informação do que se fez. Não está aqui a constar desta informação o que se vai fazer. Na lista de trabalhos, no decurso de cada trimestre, que é tratada pelos técnicos consta cá, vamos ver o que é que vai ocorrer. Como consta também em Oliveirinha, na lista de trabalho interno em definição e orientação da actividade dos técnicos. Ter de construir um edifício novo, são sempre entre os oito mil contos e os dinheiros não abundam tanto, mas vamos ver, está de facto, dada esta orientação, tenho fotocópia de orientação dada ao pessoal, vamos ver os trabalhos que eles me trazem, para os poder informar claramente. Inicialmente, o Sr. Presidente de Oliveirinha sabe, tínhamos conversado que havia uma sala para adaptar; ao que parece já não há sala para adaptar. Não sei dizer-lhe, Sr. Presidente da Junta de Esgueira porque é que a biblioteca não abre, eu não tenho aqui a Sr.ª Vereadora para esclarecer. Eu penso que está tudo em ordem, faltar-lhe-á é pessoal porque, na conversa havida comigo falou-se nisso, se não abriu é porque é falta de pessoal. Relativamente ao Centro Cultural, o edifício foi adquirido, como sabe, portanto é propriedade da Câmara, negocea-se neste momento a transferência das duas senhoras que lá vivem. E está a ser feito o projecto funcional. Relativamente à CP, eu quero informar aquilo que nos é transmitido pela CP relativamente às duas passagens desniveladas de Quintãs, a CP assumiu directamente a construção dessas duas passagens de níveis. A partir daí deixou de ser da Câmara. A CP assumiu a construção, faz parte ainda do programa de melhoramento da via de Oiã até Quintãs e está a decorrer essa melhoria dessa via, e a comunicação que nos fez foi de assunção, constrói as duas directamente sem ser preciso o acordo financeiro entra Câmara Municipal e a Direcção Geral de Transportes Terrestres. Porque a partir daqui a CP vai desenvolver o mesmo trabalho, agora Aveiro/Ovar, na melhoria da via. Por escrito informou-nos também, que dá inteira prioridade à passagem desnivelada de peões na Estação de caminhos-de-ferro e prepara fazer com a Direcção Geral de Transportes, o acordo técnico financeiro para Cacia. É isto o que temos, em termos de protocolo com a CP. Portanto, são matérias controladas e em desenvolvimento e julgo que bem tratadas. Quanto à urbanização do Picôto, diz-me aqui o Eng.º

Correia Pinto que houve qualquer coisa relativamente ao alargamento de uma rua, e a RICAN é uma empresa, enfim, que entretanto terá ido fazer outra obra. O PP da zona envolvente da zona C+S, queria que ficasse esta ideia, não retirei a prioridade a este. Possivelmente caí na Architecta outras tarefas e ela ver-se-á compelida, enfim, a ter que dar resposta a todas. Não tirei a prioridade, até porque acho que com a obra que estamos a fazer da sede da Junta, com a Unidade de Saúde, com toda a envolvência da Escola, da Casa do Povo, precisa de uma rotunda, precisa de facto de um arranjo rápido. Portanto, não fique preocupado, porque não é mudança de posição do Presidente da Câmara dizer assim: acabe-se com essa, porque eu já não quero e vamos fazer outras. Não há qualquer intervenção minha nesse sentido. Pavilhões escolares, não tenho definição por parte do Ministério da Educação. Quanto às competências, eu julgo, ou não estou a perceber a questão que me levantou; a delegação está feita. Fala-me no protocolo da delegação de competências, as competências não precisam de protocolo, estão aprovadas por esta Assembleia. Agora, naturalmente, está-se a referir é, as obras que vai fazer e que ainda não lhe foi dito que pode avançar. Pode é com os técnicos, dado o acompanhamento naturalmente necessário, definirem, quais são as obras que vão executar dentro daqueles montantes que já conversámos. Lembrou e bem, nós vamos afixar aqui na Assembleia o projecto do Eixo Estruturante, acho que todos devem tomar conhecimento dele. Queria estudá-lo e ainda estamos a tempo de definir alguma coisa necessária que ali não esteja contido. Quanto à 235, está nos nossos planos, está previsto algumas obras, mas neste momento discutimos com a Lusitânia Gás se, avança ou não avança com o gás, porque avançando com o gás, teremos que aguentar um pouco aquele suplício. A questão que me foi aqui levantada é para mim de algum modo estranho, e eu peço aos Senhores Presidentes de Junta presentes que me ajudem a dar a resposta, o Dr. Victor Mangerão levantou uma questão que, até foi bom para clarificar. A Câmara esteve sempre e está sempre disponível para receber os Senhores Presidentes da Junta. Eu estou a fazer um trabalho com os Senhores Presidentes da Junta em colaboração permanente. É através dos contrato-programa, é através dos materiais, é através dos desejos, dos interesses, dos Presidentes de Junta; há todo um entendimento. Não se fará tudo, porque não é possível. Fomos para este campo, descentralizando, dando competências, delegando, fazendo contratos-programa, tem-se feito, este ano menos, reuniões mensais. Vamos fazendo por freguesia, em que todos nos juntamos, em que todos conversamos, em que todos ficam a saber até às vezes das dificuldades financeiras que a Câmara Municipal tem".

Vogal Cruz Tavares:

*" Queria só tocar em três pontos rapidamente. O Dr. Filipe Brandão, chamou à atenção para um aspecto que o Sr. Presidente se penitenciou, que foi o uso deste termo: " conforme ordens superiores ". O Sr. Presidente já disse porque é que usou esta expressão e reconheceu que era de facto, uma expressão que não correspondia à realidade. Mas, eu gostava de retomar esta questão porque, de facto, isto corresponde a um registo do seu partido Sr. Presidente. É um registo que corresponde a um entendimento reducionista dos poderes da Câmara. É que, antigamente o seu antecessor, também tinha essa noção e eu não consegui tirar-lhe isso da cabeça. É que os Presidentes de Câmara, são órgãos de cúpula do Poder Local. E o seu antecessor, dentro desse registo que o Senhor repete aqui, por exemplo, tratava de assuntos da Junta Autónoma de Estradas junto da Direcção Distrital de Estradas, quando devia, (e no fim do mandato lá consegui meter isto na cabeça) que devia lidar directamente com o Presidente da Junta Autónoma de Estradas, que nem sequer tinha a mesma legitimidade que o Presidente de Câmara, porque nunca foi eleito neste país, mas o seu antecessor entendia que, devia despachar ou levar os assuntos ao Sr. Director Regional ou Director Distrital das Estradas. Estas "ordens superiores", no fundo estão no mesmo registo. O Presidente da Câmara, é de facto, um órgão de cúpula do Poder Local e, só despacha ou só se entende ou só se relaciona directamente, com o órgão de cúpula respectivo. Portanto, isto é uma questão de filosofia que no fundo, foi focado já pelo Dr. Filipe Brandão. Não há "ordens superiores" para os Presidentes de Câmara. O Sr. Presidente referiu que eu tratava mal o Eixo Estruturante, que a Câmara não tratava tão mal como eu o costume tratar. Devo dizer-lhe, que eu me queixo exactamente do contrário. É que, o Senhor ou o seu antecessor, mais especificamente o seu antecessor, tratou bem demais o Eixo Estruturante. De tal maneira que o usou directamente do gabinete de apoio, de um gabinete que nem era da Câmara, de um gabinete técnico, um gabinete contratado pela Câmara, que engendrou o Eixo Estruturante e que depois foi usado sistematicamente, repetidamente, em ocasiões eleitorais. Portanto, a minha queixa refere-se ao tratamento especial e exclusivo de um dos contendores eleitorais, em detrimento dos outros três. Finalmente, queria esclarecer a minha posição de dúvida e de cepticismo em relação às instalações do BIA. As pessoas que têm formação militar, sabem que é imprudente alienar qualquer património militar que tenha uma leve suspeita de poder vir a ser utilizada. É evidente que me podem dizer, mas o Ministro do PSD, desta bancada onde me encontro, alienou património, vendeu umas*

garagens, etc.. Vendeu, por de facto, primeiro não percebia nada de defesa, não sei se o actual percebe (espero que perceba mais do que o anterior) e, porque de facto, se tratavam de instalações que não tinham qualquer perspectiva de utilização futura. Mas, é da mais estrita prudência, manter um dispositivo fixo, em termos imobiliários, de apoio a situações de emergência. Isto é mais urgente do que por exemplo, a Protecção Civil. A Defesa Nacional tem que ter instalações fixas permanentes de reserva. Por isso eu digo, Sr. Presidente da Câmara, que se este Ministro for prudente e tiver as noções mínimas de estratégia e de defesa e de ciência militar, não vai garantir aquilo que o Sr. Presidente tem como garantia. E, espero bem, devo-lhe dizer como militar, não posso fugir a essa condição, que era uma solução prudente e do interesse nacional que, as instalações fixas com possível utilidade futura, não fossem alienadas do património do Ministério da Defesa".

Vogal Armando Vieira:

" Sr. Presidente, eu queria fazer aqui um pequeno comentário à questão, e é com tristeza que o faço, dos ginásios das escolas, os pavilhões ginásios, que é mais uma derrota política da nossa Câmara e do nosso concelho. Porque eu sei que escolas bem mais recentes em concelhos limítrofes, como por exemplo Albergaria-a-Velha, obtiveram (num recente plano que eu tenho em meu poder) esses pavilhões, e nós Aveiro, concelho, ficámos sem eles. E já agora aproveito, por ter verificado aqui muito serenamente, para referir aqui em meu nome e julgo que em nome dos outros Presidentes de Junta, que não serão os comentários de ninguém que nos tirarão a palavra na defesa do interesse das nossas populações. Se por vezes, nós somos exaustivos, particularizamos as questões é, porque o Sr. Presidente não é assim tanta a disponibilidade das pessoas da Câmara para connosco conversar. E, como dizia o Sr Eng.º Cruz Tavares, nós muitas vezes apoiamo-nos nos técnicos da Câmara e conversamos com eles, quando devíamos conversar com os responsáveis da Câmara. Porque somos igualmente eleitos pela população e deveria haver uma disponibilidade constante, um gabinete próprio, para tratar das questões das Juntas e se calhar, muitas destas pequenas questões não viriam aqui. E mais vos digo meus senhores, se os Presidentes de Junta aqui não estivessem, de que é que falariam os membros desta Assembleia? Falariam só da Cidade? Teriam uma noção da realidade do Concelho como têm com os nossos comentários e as coisas que trazemos aqui?"

Presidente da Câmara:

"Eu não concordo com o que está a dizer. Nunca impedi que qualquer Presidente da Junta falasse comigo, por telefone, que fosse ao meu gabinete. Desculpe. É que está a pôr a questão de que, afinal o relacionamento não é bom. É necessário que fique claro esta situação porque eu não posso estar a responder pelos Sr. Vereadores, se estão ou não disponíveis. Que fique claro, a não ser em momentos que estou de facto ocupado, é que pode acontecer qualquer demora. Mas, isso é normal".



Vogal Victor Mangerão:

"Eu acho que tenho direito a rectificar a minha posição, porque fui aqui tocado pessoalmente por uma referência do Sr. Armando Vieira que, obviamente, sem dizer o meu nome, não é preciso, mas quando disse uma pessoa da minha bancada, lastimava que tivesse focado o assunto. Eu acho que questionei a Câmara, de uma maneira pertinente e razoável, para permitir precisamente, que a Câmara respondesse na sua óptica e eventualmente tivesse a réplica que teve; que aliás tardou muito. Pensei que ela tivesse surgido se tinha que surgir, na altura em que Sr. Presidente respondeu. Eu não sei o que é que está errado, seja de que ponto de vista for, a maneira como eu questionei a Câmara sobre este assunto. Porque é óbvio, que se constatou ao longo destes anos todos e não só deste mandato, mas já do anterior, que parecia, que a grande oportunidade das Juntas de Freguesia através dos Presidentes, não de todos mas de alguns, questionarem a Câmara sobre assuntos específicos das freguesias era a Assembleia Municipal. Aí todos concluímos isso. E logo, a questão que eu pus, se calhar até já devia ter sido posta à muito tempo. Que o Sr. Armando Vieira tenha interpretado isso de outra maneira, o problema é dele. Agora o que eu não lhe admito, é a espécie de certidão, de burrice, ou de gente a mais, que ele passa aos outros elementos desta Assembleia. Como ele disse, do que é que falariam se os Presidentes de Junta não viessem. Eu pergunto, se alguma vez ele me viu aqui intervir em questões concretas e específicas de alguma Junta de Freguesia, de Oliveirinha ou de outra qualquer? Eu nunca falei sobre problemas de Oliveirinha nem de outras freguesias, cá estão os Presidentes de Junta para o fazer, mas parece-me que ao longo deste tempo todo, disse algumas coisas. Eu, e os outros elementos das bancadas que não são das Juntas de Freguesia. Ou o senhor está a querer inverter a questão e está a querer pôr o problema da legitimidade de quem não é Presidente de Junta, não é suficientemente importante para também ser representante autárquico".

Vogal Dias da Silva:

*" A questão que eu queria apresentar vem ao encontro da intervenção do Dr. Mangerão. Eu penso, que são tão importantes os Presidentes da Junta com são os outros elementos eleitos para esta Assembleia. O que eu acho, é que o bom senso tem que imperar, pela simples razão de que, se também não fosse legítimo aqui e nesta Assembleia, se poder falar de alguns problemas que muitas vezes nas conversas de corredor ou eventualmente nas conversas de gabinetes, como já foi hoje aqui tanto referido, não se conseguem falar. E, a verdade do Sr. Armando Vieira é realmente uma verdade real, nem sempre temos possibilidades de falar com os Vereadores, nem com o Sr. Presidente da Câmara. Esta é uma grande verdade. Esta é uma verdade Sr. Presidente e muitas vezes quando falamos com os Vereadores, remetem-nos para a sua pessoa, porque não podem decidir porque o Presidente da Câmara não tem o dinheiro, porque o Presidente da Câmara não faz isto, não interessa estar agora aqui a particularizar. O que é importante é, que muitas vezes os Presidentes da Junta quando intervêm aqui, intervêm de facto, em defesa de uma comunidade que representam com toda a legitimidade, como qualquer outro elemento desta Assembleia também o pode fazer. E tenho assistido aqui muitas vezes, e sou talvez dos mais novos Presidentes de Junta, que outros membros da Assembleia que não são Presidentes de Junta, particularizam exactamente outras situações. Acho que estamos a fazer uma guerra que não é necessária fazer-se. Acho que o que é preciso é, discutir-mos os problemas que nos afectam a todos. E hoje, trouxe aqui, também alguns problemas que me dizem directamente respeito a mim ou à minha freguesia, porque tenho sentido sempre uma barreira constante, em resolver alguns problemas que não consigo resolver de outra maneira, que não seja, através da presença dos órgãos de comunicação social".*

**Presidente da Câmara:**

*" Peço muita desculpa, mas discordo de tudo o que disse o Sr. Eng.º. O Sr. Eng.º é atendido em minha casa, pelo telefone, é atendido sempre que me procura, se quer falar do caso concreto que ainda não lhe pagaram isso é no meu gabinete, não é aqui. Não é à comunicação social que vai dizer isso. Não é correcto, nem é elegante, desculpe que lhe diga. Discordo que se diga aqui, que eu não tenho um relacionamento fácil com os Presidentes de Junta, e que é preciso vir à comunicação social".*

**Vogal Diogo Machado:**

*"Sr. Presidente, apenas e só para mais uma vez protestar, para que fique em acta, que alguém se referiu à minha pessoa como um*

miúdo qualquer. Ora, eu gostaria de dizer a esse alguém, que o miúdo qualquer não é Presidente de Junta, mas também é Eleito para esta Câmara, até para dizer asneiras. Isto do ser à custa dos Presidentes de Junta ou não, é muito relativo, porque no meu partido, pelo menos, trabalhamos todos em conjunto, no dos outros, eles é que sabem e está-se a ver que não o fazem. Como é também um hábito, o Senhor que me chamou um miúdo qualquer acabou de sair da sala. Porque sempre que lhe dizem na cara, como eu lhe estava agora a querer dizer, ou aparece pelas costas ou sai da sala. E o problema é simplesmente este, aqui dentro a legitimidade é para todos igual, Presidentes de Junta ou não. O problema que se põe aqui, quanto a mim, e é só a opinião de um miúdo qualquer, é que quando as pessoas acumulam funções, se calhar o peso e a responsabilidade é de tal maneira grande, que a lucidez se perde, e que algum poder de intervenção, que anteriormente lhes era reconhecido, sai prejudicado, por uma até deficiente defesa dos interesses do seu próprio partido no concelho".

Vogal Pedro Dias:

"Muito rápido, Sr. Presidente, para dizer duas coisas muito breves. A primeira é, que uma vez mais assistimos aqui a declarações e intervenções, que eu penso que não devem ter cabimento nesta Assembleia. Mas, em nome da verdade, tenho que dizer, que já não me surpreendem de onde elas vieram, porque já não é a primeira vez. O segundo aspecto que eu quero dizer é, louvar publicamente a intervenção do Dr. Victor Mangerão, porque eu acho que o Dr. Victor Mangerão trouxe a este debate, eu diria a única coisa original que hoje à noite aqui se disse. Isto é, reflectiu em termos prospectivos. E devo dizer-lhe isto, não só por concordar com a substância do que ele aqui defendeu, mas porque me parece que é importante e que é um debate que mais tarde ou mais cedo terá que se travar, quando se falar em termos da composição dos órgãos autárquicos, se é normal, que num órgão eleito, estejam pessoas que tenham cargos por inerência. Eu penso, e expresso aqui apenas a minha opinião pessoal, eu também sou dos que entendem de que o sistema devia ser corrigido. E nessa parte eu subscrevo na integra a intervenção que o Dr. Victor Mangerão produziu".

Vogal Joaquim Abreu:

"Eu não podia deixar passar esta discussão sem também dizer algumas palavras. Temos que fazer justiça, estamos aqui a levantar um problema que, talvez um bocado confuso. Eu entendo que, dentro desta Assembleia existem uma parte que é eminentemente política e há outra parte, que é os representantes da Freguesia, que têm problemas às

vezes a pôr aqui nesta Assembleia, que não se enquadram bem dentro dos parâmetros da política. São interesses relativos aos problemas das freguesias e isso, às vezes pode trazer alguma complicação para a outra parte. No entanto, e quero fazer justiça, cada um tem a sua maneira de trabalhar. Eu entendo que o problema que o Presidente da Junta deve pôr aqui na Assembleia é aquele problema que, esgotadas todas as tentativas de resolução, não tiveram seguimento ou caíram no esquecimento ou houve um barramento do problema. Por conseguinte, esses problemas em último recurso devem ser postos aqui na Assembleia. Agora, os problemas normais da freguesia, do caminho, etc., etc., são problemas que se tratam no dia a dia nos órgãos da Câmara próprios e para isso, há reuniões periódicas. Eu, à minha freguesia nunca foi negada as reuniões com a Câmara. Eu entendo que a Câmara tem as suas repartições a trabalhar, não é de manhã, à tarde, todos os dias que a gente deve cair em cima dessas repartições porque têm as suas missões. Temos que rentabilizar o tempo e permitir aos outros que também possam dar rendimento. O que eu faço na minha freguesia, não sei se é bem se é mau, mas é uma maneira própria de trabalhar; agendo e marco com antecedência a reunião com os órgãos da Câmara. E os órgãos da Câmara tem sido atenciosos e eu não tenho tido razões de queixa. As reuniões processam-se, às vezes, até junto do local, na própria freguesia. E, muitas vezes quando há problemas de última hora, eu tenho vindo à Câmara e tenho, num intervalo de um atendimento do Presidente da Câmara, tenho sido atendido e tenho que fazer justiça a isso. Há dez minutos que se dispensa para dar orientação ao problema posto, por conseguinte esta é a verdade que se passa com a minha freguesia. Eu não sou um privilegiado, entendo que estou a ser tratado de igual modo com as outras freguesias".

Vogal António Salavessa:

" Sr. Presidente da Mesa, nós estávamos aqui para discutir a Comunicação do Sr. Presidente, mas está-se a introduzir aqui uma discussão. Portanto, ou fazemos um agendamento para uma troca de impressões sobre isso, ou então, deixe-me também dizer. E o que tenho a dizer é muito simples: a representação dos Presidentes de Junta nesta Assembleia Municipal e em todas as Assembleias Municipais do país, não deve ser avaliada à luz, se aqui há ou não há boas relações entre a Câmara e os Presidentes da Juntas de Freguesia. Deve ser avaliada a uma luz completamente diferente. Vamos admitir que, por qualquer razão as relações são más, pois deve haver um local em que o Presidente da Junta, que também é representante de parte significativa do município, somos todos simultaneamente munícipes e somos todos simultaneamente

fregueses. Portanto, não há ninguém aqui que não seja também, parte freguês. Poderemos não ser todos vilões, mas fregueses pelo menos, somos todos. Portanto, há um espaço, há uma autarquia, que depende em grande parte da intervenção municipal, nomeadamente em meios, e que deve haver um espaço, em que os Presidentes da Junta possam colocar as questões ao Município. Não há outro, não é na Câmara, é aqui. Este sistema tem funcionado, é bom, e leva também a que todo o concelho esteja aqui. Porque podia haver um paradoxo de, esta Assembleia Municipal corresponder só a duas, três ou quatro freguesias do concelho. Portanto, é a maneira também, pelo menos, de haver uma voz de Nariz, de haver uma voz de Requeixo, de haver uma voz de cada uma destas freguesias e que possa aqui trazer os seus problemas. Portanto, este processo é legítimo, é justo, e tem provado ao longo do tempo que é eficaz e que deve por isso continuar".

Vogal João da Peixinha:

"Sr. Presidente, ainda estou à espera da resposta sobre o parque de campismo de S. Jacinto. Então, quando há dezenas de pessoas, centenas de pessoas que estão à espera de uma resolução e o Sr. Presidente da Câmara não tem uma resposta para dar? Não percebo".

Vereador Eng.º Belmiro Couto:

"De facto, as obras foram bastantes e houve até trabalhos imprevistos e outros percalços, como todos sabemos. E, portanto, os trabalhos de facto, atrasaram-se em relação àquilo que era a nossa previsão inicial. O nosso compromisso com os campistas, é um compromisso de querer abrir aquilo o mais rapidamente possível, quando dissemos que as obras deviam ser executadas durante Janeiro e Fevereiro, é de facto a nossa expectativa. Estamos com três meses de atraso relativamente àquilo que era suposto, elas também começaram mais tarde do que o que nós prevíamos, mas estamos a fazer todo o esforço, para que de facto, consigamos abrir o parque neste último fim de semana de Maio, no dia 29 de Maio, sexta-feira, permitir a entrada dos campistas no dia 30 e até no dia 1, fazer a festinha habitual da sardinhada que todos os anos se faz. Vamos ver se isso é possível, estamos a fazer o esforço. Já agora, havia uma questãozinha do Sr. Presidente da Junta, depois de ter respondido a esta questão da Junta de Freguesia de S. Jacinto, esta questão da Junta de Freguesia da Vera Cruz, que é relativamente ao horário do mercado abastecedor. Esse horário foi de facto alterado à cerca de dois anos, e eu gostava de dar aqui um esclarecimento, primeiro, por vontade própria dos operadores do mercado abastecedor e lembro que, isso teve dois fundamentos

grandes, na altura. Todos se lembram que o mercado abastecedor funcionava das duas da manhã até às dez; hoje funciona ao fim da noite, das 20:00 até às 24:00 ou 02:00 da manhã, dependendo dos dias. Essa mudança deveu-se essencialmente à mudança do horário da lota, que antes era de madrugada e depois passou a ser de tarde, e também essencialmente, à mudança de horário do mercado abastecedor de Coimbra. Com a abertura do mercado novo de Taveiro, essa operação passou a ser feita de noite e os nossos operadores quiseram também acompanhar essa mudança. Na altura, nós tomámos uma medida de efeito menor para o mercado Manuel Firmino, que foi permitir a abertura também à noite para carga de mercadorias, que é o que hoje acontece. A gente antes não o fazia, passou a abrir o mercado Manuel Firmino durante duas horas para que os comerciantes do mercado Manuel Firmino pudessem fazer o seu abastecimento, não terem que levar as frutas e os caixotes para casa, e poderem descarregá-los directamente no mercado Manuel Firmino, na tentativa de minorar o seu esforço, embora dispensando mais umas horas dos funcionários camarários".

Vogal Custódio Ramos:

" Era para uma nota final relativamente à discussão que aqui se travou numa posição de dicotomia entre Presidentes de Junta e Eleitos por outro lado. Eles são tão Eleitos uns como outros, e para mim, o Poder Local está neste equilíbrio. Eu sinto-me bem, quando eles falam nas questões das mais comezinhas porventura para quem vive na cidade, mas porventura com muita utilidade, no terreno que eles pisam e que as pessoas das freguesias mais distantes os problemas são muito importantes. Foi aqui dito pelo Dr. Pedro Dias que eles são inerentes. O Dr. Pedro Dias terá que ler melhor a Lei. Porque de facto, a Lei começa por dizer que a Assembleia Municipal é composta pelos Presidentes de Junta em primeiro lugar, e depois é que é pelos outros. Portanto, se alguém está em segundo lugar, são os outros. Eu quero que isto fique muito claro e eu situo-me nos outros e, portanto, estou à vontade para dizer isto. Portanto, Senhores Presidentes de Junta têm todo o meu apoio sejam de partido for, porque quando aqui falam no uso da vossa prerrogativa de vogais desta Assembleia, pois falem nos problemas que melhor entendam da vossa terra, em termos de autarquia, não se coíbam. O que não tem nada a ver com uma outra questão, que é saber se efectivamente, a Câmara dá ou não dá no seu dia a dia, eu nisso não me meto, não sei o que é que se passa, obviamente não me pronuncio, mas admito também que os Vereadores e o Presidente da Câmara não estarão a toda a hora disponíveis para atender todas as pessoas. É claro que,

quando se quiser travar no seio desta Assembleia, como disse o Sr. Salavessa, uma discussão sobre a eventual inovação do quadro legislativo autárquico, eu estou disponível para vir travar também esta discussão, mas não é hoje o que está aqui em causa. De qualquer forma, o actual ordenamento jurídico é este, e as pessoas que utilizam a sua palavra é no uso dos seus direitos e, não temos que de facto, por travão a quem quer que seja, por mais comezinho que se nos afigure o assunto que as pessoas queiram tratar, desde que tratem conforme o Regimento e na hora própria".

Vogal Diogo Machado:

"Também para terminar, não vou pôr um ponto final porque não me arrogo sequer essa presunção. Mas, também para terminar a minha intervenção sobre este assunto e depois de ouvir com toda a atenção a intervenção do Sr. Abreu, Presidente de uma Junta de Freguesia e um homem que eu considero, pelo depoimento que aqui prestou e por uma outra série de factores, um homem honesto. Eu, realmente considero, que nesta Assembleia, ao contrário de outros elementos da minha bancada, todos temos assento; Presidentes de Junta e Outros, nos quais eu também me incluo. Nunca ninguém me ouviu dizer nesta Assembleia ou proferir, uma sequer palavra em desabono da actividade dos Presidentes de Junta. E eu recordo aquilo que aqui proferi, na Sessão extraordinária que aqui realizámos há pouco tempo acerca da elevação de Oliveirinha a Vila e, acerca do trabalho do Sr. Presidente de Junta de Freguesia, à frente da Junta de Freguesia de Oliveirinha, eu recordo isso. Nunca ninguém, e aqueles com quem privo mais directamente, poderão por mim testemunhar, nunca ninguém me ouviu uma palavra de menor respeito, ou sequer de desrespeito pela actividade fundamental que eu entendo que os Presidentes de Junta exerceram. Mas, Sr. Presidente, no início do mandato ouvi, até num destes jantares que a Câmara põe à disposição dos vogais da Assembleia Municipal, o Sr. Eng.º Cruz Tavares dar-me uma lição que eu nunca mais esquecerei. E é verdade, e concordo com ele agora, na altura não concordei com ele, agora concordo. Quando me insurgia contra à perda de tempo, que eu entendia na altura que algumas questões nos conduziam, o Eng.º Cruz Tavares disse-me e eu nunca mais esqueço essas palavras, porventura as únicas: "A Assembleia Municipal é um órgão político e é, em cada Concelho a casa da palavra e nós estamos lá até para dizer asneiras". Nunca mais esqueço, parece que há outras pessoas que ainda não aprenderam isso. E, para terminar e em relação ao que disse ao Sr. Abreu, utilizando como contraponto contra aquilo que aqui vimos, eu apenas diria como Cícero disse, quando ainda era um

*miúdo qualquer, tinha vinte e dois anos quando disse o que eu vou dizer e portanto também era um miúdo qualquer, e dizia Cícero: "Que as saudades que temos dos homens bons, são maiores que o desgosto que nos causa a alegria dos homens maus".*

**Vogal João Barbosa:**

*" Sr. Presidente, já que se falou nas relações entre órgão autárquico e Presidente de Junta, acho que também é de justiça dizer alguma coisa sobre isso. Muitas vezes, questiono o meu desgosto sobre a intervenção da Câmara na minha freguesia, no entanto, acho que é de justiça dizer que as relações com o órgão autárquico, Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores têm sido muito boas. Não posso e como todos sabem, devido aos meus afazeres profissionais, que me marquem horários de atendimento. E, nesta situação, é com agrado que digo que tenho sido sempre atendido dentro dos possíveis com simpatia".*

**Vogal Armando Vieira:**

*" Sr. Presidente, agora tenho que dizer aqui em abono da verdade, porque afinal, e os meus colegas não me vão levar a mal, sou eu que normalmente sou o mau da fita em nome de todos nós. Eu tenho que dizer inúmeras vezes, dezenas de vezes, centenas de vezes: eu quero falar com alguns Vereadores e não consigo. E os outros que digam que se não é assim, não vamos citar esses Vereadores, não interessa. Quanto à importância das nossas intervenções ou não, eu registo com agrado a rectificação que o Sr. Diogo Machado fez, às afirmações que a propósito das declarações do Sr. Dr. Victor Mangerão e aquando eu levantava uma pequena questão ao Sr. presidente da Câmara e ele disse: É por essas razões que falou, não é Dr. Victor Mangerão. Aí estava-me a criticar por eu estar a intervir, mas entretanto já rectificou. Muito bem, porque afinal a nossa voz também conta. Além do mais, no mínimo, é tão legítima como todas as outras".*

**Vogal Victor Mangerão:**

*" Eu congratulo-me por ter questionado a Câmara no assunto tão pertinente, e que afinal de contas encontrou eco em tanta gente, e sobre o qual as pessoas afinal de contas tinham opinião, que nunca aqui foi expressa claramente senão hoje. Eu congratulo-me. Não retirava absolutamente uma vírgula à minha intervenção inicial. Porque eu questioneei a Câmara e a Câmara respondeu, mereceu réplicas, e nisto tudo não tem que haver maus da fita, porque se houvesse era eu, porque eu é que levantei a lebre. Parece que no espírito de alguém com más intenções ou dúplices intenções, o que é perfeitamente ridículo e eu não*

vou questionar aqui. Agora, sobre isto, que fique bem claro, onde é que eu pus em causa, em termos comparativos, legitimidade de Presidentes de Junta ou legitimidade dos outros membros eleitos desta Assembleia. Não está lá de certeza absoluta. E, eu estou habituado a falar às vezes alto e muito depressa, mas de uma maneira geral ponderada; e neste caso tenho a certeza que foi. Outra coisa é eu ter a minha própria opinião em termos de teoria política, que tenho algumas opiniões em termos de teoria política, ao contrário de outras pessoas que nem sequer sabem bem ao que é que corresponde o conceito de teoria política, tenho a minha opinião sobre uma revisão de instituições em geral, por exemplo, sobre as regiões e também sobre a constituição dos órgãos autárquicos. E, há muitos anos, ainda nos tempos em que se calhar eu não era apontado como elemento de divisão da bancada do PSD, como neste momento se calhar já sou e já fui, há muitos anos já, que eu tinha a opinião que eu hoje aqui defendi. Terceiro ponto, e é para finalizar, é só para rectificar aqui uma pequena ambiguidade, que pode ter resultado da intervenção do Sr. Custódio Ramos sobre a questão da inerência. Os Presidentes da Junta de Freguesia estão aqui, efectivamente, por inerência. O facto de estarem enunciados na Lei em primeiro lugar, não significa nada em termos de inerência. Inerência é precisamente, se eles não fossem Presidentes de Junta, aquelas pessoas, não estavam aqui. E são Presidentes de Junta, nem sequer são eleitos directamente como Presidentes de Junta, como toda a gente sabe".

Presidente da Câmara:

"É só uma palavra e rápida para testemunhar, que da parte do Sr. Armando Vieira tenho tido da parte dele, as melhores atenções e o melhor relacionamento e provas de amizade, isso é um facto. Como tenho tido de todos, mas como ele me questionou, eu queria fazer essa referência".

Presidente da Mesa:

"Eu queria só salientar que na realidade fugimos um bocado à agenda de trabalhos, ao tema que nos propunha-mos. De qualquer maneira eu acho que é útil, fazer-se de vez em quando um debate um bocado mais à vontade, mais alargado, sobre assuntos que na realidade são do dia a dia e são da nossa vida permanente. Portanto acho que não foi mau, acho que é positivo esta discussão que se teve".

Dado o adiantado da hora e não se registando mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 02.00 da manhã do dia 23.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que, no que for omisa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.



António de Sousa Dias Correia  
Mantimentos Batai Moura

## Moção

A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida ordinariamente a vinte e dois de Maio de 1997 deliberou aprovar a presente moção onde expressa e esclarece o seu sentir de que

→ Termino da Expo '98 a Fejta D. Fernando II e Glórias repare a título definitivo a Aveiro e às suas óptimas simbolizando toda a vasta participação de Aveiro e de avelanenses na gloriosa empresa dos Descobrimentos portugueses podendo, nos nossos dias e no nosso distrito, ser exemplo vivo de valores necessários que seje preservar, cultivar e manter como último exemplo da célebre "caveira da Índia".

Mais deliberou a Assembleia Municipal do conhecimento do conteúdo desta moção as seguintes individualidades de:

- Sua Excelência o de Presidente de República
- Sua Excelência o de Primeiro-Ministro
- Sua Excelência o de Ministro de Defesa Nacional
- Sua Excelência o Senhor Chefe de Estado-Maior de Armadas
- Senhor Comissário-Geral da Expo '98

A Direcção do Partido Popular  
facio Pedro Pinheiro